



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

Unidade de Gestão  
de Projetos Especiais

***Projeto de Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul (P176981)***

**QUADRO DE POLÍTICAS DE REASSENTAMENTO (QPR)**

(Atualização para o financiamento adicional)

“ILHAS DE SANTO ANTÃO, SÃO VICENTE, S. NICOLAU, SAL E SANTIAGO”

Novembro 2023

## Índice

LISTA DE TABELAS .....	4
LISTA DE FIGURAS .....	4
SIGLAS.....	6
EXECUTIVE SUMMARY .....	11
RESUMO EXECUTIVO .....	35
1. INTRODUÇÃO.....	59
1.1. Contexto .....	59
1.2. Objetivos do Quadro de Política de Reassentamento (QPR).....	60
1.3. Abordagem metodológica .....	62
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	64
2.1. Objectivos do Projecto .....	64
2.2. Componentes do Projecto original .....	65
2.3. Componentes do projeto no âmbito do financiamento adicional.....	72
3. QUADRO JURÍDICO DE REASSEMENTAMENTO EM CABO VERDE .....	76
3.1. Quadro jurídico nacional de expropriação e de reinstalação.....	76
3.2. Quadro institucional de reassentamento.....	78
3.3. Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.....	80
3.4. Análise comparativa da legislação nacional aplicável e a nas 5 .....	81
4. RISCOS E IMPACTES ASSOCIADOS AO PROJETO .....	92
4.1. Riscos e impactes do projecto original .....	92
4.2. Riscos e Impactes Potenciais do Financiamento Adicional do Projeto.....	94
5. CARATERIZACÇÃO DAS PARTES AFECTADAS PELOS PROJECTOS.....	100
5.1. Activos e pessoas afectadas.....	100
5.2. Caracterização socioeconómica das áreas de intervenção.....	101
6. PRINCÍPIOS, PROCESSOS E MATRIZ DE COMPENSAÇÃO DO QPR.....	152
6.1 Princípios.....	152
6.2 Critérios de elegibilidade .....	153
6.3. Grupos vulneráveis .....	154
6.4. Prazo ou prazo de elegibilidade.....	154

6.5. Metodologia de Avaliação e matriz de Compensação das perdas .....	155
7. PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO .....	171
7.1 (screening) de subprojetos.....	171
7.2 Estrutura do Plano de Reassentamento / Plano de Reassentamento Simplificado.....	171
7.3 Processo de aquisições de terras .....	172
7.4. Responsabilidades pela implementação do PR .....	173
7.5 Avaliação das capacidades em matéria de reassentamento dos atores institucionais.....	174
7.6 Recursos, suporte técnico e reforço de capacidades .....	175
7.7. Execução do Programa de Reassentamento.....	178
7.8 Consulta pública, participação e divulgação dos PARs.....	178
8. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES .....	106
8.1. Descrição das reclamações .....	106
A. Reclamações gerais relacionados à gestão do projecto. ....	107
B. Reclamações sensíveis relacionadas a acidentes de trabalho graves, VBG/EAS/AS e VCC ...	107
C. Reclamações relacionadas à corrupção e falta de transparência .....	108
8.2. Procedimentos de Gestão de Reclamação .....	108
Reclamações de categoria A. ....	108
Reclamações de categoria B .....	109
Reclamações de categoria C .....	111
8.3. Aspectos específicos do procedimento .....	112
8.4. Comunicação aos beneficiários .....	114
8.5. Seguimento e avaliação de reclamações.....	115
8.6. Serviço de Reparação de Reclamações do Banco Mundial .....	116
9 RESUMO DAS CONSULTAS REALIZADAS PARA A PREPARAÇÃO DO QPR.....	117
10. SEGUIMENTO E RELATÓRIOS DO QPR.....	127
11. MODALIDADES E RESPONSABILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO QPR.....	130
12. ORÇAMENTO DE EXECUÇÃO E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	133
12.1 Orçamento de execução .....	133
12.2. Fontes de financiamento.....	134
13.PUBLICAÇÃO E DIFUSÃO DO QPR.....	135
14. ANEXOS.....	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proposta de investimentos em infraestrutura para a Ilha de Santiago .....	73
Tabela 2: Investimentos em infraestruturas propostas para a Ilha de São Vicente.....	73
Tabela 3: Proposta de investimentos em infraestrutura para Santo Antão Ilha.....	74
Tabela 4: Proposta de investimentos em infraestrutura para a Ilha de São Nicolau .....	74
Tabela 5: Atividades propostas para o Componente 2 .....	75
Tabela 6. Comparação detalhada entre o quadro jurídico nacional e os requisitos da NAS 5.....	84
Tabela 7. Infraestruturas passíveis de Reassentamento no projeto origina .....	93
Tabela 8. Plano das visitas de terreno e riscos identificados .....	95
Tabela 9. Matriz de compensação.....	156
Tabela 10. Tipos e modalidades de compensação .....	160
Tabela 11. Matriz de compensação detalhada por tipo de perda.....	162
Tabela 12. Programa de capacitação ambiental e social .....	176
Tabela 13. Resumo das consultas .....	118
Tabela 14. Responsabilidades de implementação.....	130
Tabela 15. Custo estimativo da implementação do QPR .....	133

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilhas contempladas pelo projeto original.....	66
Figura 2.Fluxograma do procedimento de gestão de reclamação da categoria A.....	109
Figura 3. Fluxograma de procedimento de gestão dos casos de reclamação de categoria B. ....	110
Figura 4. Fluxograma dos procedimentos de gestão de reclamação de categoria C. ....	111
Figura 5 e Figura 6 Cidade Velha (Fonte: Google Maps) .....	144
Figura 7 : Praia do Tarrafal (Fonte: Google Maps) .....	145
Figura 8: Cais de pesca de terrafal de Santiago (Fonte: Google Maps) .....	145
Figura 9: Mindelo Fonte(Google Maps).....	145
Figura 10 : Estrada Nacional EN1-SL-01 Espargos/Santa Maria (Fonte: Google Maps).....	146
Figura 11: Salinas (Fonte: Google Maps) .....	147
Figura 12 : Pontão de Santa Maria (Fonte: Google Maps) .....	147
Figura 13 : Praia de Santa Maria (Fonte: Google Maps).....	147
Figura 14 : Via de acesso à vila de Tarrafal de Monte Trigo (Fonte: Google Maps) .....	148
Figura 15Ribeira Grande-Ponte Canal (Fonte:Google Maps) .....	148
Figura 16 : Rotas Pedestres - Santo Antão (Fonte: Projeto Raízes).....	149
Figura 17: Rampa de bote, Cruzinha, Santo Antão .....	149
Figura 18: Cais multifunções, Carriçal em São Nicolau .....	150
Figura 19: Cais de Preguiça, São Nicolau.....	150
Figura 20: Cais de Chão bom, Tarrafal de Santiago .....	151

Figura 21: Desembarcadouro Calheta de São Martinho, ilha de Santiago .....	151
Figura 22: Cais e arrastadouro Ribeira da Barca, ilha de Santiago .....	152
Figura 23: Rincão ilha de Santiago.....	152
Figura 24: Cais de Pesca, Praia, ilha de Santiago.....	153
Figura 25: Cais de pesca, sitio potencial para mercado de venda a retalho de pescado, Praia, Ilha de Santiago .....	153
Figura 26: Localização do terminal de passageiros, praia, ilha de Santiago.....	154
Figura 27: Cais munte funções, Tarrafal de monte trigo em Santo Antão .....	154
Figura 28: Penedo de janela em Santo Antão .....	155
Figura 29: Arrastadouro, Paul, santo Antão .....	155
Figura 30: Cais multifunções, Monte trigo, Santo Antão .....	156

## SIGLAS

A&S	Ambiente e Social
BM	Banco Mundial
CC	Comité de Coordenação
CERC	Contingente de Resposta a Emergências
CND	Contribuições Nacionais Determinadas
DGAFP	Direcção-Geral da Agricultura, Florestas e Pecuária
DGPCP	Direcção-Geral do Património e Contratação Pública
DGT	Direcção-Geral do Turismo
DGTT	Direcção-Geral do Turismo e Transportes
DNA	Direcção Nacional do Ambiente
DNT	Direcção Nacional do Turismo
ECV	Escudo Cabo-Verdiano
FDT	Fundo do Desenvolvimento Turístico
FNT	Fundo Nacional do Turismo
GES	Gases com Efeito de Estufa
IMAR	Instituto Marítimo
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
IPC	Instituto do Património Cultural
IT	Instituto do Turismo
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MF	Ministério das Finanças
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MTT	Ministério do Turismo e Transportes
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organizações não governamentais
PAP	Pessoas afetadas pelo projeto
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POT	Plano de Ordenamento Turístico
POT	Plano Operacional de Turismo
PPP	Parceria Público-Privada (PPP).
PAR	Plano de Ação de Reassentamento
QAS	Quadro Ambiental e Social

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR)
SRR	Serviço de Reparação de Reclamações
UGPE	Unidade de Gestão de Projetos Especiais
UIP	Unidade de implementação do Projecto
VBG	Violência Baseada no Género
VCC	Violência Contra Crianças

## DEFINIÇÃO DOS TERMOS RELACIONADOS COM O REASSENTAMENTO

Os termos e expressões usados no relatório são definidos da seguinte forma:

- **Acessibilidade:** refere-se à identificação e eliminação de obstáculos e barreiras ao acesso a ambientes físicos, transportes, informação e comunicações, bem como a outras instalações e serviços.
- **Aquisição involuntária de terras: significa a tomada de terra pelo governo ou outro órgão governamental para realizar um** projeto público com compensação do proprietário. Esta definição abrange também terras ou propriedades de que o proprietário goze de acordo com os direitos consuetudinários e tradicionais reconhecidos pelas leis do país.
- **Assistência ao reassentamento:** apoio prestado às pessoas cujos projetos resultam em deslocação. Isso pode incluir transporte, alimentação, moradia e serviços sociais fornecidos às pessoas afetadas como parte de sua reinstalação. Este apoio pode também incluir os montantes atribuídos às pessoas afetadas a título de compensação pelos inconvenientes causados pela sua reinstalação e para cobrir os custos relacionados com a sua deslocação (despesas de mudança, dias de trabalho perdidos...).
- **Beneficiário:** qualquer pessoa afetada por um projeto e que, em consequência, tenha direito a uma compensação. Isso não se limita somente às pessoas, que devido a implementação do projeto, precisam ser deslocadas fisicamente. Mas, também inclui pessoas que perdem alguns de seus bens ou acesso a alguns recursos que antes usavam.
- **Quadro da Política de Reassentamento (QPR):** O QPR esclarece os princípios orientadores do reassentamento, arranjos organizacionais e critérios de design a serem aplicados aos subprojectos a serem preparados durante a implementação do projeto. Isso inclui princípios de reassentamento e compensação, arranjos organizacionais e critérios que serão aplicados para atender às necessidades das pessoas que podem ser afetadas pelo projeto. Os planos de subprojectos de reassentamento, uma vez alinhados com a estrutura de políticas, são submetidos ao Banco para aprovação após a disponibilização dos dados de planeamento específicos, serão apresentados publicamente. Os Planos de Reassentamento (PR) serão preparados de forma a cumprir com as disposições deste QPR.
- **Compensação:** Pagamento em espécie, em dinheiro e/ou outros bens, em troca da

ocupação de terras ou da perda de outros bens ou meios de subsistência, incluindo imóveis, em parte ou na sua totalidade.

- **Custo de reposição:** refere-se à reposição de bens por um valor que inclui o custo total da reposição dos bens e os custos de transação relacionados.
- **Prazo:** indica a data de conclusão do recenseamento e inventário de pessoas e bens afetados pelos diversos projetos. As pessoas que ocupam a área do projeto após a data limite não são elegíveis para compensação ou assistência ao reassentamento. Da mesma forma, os bens imóveis (como edifícios, culturas, árvores frutíferas ou florestais) constituídos fora do prazo não são compensados.
- **Deslocação:** refere-se a deslocação económica ou física de pessoas de suas terras, casas, fazendas, etc., devido às atividades do projeto. A deslocação ocorre no caso da posse involuntária de terras, resultando em:
  - Relocalização ou perda de refúgio;
  - Perda de propriedade ou acesso à propriedade; ou
  - A perda de fontes de renda ou meios de subsistência, se as pessoas afetadas tiverem que se mudar para outro local. A deslocação também pode resultar da restrição involuntária ou acesso a parques e áreas protegidas legalmente constituídos, resultando em impactos negativos nos meios de subsistência das PAPs.
- **Deslocação económica:** perda de fluxos de renda ou meios de subsistência resultantes de aquisições de terras ou perda de acesso a recursos (solo, água ou florestas) resultantes da execução de um projeto ou suas instalações de apoio.
- **Deslocação física:** perda de moradia e bens resultante da aquisição de terras ocasionada pela execução de um projeto que exige que a(s) pessoa(s) afetada(s) se mudem para outro lugar.
- **Avaliação de bens:** trata-se da avaliação, ao custo total de reposição, do imóvel afetado pelo projeto.
- **Partes interessadas:** qualquer entidade (pessoa, grupo, organização, instituição) interessada e potencialmente afetada por um projeto ou em posição de influenciá-lo.
- **Pessoa Afetada pelo Projeto (PAP):** qualquer pessoa afetada adversamente pelo projeto. Isso inclui a perda total ou parcial, temporária ou permanente, de bens, meios de produção, ocupações, recursos utilizados ou acesso a tais recursos.
- **Plano de Reassentamento e Compensação:** também conhecido como Plano de Ação de Reassentamento (PAR), ou Plano de Reassentamento, é um instrumento (ou

documento) de reassentamento que será preparado quando os locais do subprojeto forem identificados. Nesses casos, a aquisição de terras leva a deslocação de pessoas e/ou à perda de abrigo, meios de subsistência ou à perda ou prevenção ou restrição de acesso a recursos. Os PRs são preparados pela parte que afeta as pessoas e seus meios de subsistência. Os PRs contêm medidas específicas com a obrigação legal de reassentar e compensar a parte afetada antes que as atividades do projeto tenham efeitos adversos.

- **Recenseamento:** levantamento e recolha de dados básicos sobre a população afetada; que inclui o registro de pessoas afetadas por residência ou localidade; elaborar uma lista de beneficiários legítimos antes do prazo; estabelecer uma estrutura para estudos socioeconômicos subsequentes necessários para estabelecer taxas de compensação justas e projetar, seguir e avaliar intervenções sustentáveis de restauração ou de geração de rendimentos; e fornecer uma linha de base para o seguimento e a avaliação.
- **Terra:** significa terra agrícola ou não agrícola e quaisquer estruturas nelas existentes, temporárias ou permanentes, que possam ser necessárias para o Projeto.

## EXECUTIVE SUMMARY

### Introduction

Cape Verde is an archipelago of ten islands, nine of which are inhabited, located 500 kilometers off the west coast of Africa. The country has developed, largely leveraged on its considerable tourism industry, and has achieved the status of a lower-middle income country with a gross national income (GNI) per capita of US\$3 630 in 2019.

Tourism in Cape Verde is approached with a focus on sustainability, whose added value lies in the possibility of generating a direct contribution to both sustainable development and the promotion of human rights, including the gender approach. With this in mind, the government has requested funding from the World Bank for the Resilient Tourism and Blue Economy Development project (P176981), which is being implemented under the management of the Special Projects Management Unit (UGPE).

The project aims to support a more diversified tourism offer and greater SME participation in tourism-related value chains in target destinations. It will address infrastructure and operational barriers in the selected locations and the interventions target investments, policies and local support for SMEs that will enable a resilient and sustainable economic recovery. It comprises four components, the first relating to the development of integrated and resilient infrastructure in the field of tourism and the blue economy, the second relating to strengthening inclusive and sustainable tourism management in the blue economy and the third and fourth relating to project management and emergency response contingency.

The *Resilient Tourism and Blue Economy Development* project came into effect on June 6, 2022. In order to guarantee the project's good environmental and social performance and comply with the requirements of the World Bank's environmental and social policy and standards, the government presented an Environmental and Social Commitment Plan (ESCP) for the project and a set of general environmental and social instruments were developed for the project, namely the Environmental and Social Management Framework (ESMF), the Resettlement Policy Framework (RPF) and the Stakeholder Engagement Plan (SEP). In terms of sub-projects, Pró-garante's Environmental and Social Management System was updated and Environmental and Social Impact Studies (ESIS) and/or Environmental and Social Management Plans (ESMP) were drawn up for all sub-projects. A Biodiversity Management Plan has also been drawn up for the Santo Antão trail

rehabilitation sub-project and Environmental and Social Management Plans will be drawn up for each batch of trails.

One year on from the start of the project, and in the current context where the country already has the second National Plan for Sustainable Strategic Development (PEDS II), as well as sectoral strategies for tourism and the blue economy (Tourism Operational Plan and National Blue Economy Investment Plan, respectively), the authorities are looking to support additional investments in line with the strategic assumption of diversification and expansion within and beyond the anchor sector of tourism, in particular by strengthening synergies with value chains related to the blue economy. In this context, the possibility of additional funding<sup>1</sup> for the Resilient Tourism and Blue Economy Development project was analyzed, in order to increase intervention on the project's target islands.

Although the agreed approach is to reinforce and increase the impact of the main project's investments while maintaining the same geographical areas (Santiago, São Vicente, Santo Antão and Sal), the addition of a fifth island within the scope of the northern islands, in this case São Nicolau, was discussed. Therefore, considering the government's new guidelines and priorities for the sector, new activities were introduced into the project. However, the increase of new activities in the project and new areas of intervention entail a number of environmental and social risks that must always be taken into account.

The Special Projects Management Unit (UGPE), as the entity that carries out the fiduciary management of projects financed by international financial institutions and also coordinates the implementation of the project's environmental and social safeguard requirements, will have to ensure that the processes and practices implemented in this and other projects under its remit do not result in negative environmental and social impacts and that they strictly comply with the environmental and social protection requirements of both national laws and regulations and the World Bank's environmental and social standards.

Therefore, considering that the project will include a number of sub-projects that were not initially planned, there is a need to ensure that the Environmental and Social Management Instruments respond to the risks and impacts that these sub-projects may have on the

---

<sup>1</sup> The project obtained previous additional funding under the sub-project for the rehabilitation of the Espargus-Santa Maria road, on the island of Sal, and this is the second case of additional funding.

project as a whole, so it will be necessary to update these framework instruments, which includes the Resettlement Policy Framework.

### **RPF's objectives**

The RPF is a safeguard instrument designed to avoid, minimize or mitigate the possible negative impacts of involuntary resettlement due to project implementation in accordance with the guidelines set out in ESS 5 and national laws/regulations. The purpose of the Resettlement Policy Framework is to clarify the resettlement principles, institutional arrangements, and design criteria to be applied to sub-projects or project components to be prepared during project implementation.

The RPF includes guidelines for drawing up specific resettlement plans if necessary, and will determine the institutional arrangements and mechanisms for implementing and monitoring them with the sub-projects for which the assessed risks are real.

### **Methodological approach**

The updating of the RPF specifically required the following actions: The revision of the project description and the components for which land acquisition and resettlement may be required; The updating of the estimate of the effects of resettlement, the estimated number and categories of persons affected; The reassessment of the eligibility criteria for the definition of the different categories of displaced persons; Re-evaluating the methods for evaluating affected assets and the proposed Grievance Redress Mechanism; Identifying and clarifying institutional procedures for the payment of compensation and other resettlement aid; Establishing the modalities for financing resettlement; Updating the methodology and responsibilities for monitoring by the implementing agency and, if necessary, by independent monitors.

### **Project description**

The original project includes the following components and activities:

<b>COMPONENT</b>	<b>SUB-PROJECT</b>	<b>DESCRIPTION OF THE SUB-PROJECT</b>
Component 1: Development of integrated and resilient tourism infrastructure	a) Upgrading integrated coastal tourism and fishing infrastructures.	The investments will support the rehabilitation of infrastructure to support fishing and tourism activities.
	b) Improving accessibility to tourist sites.	The main investments will consist of the rehabilitation of 15 km of the Espargos-Santa Maria road on the island of Sal and

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

(Total cost: US\$ 22.32 million)		preparatory studies for better accessibility to emerging tourist sites.
	(c) Rehabilitation of trekking trails, cultural heritage and visitor centers	Investments in the development of key tourism assets and sites in emerging high-growth segments for diversification on the islands
	(d) Develop a strategy and action plan to improve international and inter-island intermodal connectivity	Technical assistance to develop an integrated and intermodal inter-island transport strategy aimed at improving transport links between islands and between the different modes of transport (air, sea, land).
<u>Component 2:</u> Improving the inclusion and sustainable management of tourism and the blue economy	(a) Support entrepreneurship and the development of SMEs in the tourism and fisheries value chain.	This activity will support SMEs in identified service areas to expand and improve the performance of their businesses, particularly those that are led/owned by women. Specific interventions may include business development and capacity building services.
<u>Component 3:</u> Project Implementation Support	It will support expenses related to the implementation of the Project, including hiring.	(i) a consultant to prepare the final environmental and social safeguard (E&S) studies for Component 1 activities;
		(ii) engineering staff based at UGPE to support Component 1 activities, including the preparation of technical specifications as well as the supervision of construction and implementation;
		(iii) an independent auditor for the project;
		(iv) capacity building for UGPE and other sector stakeholders, as necessary; and
		(v) project operating costs.
<u>Component 4:</u> Contingent Emergency Response Component (CERC)	A CERC will be included in the project in accordance with the Investment Project Financing Policy (PIF), paragraphs 12 and 13, for Situations of Urgent Need for Assistance and Capacity Constraints. It will allow for the rapid reallocation of uncommitted loan funds in the event of an eligible emergency, as defined in OP 8.00	In order for the CERC to be activated and funding to be made available, the Government of Cape Verde must: (i) submit a letter of request for CERC activation, and the evidence necessary to determine emergency eligibility, as defined in the CERC Annex to the Project Operations Manual; (ii) an Emergency Action Plan, including the emergency expenses to be financed; and (iii) meet the environmental and social requirements as agreed in the Emergency Action Plan and the ESCP.

The additional funding will integrate the following sub-projects:

Component 1: Development of integrated and resilient tourism and blue economy infrastructures

*Santiago Island*

<b>Investment</b>
Modernization and rehabilitation of the first sales market in the Praia fishing complex
Ribeira da Barca fishing pier
Porto Rincão
Construction of a basin for craft/semi-industrial vessels in Chão Bom
Shipyard for the manufacture and repair of semi-industrial fishing boats in Calheta de São Martinho (Santiago)*
Praia Fish Market (Santiago) *
Passenger terminal in Praia
Trail rehabilitation expansion
Cidade Velha Road - Bota Rama Salineiro
Praia Maritime Passenger Terminal

*St. Vincent Island*

<b>Investment</b>
Reconstruction and rehabilitation of the ONAVE shipyard facilities in Mindelo
Expansion and rehabilitation of trails

*Islands of Santo Antão and São Nicolau*

<b>Investment</b>
Rehabilitation of the ramp for fishing boats in Cruzinha
Expansion of trail rehabilitation
Fisheries landing janela (arrastadouro de Penedo Janela)
Fisheries landing Paço, Paul (arrastadouro de Paço, Paul)
Multipurpose pier in Tarrafal de Monte Trigo*
Monte Trigo multipurpose pier

<b>Investment</b>
Port infrastructures in Carriçal
Construction of the Preguiça artisanal and sport fishing port
Expansion and rehabilitation of trails
Tarrafal de SN passenger terminal

*Sal*

The AF proposes to pilot a selected number of circular economy opportunities for the island of Sal in close coordination with the Tourism Sector Sustainability Pact initiative.

Component 2: Improving the inclusion and sustainable management of tourism and the blue economy

<b>Investment</b>
Support for the governance of the trail (pilot in Santo Antão)
Legislative and regulatory reform with a focus on market hikes
Entrepreneurship and Training in Nature Tourism
Extension of sustainability projects to São Vicente, Santo Antão and Santiago
Digitalization of tourism licensing and support for market intelligence
Support and train fishing communities to strengthen their entrepreneurial skills
Improving fisheries management, governance, research and training

Components 3 and 4 maintain the same objective as the original project.

**Legal framework for resettlement in Cape Verde**

The policies affected by the implementation of the Resilient Tourism and Development of the Blue Economy project (P176981) on the five islands of Santiago, São Vicente, Sal, São Nicolau and Santo Antão, with funding from the World Bank, are based, on the one hand, on national legislation, particularly in terms of land use and the expropriation of real estate, and, on the other hand, on the World Bank's environmental and social standards. The legal and institutional context of the RPF implies harmonization with the World Bank's Environmental and Social Standards, in particular with ESS 5.

The use of land and the expropriation of real estate are carried out in accordance with the Constitution of the Republic and the legal regime applicable in Cape Verde. This regime is based on legal principles, guidelines and directives, such as Legislative Decree 2/2007, of July 19, which establishes the principles and rules for the use of land, both by public authorities and private entities, and Legislative Decree 3/2007, of July 19, which regulates the expropriation of real estate for public utility, with fair compensation. The acquisition of the land needed to implement the project is the responsibility of the state through the Directorate-General for Patrimony and Public Procurement (DGPCP). Information gathered in the field tells us that most of the land belongs to the state and/or municipalities. In general terms, the following disparities are observed between the World Bank's ESS 5 and national legislation.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

<b>Legal provisions and procedures</b>	<b>National legislation</b>	<b>ESS 5</b>	<b>Observations</b>	<b>Recommendations</b>
Reinstallation	There are no specific references in national legislation.	ESS 5 applies to all project components subject to resettlement operations. Resettlement should be avoided as much as possible. Provide sufficient compensation/rehabilitation actions and allocation of resources for those affected.	Lack of references in national legislation.	Physical eviction is not foreseen. However, should there be situations of eviction / resettlement, a specific sub-project resettlement plan must be drawn up under the terms of the WB's ESS 5 and, in particular, the instruments set out in Annex 1 - "Involuntary Resettlement Instruments".
Compensation in kind	Article 61(1) of Decree-Law 3/2007 of July 19 stipulates that the payment of compensation for expropriation for public utility must be paid in cash, unless otherwise stipulated.	<p>The payment in cash of compensation for loss of property is acceptable in cases where:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Livelihoods are derived from land resources, and the land occupied by the project represents only a small fraction of the affected asset and the rest of the asset is economically viable;</li> <li>(ii) There are active markets for land, housing and work, displaced people use these markets and there is a sufficient supply of land and housing available; where finally</li> <li>(iii) Livelihoods are not based on land resources. Cash compensation levels must be sufficient to finance the replacement of lost land and other assets at full replacement cost on local markets.</li> </ul>	ESS 5 only accepts cash payments in certain cases and not in general.	<p>If the displaced individuals' livelihoods are derived from the land or the land is collectively owned, the Borrower will offer the displaced individuals an option to replace the land, in accordance with paragraph 35(a), unless it can be demonstrated to the Bank's satisfaction that no replacement land is available.</p> <p>In the case of affected individuals, in accordance with paragraph 10(c) of ESS 5, resettlement assistance will be provided in lieu of land compensation, as described in paragraphs 29 and 34(c) - ESS 5.</p>

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Compensation of assets	Article 62 of Legislative Decree 3/2007, of July 19, provides for the payment of compensation for the transfer of assets or rights. It stipulates that the payment of compensation for expropriation for public utility must be made in cash, unless otherwise specified.	<p>Land compensation/rehabilitation strategies should be prioritized over displaced people whose livelihoods depend on land use.</p> <p>In the case of replacement land to be provided to resettlers, it must have good productive capacity, geographical advantages and other factors at least equivalent to the advantages of the land occupied. For land compensation in urban areas, it is necessary to consider the market value before relocation using similar land located in the vicinity of the affected land, as well as the transfer costs</p>	There is no correspondence, because the World Bank's ESS 5 favors land compensation strategies when livelihoods depend on land use.	The payment of cash compensation for loss of land and other assets may be appropriate in the following cases: (a) when the means of subsistence do not come from the land; (b) where livelihoods are derived from land, but the land contracted for the project is a small fraction of the affected assets and the residual land is economically viable; or (c) where there are active markets for land, housing and labor, displaced individuals use such markets and there is a sufficient supply of land and housing, and the Borrower has proven to the Bank's satisfaction that there is insufficient land available for replacement.
Infrastructure	It may fall under articles 61 and 62 of Legislative Decree 3/2007 of July 19, which provides for the payment of compensation in cash or by transfer of assets or rights.	The right to compensation in kind or in cash, the total cost of replacement, including labor costs and rehabilitation expenses before resettlement.	Agreement in principle between national legislation and ESS requirements 5.	Complete with the provisions of ESS 5 paragraph 26.
Eligibility deadline	There are no specific references in national legislation.	The socio-economic survey or the date of the census makes it possible to identify those eligible for compensation/rehabilitation, in order to discourage the arrival of ineligible people.	Lack of references in national legislation.	Date of completion of the survey of the affected population.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

		<p>The implementation of an acceptable procedure for determining the admissibility of displaced persons involves different actors.</p> <p>Excludes the right to compensation and support for people who settled in the region after the decision to establish the survey of the population eligible for compensation / rehabilitation.</p>		
Eligibility for compensation	Occupants without title deeds are not eligible for compensation.	<p>When the acquisition of land or restrictions on its use (whether temporary or permanent) cannot be avoided, the borrower will provide those affected with compensation for the cost of replacement, as well as other aid necessary to enable them to improve or at least restore their standard of living or means of subsistence, subject to the provisions of points 26 to 36 of ESS 5.</p> <p>All occupants and land users with and without title are eligible for compensation.</p>	Unlike ESS 5, there are no provisions for compensatory measures for non-titled occupants in national legislation	<p>Affected individuals can be classified as:</p> <p>(a) individuals who hold formal rights to land or assets; individuals who do not have formal rights to land or assets, but who claim land or assets and such claims are or may be recognized under national law;</p> <p>(b) The census described in paragraph 20 of ESS 5 will establish to which of these categories the affected individuals belong.e</p> <p>(c) individuals who have no recognizable legal right or claim to the land or assets they occupy or use.</p>
Illegal occupation	There are no specific references in national legislation.	<p>People whose occupation is illegal will receive resettlement assistance in lieu of compensation for the land they occupy, and any other assistance as necessary for the purposes of meeting the objectives set out in this policy, provided that they occupied the land in the project area before the deadline was set.</p> <p>If physical relocation is necessary, the displaced must receive assistance, such as travel aid during resettlement.</p>	Unlike ESS 5, there are no provisions for compensatory measures for non-titled occupants in national legislation	People whose occupation is illegal will receive resettlement assistance in lieu of land compensation, as described in paragraphs 29 and 34 (c) of ESS 5.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Publication	There are no specific references in national legislation.	Displaced populations must be consulted constructively so that they have the opportunity to participate in the entire compensation/rehabilitation process. The interests of tenants, users and the loss of income resulting from rehabilitation are taken into account in the provisions of ESS 5	Unlike ESS 5, there are no provisions for publication in national legislation.	Those affected will be informed of the amounts of compensation, their rights and duties and the list will be published, following the rules of ESS 5.
-------------	---	--	--	---

### Risks and impacts associated with additional financing

Resettlement risks have been identified for different activities, as shown in the table below:

Island	Municipality	Date	Actions taken	Risk and potential impacts identified
Santiago	Ribeira Grande	26.10.23	<p>a) Meeting with the City Council team (Councillor for the Environment, Sanitation and Urban Planning and Director of the Technical Office) and the Director of the Office for the Safeguarding of the Old Town's Heritage</p> <p>b) Visit to the property:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Meeting with the Calheta de S. Martinho waterfront community;</li> <li>✓ The site proposed for the construction of a shipyard to manufacture and repair semi-industrial fishing boats;</li> <li>✓ Meeting with the communities of Salineiro and Bota Rama</li> <li>✓ The Bota Rama-Salineiro road.</li> </ul>	<p>As far as Calheta de São Martinho is concerned, only the DPM belongs to the state, and the rest of the land is privately owned. The boundaries of the intervention zone are unknown, but there may be a need to use private land, so there is a risk.</p> <p>In the intervention area, old infrastructures related to fishing repairs and road antennas were identified within the DPM. The site is also occupied by local fishermen's boats and there is a small house that is used as a fisherman's house. Outside the DPM there are old shrimp production ponds and other infrastructures to support ship repair.</p> <p>The road may need to be widened in some areas, but given that the infrastructure already exists, the widening will be in the road easement area.</p> <p>There is therefore a risk of resettlement, so it may be necessary to allocate PARs once the sub-project has been defined.</p>
	Tarrafal	25.10.23	<p>a) Meeting with the municipal team made up of the Director of the Mayor's Office, Councillors and technicians from the CM-Tarrafal Technical Office;</p> <p>b) Field visit accompanied by technicians from the CM-Tarrafal Technical Office:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Meeting with fishing communities in Chão Bom;</li> <li>✓ Visit to the site proposed for the construction of the basin for craft/semi-industrial vessels in Chão Bom.</li> </ul> <p>c) Individual and small group contacts with the different stakeholders in the communities, on-site</p>	<p>The interventions will be in the area currently occupied by fishermen and fishmongers from Chão bom, so during the works new areas will have to be located for the temporary relocation of those affected and the process will have to be done in consultation with the municipalities, fishmongers, fishermen and other people who normally use the space. However, the bay is relatively extensive and considering that the specific interventions and the area to be occupied have not yet been defined, the risk is potential, but cannot be specified at this stage.</p> <p>There may be economic resettlement or, in this case, temporary relocation of people.</p>

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

			interviews with some fishermen, fishmongers, shipowners and the fishermen's association.	A specific PAR may be required to define all the aspects to be taken into account when carrying out the work.
Santa Catarina	25.10.23	<p>a) Meeting with the council team made up of the mayor, all the councillors and technicians from the Santa Catarina City Council Technical Office;</p> <p>b) Site visit accompanied by the President of the CMSCS, councillors and technical directors;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Meeting with fishing communities in Ribeira da Barca;</li> <li>✓ Visit to the Ribeira da Barca fishing pier;</li> <li>✓ Meeting with the fishing communities of Rincão;</li> <li>✓ Visit the fishing infrastructures proposed for rehabilitation;</li> </ul> <p>c) Individual and small group contacts with the different stakeholders in the communities, on-site interviews with some fishermen, fishmongers, shipowners and the fishermen's association.</p>	<p>The interventions will take place in the area currently occupied by fishermen from Ribeira Barca, so during the works new areas will have to be located for the temporary relocation of the people affected and the process will have to be carried out in consultation with the municipality, fishmongers, fishermen, tourist operators and other people who normally use the space.</p> <p>There may be economic resettlement or, in this case, temporary relocation of people and boats, bearing in mind that the area occupied is slightly small.</p> <p>A specific PAR may be required to define all the aspects to be taken into account when carrying out the work.</p> <p>In the rincón area, the bay is relatively long and considering the proposed interventions, the work could normally take place with an ESMP.</p>	
Beach	27.10.23	<p>a) Meeting with Enapor officials</p> <p>b) Visit to the fishing pier</p> <p>c) Meetings with fishermen, shipowners and fishmongers</p> <p>d) Meeting with the company responsible for managing the fishing pier</p>	<p>The work on the port and pier on the beach could entail a significant risk of resettlement, given the economic dynamics that exist there. There are currently more than 2,000 registered fishmongers and if you add in the number of shipowners and fishermen who use the area, it is easy to see that the execution of the work will have to be planned in detail and communication will be the crucial factor in determining the success of the sub-projects to rehabilitate the quays, passenger terminal and second-sale market and avoid constraints and conflict situations.</p> <p>The risk of resettlement is real, since it will not be possible to maintain all the functions and businesses carried out at the pier</p>	

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

				<p>during the works, considering that the first sales office will be rehabilitated, including the pier itself.</p> <p>As for the passenger terminus, the service will be maintained in the existing terminus, so people who currently occupy the buildings that will be demolished to make way for the new passenger terminus will be relocated.</p> <p>Regarding the second-sale market, the exact location of the projects has not yet been determined, but if it is near the pier there will be economic resettlement, given that the areas around the pier are used for various activities such as boat repairs, food sales, parking and other activities.</p>
Santo Antão	Porto Novo	25.09.23	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Meeting with the CM-PN represented by the President accompanied by the Councillors for the Environment and Tourism;</li> <li>b) Meeting with the head of the Roots Project;</li> <li>c) Meeting with the MAA Delegate;</li> <li>d) Meeting with the Tourist Guides Association, guides and operators;</li> <li>e) Meeting with the person in charge of CMPN's rehabilitation works.</li> </ul>	<p>The interventions on the trails do not present a risk of resettlement, the trails are currently used by tourists and the local population and the interventions are small and carried out manually. Therefore, as long as the works are properly planned in the Environmental and Social Management Plan, the work can take place without negatively affecting the interested and affected parties.</p>
	Ribeira Grande	26.09.23	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Meeting with CM-RG, represented by the municipal team made up of the director of the Technical Office and technicians from the office responsible for the trail rehabilitation sub-project;</li> <li>b) Field visits: individual contacts with the sub-project's target groups; <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Meeting with the fishing community of Cruzinha;</li> <li>✓ Visit to the Cruzinha drag.</li> </ul> </li> </ul>	<p>The risks of resettlement could be associated with the work in the Cruzinha fishing area, taking into account the planned work and the current use of the area.</p> <p>The rehabilitation of the trails does not entail any risk of resettlement.</p>
	Paul	26.09.23	a) Meeting with the City Council	The rehabilitation of the trails does not

### Quadro de Políticas de Reassentamento

			team, represented by the President and the Director of Tourism, the Director of the Environment and the Social and Gender Councillor b) Meeting the tour guides	entail any risk of physical or economic resettlement.
--	--	--	--	---

#### Characterization of the parties affected by the project

The people likely to be affected by the project are generally the communities in the vicinity of the works who may suffer from noise and dust emissions during the works, formal or informal users of agricultural, forestry and grazing land who may suffer damage during the passage of machinery, fishermen, fishmongers and fish handlers, tour operators, tourists and drivers.

Vulnerable people within the scope of this RPF have been defined as families below the poverty line (according to the official national definition), single women heads of household, disabled people, elderly people living alone, people with chronic illnesses, families without support, as well as any other person who will be considered vulnerable by future detailed socio-economic studies.

#### Principles, processes and compensation matrix of the RPF

The Project will try to avoid, minimize and/or compensate for displacement or resettlement by applying the following principles:

- The UGPE/MTT/MIOTH/MM should, together with the General Directorate of Patrimony and Public Procurement, review the execution projects for the different sub-projects to avoid impacts on land, beaches, economic activities and fixed structures and the displacement and resettlement that this would entail;
- When the impact on a family's assets (land) or economic activities is such that that family's livelihoods are at risk, even if it is not necessary to physically move that family, the project team must revise the implementation project to avoid this impact as much as possible;
- The cost of land acquisition or compensation, displacement of economic activities and their compensation will be included in the cost estimate of the sub-projects, to allow for a complete evaluation;
- Compensation is provided punctually on the basis of the agreement signed with the PAPs, and will be finalized before the date of travel;
- As far as technically possible, the structures will be located in public spaces or in existing and vacant easement areas.
- In all the municipalities affected, the communities and the different actors will be consulted and

involved in an inclusive way (women, people with disabilities, the elderly, etc.) in the planning and implementation process of the project;

- Eligible and affected people should receive assistance to restore or improve their livelihoods;
- Natural or legal persons who lose their sources of income (temporary or permanent) must be compensated and assisted in good time, even before the rehabilitation/construction work begins;
- All PAPs must have access to an appropriate Complaints Management Mechanism.

Properties and assets will be valued according to the following guidelines: (i) identification of assets and investments (crops, buildings and other improvements), in accordance with the resettlement plan; (ii) compensation values, based on the total replacement cost before displacement, taking into account the highest amounts; (iii) the market price of the crops, to be set according to the values determined by the Ministry of Agriculture and Environment or other authorized structures (DNPCP), provided that they are based on a realistic search for the values currently practiced in the local markets; (iv) PAPs who lose usufruct land (if someone has occupied land for more than 20 years they become the official owner) will receive an equivalent amount; and (v) PAPs who lose their property will be compensated for the real value of the property (which can be in cash).

Compensation will be granted to all people whose property or access to property is affected, following the acquisition of land carried out as part of the project. Compensation must be paid before displacement and may be in cash, in kind and/or through special assistance. The type of compensation will be selected in consultation with all interested parties.

### **Resettlement Action Plan (PAR)**

Specific resettlement plans will be required for all sub-projects with a real risk of resettlement. The RAP will define the eligibility criteria, assess the losses and define means of compensation, including a chronogram of the execution of activities, the cost, institutional responsibilities, the GRM and measures for monitoring and evaluating its implementation.

The RAP implementation program must be based on logical and coherent reasoning. The resettlement program comprises three phases: (i) planning; (ii) implementation; and (iii) monitoring and evaluation. In the planning phase, the organizations involved (UGPE, executing entities, administrative authorities,

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

state officials and NGOs) must prepare a land rights form and identify the owners and users. Based on this initial identification, it will be decided whether or not to draw up a PAR.

All resettlement operations, including expropriation, compensation, relocation, resettlement, assistance, etc., must be fully completed before work begins.

### Training program

Taking into account the differences between national regulations and ESS requirements, a series of training sessions are planned to strengthen the capacities of the institutions that will be part of the process, according to the schedule below:

Participants	Training topic	Modality	Duration	Trainer
Project coordination (UGPE team, MF team responsible for resettlement procedures)	ESS5 of the World Bank, as well as the requirements and e specific procedures to sub-projects.	Workshop (can take place during the first month).	1 to 2 days	World Bank
UGPE team Institutional partners Supervision Contractors Consultants national	Environmental and social aspects - national legal and regulatory framework.	Workshop (can take place during the first month).	1 to 2 days	Consultant

### Stakeholder consultation and involvement

As a result of the consultations, concerns/suggestions/requests for clarification were raised, as shown in the table below:

Island	Questions	Comments
Santiago (town quay)	When will the fishing pier be rehabilitated?	The project is currently being drawn up. As soon as the funding is available, the tenders will be launched and evaluated, and then the work will begin.
	Where will the fishermen be relocated during the rehabilitation phase of the coastline (Tarrafal beach)?	A CM replied that they will be temporarily relocated to Chão Bom beach.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	What will be the fate of the net repairers who currently use the ruins of the fishing pier for this purpose? activity?	The space will be arranged so that each activity currently taking place will have its own space in the future, including a space for repairing fishing nets.
	What will be done to improve the working conditions of fish sellers and the hygienic conditions of the product (fresh fish), thereby safeguarding public health?	A cold room will be set up in the Fisherman's House to store the fish and thermal boxes will be distributed to the fishermen to sell their catch on the street, as well as a stand to sell it <i>in the street.situ.</i>
Santiago Chão Bom, Ribeira da Barca. Calheta de São martinho and Rinção (Additional funding)	Where the boats will be placed during the works	The document being drawn up is generic and later, together with everyone's involvement, the entire process of relocating people will be planned so that no party is harmed.
	When will the work start? They've been waiting a long time for the rehabilitation of the Ribeira da Barca culvert.	The entire associated process and the necessary steps up to the construction phase were explained in order to better manage expectations.
	Questions were raised about the use of the fishermen's house with an ice machine, the Ribeira da Barca fish washing and processing area by private individuals and the need to resolve this issue definitively and return the infrastructure to the fishermen's association.	It was mentioned that this aspect will be portrayed in the report and that when the Environmental and Social Impact Study is drawn up, it will be analyzed and portrayed in detail in order to improve its management.
	At the rink they informed us that the current manual boat dragging equipment does not work properly and therefore needs to be repaired or replaced, because the fact that it is manual and gets stuck increases the risk of accidents during the process.	The fishermen have been informed that their concerns will be addressed in the document and that they will be detailed when the EIAS is drawn up. Nonetheless, the local authorities took note to resolve the problem in good time
	At Calheta de São Martinho, they asked about the time it would take for the work to begin, the need to train young people in	They were informed that all their concerns will be recorded and that the project design will include some

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	<p>ship repair, and they reported on the old activity and the ways in which it was closed down without concern for the workers of the time. They reported on their current situation in terms of their inability to replace their batteries in order to continue to have access to renewable energy and the need for this aspect to be taken into account in the project design.</p> <p>Another issue raised was improving access for the community, regardless of land ownership, and they described all the difficulties they face, including children and the constant isolation they are subjected to in the rainy season.</p>	<p>possible measures to improve the living conditions of the five families living in the community, especially the training of young people so that they can be employed in the industry to be built.</p>
Beach (Additional funding)	<p>Questions were raised about the fear of losing jobs; about the location of the future fish market, the fear of it being far from the pier and the possibility of this whole process generating many conflicts if it is not well planned.</p>	<p>It was informed that specific consultations will be held with each focus group at a later date and that the entire planning process will be designed with everyone's support in order to take into account the concerns of each party.</p>
Old town road - salt flats	<p>The people of the community asked for the rehabilitation of the access within the community to be included, with paving.</p> <p>They also spoke about the constraints they face with the current road and, above all, the transportation costs due to the poor condition of the road. They said that this was everyone's demand and that the road already exists and is used, so the risk of resettlement is residual. They also asked for local young people to be trained and hired for the work.</p>	<p>They were informed that it is always recommended to hire local labor and that the project could always strengthen local capacity with training in paving, for example, considering that most of the men in the community are Cape Verdeans and could be trained to carry out more activities related to construction and be employed in the project.</p>
St. Nicholas (Additional funding)	<p>Demand for complementary projects in the energy sector, access to drinking water, a fish processing area, among other activities</p>	<p>The requirements that will have to be met for resettlement and the other components of this and other projects</p>

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	<p>to improve the living conditions of the Cariçal community, taking into account the current conditions of the community.</p> <p>The community of Preguiça also questioned various aspects related to access to the pier during the construction phase and the need to revitalize the pier with a commercial pier and training for young people in fishing, navigation and blue economy areas in general.</p>	<p>that foresee the requested resettlements in the field of training and capacity building were explained.</p>
S. Vincent	When will construction start?	Coming soon.
	What projects have been contemplated for the island of São Vicente?	<p>Mindelo: Rehabilitation of the Fish Market and the Sea Museum.</p> <p>São Pedro: Construction of an interpretation and visitor center and turtle conservation</p>
	The rehabilitation of the fishing pier (pontoon) will be contemplated.	Not at this stage. It may eventually be included in the project.
	For where will be relocated the fish sellers during the rehabilitation works?	CM will provide an alternative, temporary space.
Salt	When will construction start?	As soon as the project is ready and the funding made available.
	Will the asphalt be replaced?	Yes, the bituminous material will be replaced.
	We're fed up with promises. Will the stretch of road be built this year?	As soon as the project is ready and funding is available.
	Where will the families who may be temporarily displaced go? displaced?	The Chamber, together with the government, will come up with solutions to be discussed with the people affected.
	After the rehabilitation of the Santa Maria pontoon, the economic activities currently practiced there will return and under what conditions.	There will be organized spaces for each economic activity with better hygienic conditions, requiring everyone to comply with hygiene, sanitation and safety rules.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Santo Antão	Which were the sub-projects for Santo Antão?	According to the information available to date, the following projects have been contemplated: Improvement/protection of the seafront and accessibility to emerging tourist sites (Tarrafal Monte Trigo) Rehabilitation of the Canal Bridge (historical heritage) Rehabilitation and signposting of 71km of footpaths (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul) Mapping and signposting of 394km of hiking trails (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul).
	What types of interventions were considered for the Tarrafal de Monte Trigo sub-project	The following were covered: protection of the seafront, and the section of road leading to the town;
	The 71 km of side roads considered are clearly insufficient for Santo Antão.	These are interventions in the most affected areas. The overall extent will be greater. They may other interventions will be contemplated.
	Did the project address the existing social issues, especially those of female heads of household?	These are infrastructure projects. They will contribute to improving the social conditions and quality of life of communities contemplated.
	What is the deadline for starting work?	Still no date date. The normal procedures for this type of project are underway.
	Will the sties be moved? Where to?	If there is a good strip of land for the road, there will probably be no need to relocate the sties.
	We have a lack of jobs. How many jobs will be created? When?	The number of workers is not yet known. Given the scale of the work, a considerable number of workers will be needed. Priority will be given to

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

		local workers.
	Tarrafal's seafront will be protected in view of the effects of climate change on the houses closest to the sea (rising sea levels). There are times of the year when the sea comes in through the front door and out through the backyard.	The road and the protection of the seafront are two complementary projects, which will take these factors into account when drawing up the project and implementing it.

A Grievance Regress Mechanism (GRM) has also been established for the project, the main aim of which is to provide an accessible and effective communication channel to collect feedback from beneficiaries and other stakeholders on the project, and to help resolve complaints in a timely manner, effectively and efficiently, in order to satisfy all parties involved.

### **RPF follow-up**

The RPF includes guidelines for monitoring and reporting on the implementation of the measures presented in this document. The following indicators have been defined:

- a) Number of PARs drawn up as part of the project;
- b) No. of displaced families (% headed by women; % headed by men);
- c) No. of resettled families (% headed by women; % headed by men);
- d) Number of families and PAPs physically displaced by project activities;
- e) Number of families compensated by the project;
- f) Number of families headed by compensated women;
- g) Number of vulnerable people who received the planned assistance measures (%);
- h) Number of cases of GBV;
- i) Number of families and people resettled by the project;
- j) Number of people affected by the project who have restored or improved their livelihoods;
- k) Total amount of compensation paid (%);
- l) No. of PAPs that have resumed their economic activities (%);
- m) % of PAPs whose income was restored;
- n) No. of complaints lodged;
- o) % of complaints resolved; and

p) Average complaint processing time.

### Responsibilities for implementing the RPF

The Special Projects Management Unit (UGPE) has, and is available, an environmental and social specialist, hired to support the implementation, follow up and report on the implementation activities of the RPF and the PARs. The other actors and their responsibilities in the project are shown in the following table.

Institutional actors	Responsibilities
Ministry of Tourism and Transport, Ministry of the Sea and MIOTH	RPF press release
	Approval and dissemination of PARs
	Start of the public utility declaration procedure
Ministry of Finance (Budget and Areas)	Financing the amount of compensation
	Declaration of public utility
Executing Agencies/Project Coordination (Monitoring the expropriation and compensation process and sending activity reports to the WB)	RPF press release
	Approval and dissemination of PARs
	Financing studies, awareness-raising and follow-up
	Close collaboration with implementing agencies and regional technical services
	Assistance to organizations, local authorities, NGOs
	Appointment of the Social Expert responsible for coordinating the implementation of the PARs
	Participation and follow-up of the iterative process of consultation and participation
	Recruitment of consultants/NGOs to carry out socio-economic studies, PARs and monitoring/evaluation
	Supervision of compensation for those affected
	Follow-up of the expropriation and compensation process
	Sending activity reports to the WB
Directorate-General for Assets and Public Procurement (DGPCP)	Expropriation procedures for public utility.
	Establishment of evaluation and compensation committees
Asset Evaluation and Compensation Committee	Evaluation of expenses and people affected
	Management of allocated financial resources
	Compensation for beneficiaries

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	Release of rights of way
Local authorities (town halls)	Registering complaints
	Identification and clearance of sites to be expropriated
	Monitoring resettlement and compensation
	Disclosure of PARs
	Processing according to the dispute resolution procedure
	Participation in proximity monitoring
Social consultants, NGOs and Civil Society Organizations (consultation and participation, evaluation)	Socio-economic studies
	Drawing up the PARs
	Capacity building/information and awareness Design and organization of the process
	Design and organization of the iterative consultation and participation process
	Mid-term and final evaluation
Justice (expropriation judge)	Judgment and conflict resolution (in the event of an amicable disagreement).
Directorate-General for Agriculture, Forestry and Livestock (DGASP)	Farm valuation
National Environment Directorate	Assessment of impacts on forest species and protected areas
Monitoring and evaluation committee	Registering complaints
	Validation of the identification process
	Valuation of assets and compensation
Local communities	Identification and availability of sites/goods
	Follow-up on resettlement and compensation payments
	PSR statement
	Conflict resolution
	Participation in monitoring and evaluation activities.

### Budget and execution

The estimated budget for implementing the RPF is as follows:

Activities	Cost (US\$)	Cost (ECV)	Source of funding
		Local currency	

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Public consultation, awareness-raising and training of local actors and affected communities;	20 000	1 934 000	Project
Information, Awareness Raising and Capacity Building of implementing agencies (including the design and implementation of a Capacity Building Program);	40 000	3 868 000	Project
Drawing up PARs and implementing them (minimum of one PAR/island). c) Drawing up PARs; d) Implementation of the PARs.	33 000 22 000 11.000	3 191100	Project
Establishment of the Complaints Management Mechanism, including training activities.	5 000	483500	Project
Participatory monitoring and evaluation	18.000	1 740 600	Project
Total expected cost	116 000	11 217 200	

The Ministry of Finance of Cape Verde, represented by the National Directorate of Patrimony and Public Procurement (DNPC), assumes responsibility for complying with the conditions contained in this RPF regarding the payment of compensation for loss of property and the possible acquisition of land. On the other hand, the UGPE will finance, with resources from the Project, the costs inherent in the preparation/implementation of the PAR, internal monitoring/evaluation of the resettlement and resettlement assistance, including assistance measures for vulnerable groups, training and public consultation.

## RESUMO EXECUTIVO

### Introdução

Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, nove das quais são habitadas, localizado a 500 quilómetros da costa ocidental de África. O país desenvolveu-se, em grande parte alavancado na sua considerável indústria turística, e alcançou o estatuto de país de rendimento médio-baixo com um rendimento nacional bruto (RNB) per capita de US\$3 630 em 2019.

O turismo em Cabo Verde é abordado com enfoque na sustentabilidade, cujo valor acrescentado radica na possibilidade de gerar uma contribuição direta tanto para o desenvolvimento sustentado, como para a promoção dos direitos humanos, incluindo a abordagem de género. Nesta ótica, o governo solicitou o financiamento do Banco Mundial para o projeto Turismo Resiliente E Desenvolvimento Da Economia Azul (P176981) que está a ser implementado sob a gestão da Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE).

O projeto tem como objetivo apoiar uma oferta turística mais diversificada e uma maior participação das PME em cadeias de valor relacionadas com o turismo em destinos-alvo. O mesmo irá abordar infraestruturas e as barreiras operacionais nos locais selecionados e as intervenções visam investimentos, políticas e apoio local às PME que permitirão uma recuperação económica resiliente e sustentável. O mesmo compreende quatro componentes, sendo o 1º relacionado ao desenvolvimento de infraestruturas integradas e resilientes no domínio do turismo e da economia azul, o 2º relacionado ao reforço da gestão inclusiva e sustentável do turismo na economia azul e o 3º e 4º relacionados a gestão do projeto e contingente de resposta a emergência.

O projeto *Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul* entrou em efetividade a 6 de junho de 2022. Para garantir o bom desempenho ambiental e social do projeto e cumprir com os requisitos da política e normas ambientais e sociais do Banco Mundial o governo apresentou um Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) para o projeto e foram desenvolvidos um conjunto de instrumentos ambientais e sociais gerais do projeto, nomeadamente o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), o Quadro de Política de Reassentamento (QPR) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Ao nível dos subprojectos foi atualizado o Sistema de Gestão Ambiental e Social da Pró-garante e foram elaborados Estudos de Impacte Ambiental e Social (EIAS) e/ou Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para todos os subprojectos. Ainda foi elaborado o Plano de Gestão da

Biodiversidade para o subprojecto de reabilitação dos trilhos de Santo Antão e serão elaborados Planos de Gestão Ambiental e Social para cada lote de trilhos.

Após um ano desde o início da implementação do projeto, e no contexto atual onde o País já conta com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico Sustentável (PEDS II), bem como das estratégias setoriais para o turismo e a economia azul (Plano Operacional do Turismo e Plano Nacional de Investimento na Economia Azul, respetivamente), as autoridades procuram apoiar investimentos adicionais em conformidade com o pressuposto estratégico de diversificação e expansão dentro e para além do setor âncora do turismo, em particular através do reforço das sinergias com as cadeias de valor relacionadas com a economia azul. Neste contexto foi analisado a possibilidade de um financiamento adicional <sup>2</sup>para o projeto Turismo Resiliente E Desenvolvimento Da Economia Azul, por forma a aumentar a intervenção nas ilhas alvo do projeto.

Embora a abordagem acordada seja a de reforçar e aumentar o impacto dos investimentos do projeto principal, mantendo as mesmas áreas geográficas (Santiago, São Vicente, Santo Antão e Sal), foi discutida a adição de uma quinta ilha no âmbito das ilhas do norte, neste caso, São Nicolau. Portanto, considerando as novas orientações e prioridade do governo para o setor, foram introduzidas novas atividades no projeto. No entanto, o incremento de novas atividades no projeto e novas áreas de intervenção acarentam um conjunto de riscos ambientais e sociais que devem ser sempre acautelados.

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE), enquanto entidade que faz a gestão fiduciária de projetos financiados por instituições financeiras internacionais e também coordena a implementação dos requisitos de salvaguardas ambientais e sociais do projeto, terá que assegurar que os processos e práticas implementadas, neste e outros projeto sob sua alçada não resultem em impactes ambientais e sociais negativos e que cumpram rigorosamente com os requisitos ambientais e de proteção social, tanto das leis e regulamentos nacionais, como as normas ambientais e sociais do Banco Mundial.

Assim, considerando que o projeto integrará um conjunto de subprojectos não previstos inicialmente, há necessidade de garantir que os Instrumentos de Gestão Ambiental e Sociais dê resposta aos riscos e impactes que estes subprojectos possam incrementar ao projeto no seu todo, pelo que será necessário a atualização dos referidos instrumentos quadro, o que inclui o Quadro de Política de Reassentamento.

---

<sup>2</sup> O projeto obteve um financiamento adicional anterior no âmbito do subprojecto de reabilitação de estrada espargos-Santa Maria, ilha do Sal, sendo o presente caso o segundo financiamento adicional.

### Objectivos do QPR

O QPR é um instrumento de salvaguarda projetado para evitar, minimizar ou mitigar os possíveis impactes negativos do reassentamento involuntário devido à execução do projeto de acordo com as orientações estabelecidas na NAS 5 e as leis/regulamentos nacionais. O objectivo do Quadro da Política de Reassentamento é clarificar os princípios de reassentamento, arranjos institucionais, e critérios de concepção a aplicar aos subprojectos ou componentes do projecto a preparar durante a implementação do projecto.

O QPR integra orientações para elaboração de planos específicos de reassentamento caso necessário, e determinará as disposições institucionais e mecanismos para implementação e acompanhamento do mesmo junto aos subprojectos para os quais os riscos avaliados forem reais.

### Abordagem metodológica

A actualização do QPR requereu especificamente as seguintes acções: A revisão da descrição do projecto e as componentes para os quais a aquisição de terras e o reassentamento poderão ser necessárias; A actualização da estimativa dos efeitos do reassentamento, o número estimado e categorias de pessoas afectadas; A reavaliação dos critérios de elegibilidade para a definição das diferentes categorias de pessoas deslocadas; A reavaliação dos métodos de avaliação dos activos afectados e Mecanismo de Gestão de Reclamação proposto; A identificação e clarificação de procedimentos institucionais para o pagamento de indemnizações e outras ajudas à reinstalação; O estabelecimento das modalidades de financiamento da reinstalação; A actualização da metodologia e responsabilidades na monitorização pela agência de implementação e, se necessário, por monitores independentes.

### Descrição do projecto

O projecto original integra as seguintes componentes e actividades:

COMPONENTE	SUB-PROJETO	DESCRIÇÃO DO SUB-PROJETO
<b>Componente 1:</b> Desenvolvimento de infraestruturas de turismo integrado e resiliente (Custo total de: US\$ 22,32 milhões)	a) Requalificação de infraestruturas costeiras integradas de turismo e pesca.	Os investimentos apoiarão a reabilitação de infraestruturas visando apoiar as atividades de pesca e turismo.
	b) Melhorar a acessibilidade aos locais turísticos.	Os principais investimentos consistirão na reabilitação de 15 km da estrada Espargos-Santa Maria na ilha do Sal e nos estudos preparatórios para uma melhor acessibilidade a locais turísticos emergentes.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	(c) Reabilitação de trilhas de trekking, património cultural e centros de visitantes	Os investimentos no desenvolvimento dos principais ativos e locais turísticos em segmentos emergentes de alto crescimento para diversificação nas ilhas
	(d) Desenvolver uma estratégia e um plano de ação para melhorar a conectividade intermodal internacional e inter-ilhas	Assistência técnica para desenvolver uma estratégia de transporte inter-ilhas integrado e intermodal que visará melhorar as ligações de conexão de transporte entre ilhas e entre os diferentes meios de transporte (aéreo, mar, terra).
<u>Componente 2:</u> Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul	(a) Apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento das PME na instalação da cadeia de valor do turismo e da pesca	Esta atividade apoiará as PME em áreas de serviços identificadas para expandir e melhorar o desempenho dos seus negócios, particularmente aqueles que são liderados/ propriedade de mulheres. Intervenções específicas podem incluir serviços de desenvolvimento de negócios e capacitação.
<u>Componente 3:</u> Apoio à Implementação do Projeto	Apoiará as despesas relacionadas com a implementação do Projeto, incluindo contratações.	(i) um consultor para preparar os estudos finais de salvaguarda ambiental e social (A&S) para as atividades da Componente 1;
		(ii) pessoal de engenharia sediado na UGPE para apoiar as atividades da Componente 1, incluindo a preparação de especificações técnicas, bem como a supervisão da construção e implementação;
		(iii) um auditor independente para o projeto;
		(iv) capacitação para a UGPE e outras partes interessadas do setor, conforme necessário; e
		(v) custos operacionais do projeto.
<u>Componente 4:</u> Componente de Resposta a Emergências Contingentes (CERC)	Um CERC será incluído no projeto de acordo com a Política de Financiamento de Projetos de Investimento (PIF), parágrafos 12 e 13, para Situações de Necessidade Urgente de Assistência e Restrições de Capacidade. Permitirá a rápida realocação de fundos de empréstimos não comprometidos no caso de uma emergência elegível, conforme definido na OP 8.00	Para que o CERC seja ativado e o financiamento seja disponibilizado, o Governo de Cabo Verde deverá: (i) apresentar uma carta de solicitação de ativação do CERC, e as provas necessárias para determinar a elegibilidade da emergência, conforme definido no Anexo do CERC para o Manual de Operações do Projeto; (ii) um Plano de Ação de Emergência, incluindo as despesas de emergência a serem financiadas; e (iii) atender aos requisitos ambientais e sociais conforme acordado no Plano de Ação de Emergência e no PCAS.

## Quadro de Políticas de Reassentamento

O financiamento adicional irá integrar os seguintes subprojectos:

### Componente 1: Desenvolvimento de infraestruturas de turismo e economia azul integrados e resiliente

#### *Ilha de Santiago*

<b>Investimento</b>
Modernização e reabilitação do primeiro mercado de venda no complexo piscatório da Praia
Cais de pesca da Ribeira da Barca
Porto Rincão
Construção de bacia para embarcações artesanais/semi-industriais em Chão Bom
Estaleiro de fabrico e reparação de embarcações de pesca semi-industrial na Calheta de São Martinho (Santiago)*
Mercado do Peixe da Praia (Santiago) *
Terminal de passageiros na cidade da Praia
Expansão de reabilitação de trilha
Estrada Cidade Velha - Bota Rama Salineiro
Terminal Marítimo de Passageiros da Praia

#### *Ilha de são vicente*

<b>Investimento</b>
Reconstrução e reabilitação das instalações do estaleiro da ONAVE no Mindelo
Expansão e reabilitação de trilhas

#### *Ilhas de Santo Antão e São Nicolau*

<b>Investimento</b>
Reabilitação da rampa para barcos de pesca em Cruzinha
Expansão de reabilitação de trilhas
Arrastadouro de Penedo Janela
Arrastadouro de Paço, Paul)
Cais multiuso em Tarrafal de Monte Trigo*
Cais multiuso Monte Trigo

<b>Investimento</b>
Infraestruturas portuárias no Carriçal
Construção do porto de pesca artesanal e esportiva de Preguiça
Expansão e reabilitação de trilhas
Terminal de passageiros de Tarrafal de SN

#### *Sal*

O AF propõe pilotar para ilha do sal um número selecionado de oportunidades de economia circular em

estreita coordenação com a iniciativa do Pacto de Sustentabilidade do Setor do Turismo.

Componente 2: Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul

<b>Investimento</b>
Apoio à governação da trilha (piloto em Santo Antão)
Reforma Legislativa e Normativas com foco em caminhadas no mercado
Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Natureza
Extensão de projetos de sustentabilidade a São Vicente, Santo Antão e Santiago
Digitalização do licenciamento turístico e apoio à inteligência de mercado
Apoiar e capacitar as comunidades pesqueiras no fortalecimento das capacidades empreendedoras
Melhorar a gestão, governança, pesquisa e treinamento da pesca

As componentes 3 e 4 mantêm o mesmo objetivo que o projeto original.

**Quadro jurídico de reassentamento em Cabo Verde**

As Políticas afetadas pela implementação do projeto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul (P176981) nas cinco ilhas, nomeadamente de Santiago, São Vicente, Sal, São Nicolau e Santo Antão, com financiamento do Banco Mundial, baseiam-se, por um lado, na legislação nacional, nomeadamente em termos de uso do solo e expropriação de bens imóveis, e, por outro lado, nas normas ambientais e sociais do Banco Mundial. O contexto legal e institucional do QPR implica a harmonização com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, em particular com a NAS 5.

A utilização das terras e a expropriação de bens imóveis são efectuados de acordo com a Constituição da República e com o regime jurídico aplicável em Cabo Verde. Este regime baseia-se em princípios, diretrizes e diretivas jurídicas, tais como o Decreto Legislativo 2/2007, de 19 de julho, que estabelece os princípios e regras de utilização das terras, tanto por poderes públicos como por entidades privadas e, o Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que regulamenta a expropriação de bens imóveis de utilidade pública, com justa indemnização. A aquisição dos terrenos necessários à implementação do projecto é da responsabilidade do Estado através da Direcção-Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP). Informações recolhidas no terreno dá-nos conta que a maioria dos terrenos pertencem ao Estado e/ou Municípios. De uma forma genérica são observadas as seguintes disparidades entre a NAS 5 do Banco Mundial e legislação nacional.

Quadro de Políticas de Reassentamento

Disposições e procedimentos legais	Legislação nacional	NAS 5	Observações	Recomendações
Reinstalação	Não existem referências específicas na legislação nacional.	A NAS 5 aplica-se a todos os componentes do projeto sujeitos a operações de reassentamento. O reassentamento deve ser evitado tanto quanto possível. Proporcionar ações de compensação / reabilitação e alocação de recursos suficientes para as pessoas afetadas.	Ausência de referências na legislação nacional.	Não está previsto o desalojamento físico. Entretanto, caso venha a haver situações de desalojamento / reassentamento, deverá ser elaborado um plano de reassentamento do sub-projeto específico nos termos previstos na NAS 5 do BM e, em particular, os instrumentos expressos no anexo 1 – “Instrumentos de Reassentamento Involuntário”.
Compensação em espécie	O n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 3/2007, de 19 de julho, estipula que o pagamento da indemnização por expropriação por utilidade pública deve ser pago em dinheiro, salvo disposição contrária.	O pagamento em dinheiro de uma compensação por perda de propriedade é aceitável nos casos em que: (iv) Os meios de subsistência são derivados dos recursos da terra e, a terra ocupada pelo projeto representa apenas uma pequena fração do ativo afetado e o restante do ativo é economicamente viável; (v) Existem mercados ativos para terra, moradia e trabalho, as pessoas deslocadas usam esses mercados e há uma oferta suficiente de terra e moradia disponível; onde finalmente (vi) Os meios de subsistência não são baseados nos recursos da terra. Os níveis de compensação em dinheiro devem ser suficientes para financiar a reposição de terras perdidas e outros ativos ao custo total de reposição nos mercados locais.	A NAS 5 aceita pagamento em dinheiro apenas em alguns casos e não genericamente.	Caso os meios de subsistência dos indivíduos deslocados sejam provenientes da terra ou a terra seja de propriedade coletiva, o Mutuário oferecerá aos indivíduos deslocados uma opção de substituição da terra, de acordo com o parágrafo 35(a), a menos que possa ser demonstrado de forma satisfatória para o Banco que não há terra de substituição disponível. No caso de indivíduos afetados, de acordo com o parágrafo 10 (c) da NAS 5, será fornecida assistência de reassentamento em substituição à compensação da terra, conforme descrito nos parágrafos 29 e 34(c) – NAS 5.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Compensação de bens	O artigo 62.º do Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, prevê o pagamento da indemnização por transmissão de bens ou direitos. Estipula que o pagamento da indemnização por expropriação por utilidade pública deve ser efetuado em dinheiro, salvo disposição em contrário.	<p>As estratégias de compensação/reabilitação de terras devem ser privilegiadas em relação as pessoas deslocadas cujos meios de subsistência dependem do uso da terra.</p> <p>No caso de substituição de terras a serem fornecidas aos reassentados, estes devem ter boa capacidade produtiva, vantagens geográficas e outros fatores, pelo menos equivalentes às vantagens da terra ocupada.</p> <p>Para compensação de terras em áreas urbanas, é necessário considerar o valor de mercado antes da realocação usando terrenos semelhantes localizados nas proximidades do terreno afetado, bem como os custos de transferência</p>	Não há correspondência, porque a NAS 5 do Banco Mundial favorece estratégias de compensação de terras quando os meios de subsistência dependem do uso da terra.	O pagamento de compensação em dinheiro por perda de terras e outros ativos poderá ser apropriado nos seguintes casos: (a) quando os meios de subsistência não sejam provenientes da terra; (b) quando os meios de subsistência sejam provenientes da terra, porém os terrenos contratados para o projeto sejam uma fração pequena dos ativos afetados e os terrenos residuais sejam economicamente viáveis; ou (c) quando existam mercados ativos para terras, habitações e mão de obra, os indivíduos deslocados usem tais mercados e haja oferta suficiente de terras e habitação, e o Mutuário tenha comprovado, de forma satisfatória para o Banco, que não há disponibilidade de terras suficientes para substituição.
Infraestrutura	Pode ser enquadrado nos artigos 61 e 62 do Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que prevê o pagamento da indenização em dinheiro ou por transmissão de bens ou direitos.	Direito a compensação em espécie ou em dinheiro, o custo total de reposição, incluindo custos da mão-de-obra e despesas de reabilitação antes do reassentamento.	Acordo de princípio entre a legislação nacional e os requisitos da NAS 5.	Completar com as disposições da NAS 5 parágrafo 26.
Prazo de elegibilidade	Não existem referências	O levantamento socioeconómico ou a data do censo permite a identificação	Falta de referências na legislação nacional.	Data de finalização do levantamento da população afectada.

Quadro de Políticas de Reassentamento

	específicas na legislação nacional.	<p>dos elegíveis a compensação/reabilitação, a fim de desestimular a chegada de pessoas não elegíveis.</p> <p>A implementação de um procedimento aceitável para determinar a admissibilidade de pessoas deslocadas envolve diferentes atores.</p> <p>Exclui o direito a indenização e apoio para as pessoas que se fixaram na região após a decisão de estabelecer o levantamento da população elegível para indemnização / reabilitação.</p>		
Elegibilidade para compensação	Ocupantes sem título de propriedade não são elegíveis para compensação.	<p>Quando a aquisição de terrenos ou restrições ao seu uso (seja temporário ou permanente) não pode ser evitado, o mutuário fornecerá aos afetados uma compensação pelo custo de reposição, bem como outras ajudas necessárias para permitir-lhes a melhorar ou pelo menos restaurar seu padrão de vida ou meios de subsistência, sujeito as disposições dos pontos 26 à 36 da NAS 5.</p> <p>Todos os ocupantes e usuários da terra com e sem título de propriedade são elegíveis para a compensação.</p>	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições visando medidas compensatórias para ocupantes sem título na legislação nacional	<p>Indivíduos afetados podem ser classificados como:</p> <p>(c) indivíduos que são titulares de direitos formais sobre terras ou ativos; indivíduos que não têm direitos formais sobre terras ou ativos, mas que reivindicam terras ou ativos e tais reivindicações são ou podem ser reconhecidas de acordo com a legislação nacional;</p> <p>(d) O censo descrito no parágrafo 20 da NAS 5 estabelecerá a qual destas categorias pertencem os indivíduos afetados.e</p> <p>(c) indivíduos que não têm direito legal ou reivindicação reconhecíveis sobre a terra ou ativos que ocupam ou usam.</p>
Ocupação ilegal	Não existem referências específicas na legislação nacional.	As pessoas cuja ocupação é ilegal receberão assistência para reassentamento em lugar de compensação pelas terras que	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições para medidas compensatórias para	As pessoas cuja ocupação é ilegal receberão assistência de reassentamento em substituição à compensação da terra, conforme descrito nos parágrafos 29 e 34 (c)

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

		ocupam, e qualquer outra assistência, conforme necessário, para fins de cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta política, desde que tenham ocupado as terras na área do projeto antes da fixação do prazo limite. Se a realocação física for necessária, os deslocados devem receber assistência, como auxílio para viagens durante o reassentamento.	ocupantes sem título na legislação nacional	da NAS 5.
Publicação	Não existem referências específicas na legislação nacional.	As populações deslocadas devem ser consultadas de forma construtiva para terem a oportunidade de participar em todo o processo de compensação / reabilitação. Os interesses dos inquilinos, utilizadores e as perdas de rendimentos decorrentes da reabilitação são tidos em consideração nas disposições do disposto na NAS 5	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições visando a publicação na legislação nacional.	Os afectados serão informados sobre os montantes das compensações, seus direitos e deveres e a lista será divulgada, seguindo as normas do NAS 5.

### Riscos e impactes associados ao financiamento adicional

Foram identificados riscos de reassentamento para diferentes actividades, conforme se exemplifica no quadro que se segue:

Ilha	Município	Data	Ações realizadas	Risco e potenciais impactes identificados
Santiago	Ribeira Grande	26.10.23	<p>c) Encontro com a equipa Camarária (Vereador do Ambiente, Saneamento e Urbanismo e Diretor do Gabinete Técnico) e o Diretor do Gabinete de Salvaguarda do Património da Cidade Velha</p> <p>d) Visita ao terreno:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com a comunidade da Orla marítima de Calheta de S. Martinho;</li> <li>✓ Ao local proposto para a construção do estaleiro de fabrico e reparação embarcações de pesca semi-industriais;</li> <li>✓ Encontro com as comunidades de Salineiro e Bota Rama</li> <li>✓ A estrada de Bota Rama-Salineiro.</li> </ul>	<p>Relativamente a calheta de São Martinho somente o DPM pertence aos estado, sendo os demais terrenos de propriedade privada. Não se conhece os limites da zona de intervenção, mas poderá haver necessidade de utilização de terrenos privado, pelo que existe o risco.</p> <p>Na área de intervenção foram identificadas dentro do DPM infraestruturas antigas relacionadas a reparação de pesca e antenas de viação. O local também é ocupado por embarcações dos pescadores locais e existe uma casinha que é utilizada como casa de pescador. Fora do DPM existem tanques da antiga produção de camarão e outras infraestruturas de apoio a reparação naval.</p> <p>Quando a estrada poderá haver necessidade de alargamento em algumas zonas, no entanto considerando que a infraestrutura já existe o alargamento será para zona de servidão rodoviária.</p> <p>Portanto existe o risco de reassentamento pelo que poderá ser necessário a elaboração de PAR após definição do subprojecto.</p>

Quadro de Políticas de Reassentamento

Tarrafal	25.10.23	<p>c) Encontro com a Equipa Camarária constituída pelo Diretor do Gabinete do Presidente, Vereadores e técnicos do Gabinete Técnico da CM-Tarrafal;</p> <p>d) Visita de terreno acompanhado de técnicos do Gabinete Técnico da CM-Tarrafal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias em Chão Bom;</li> <li>✓ Visita ao local proposto para a construção da bacia para embarcações artesanais/semi-industriais em Chão Bom.</li> </ul> <p>c) Contactos individuais e em pequenos grupos aos diferentes stakeholders nas comunidades, entrevistas in situ à alguns pescadores, peixeiras e armadores e a associação de pescadores.</p>	<p>As intervenções serão na área actualmente ocupada por pescadores e peixeiras de Chão bom, pelo que durante as obras deverão ser localizadas novas áreas de realocação temporária das pessoas afectadas e o processo deverá ser feito em concetação com os municípios, peixeira, pescadores e outras pessoas que normalmente usam o espaço. No entanto, a baía é relativamente extensa e considerando que ainda não está definido em especifico as intervenções e a zona a acupar, o risco é potencial, mas não se consegue precisar nesta fase.</p> <p>Poderá haver reassentamento económico ou neste caso realocação temporário das pessoas.</p> <p>Poderá ser necessário um PAR específico para definir todos os aspectos a ter em conta durante a realização dos trabalhos..</p>
Santa Catarina	25.10.23	<p>c) Encontro com a Equipa Camarária constituída pela Presidente, e todos os Vereadores e técnicos do Gabinete Técnico da CM-Santa Catarina;</p> <p>d) Visita de terreno acompanhado pela Presidente da CMSCS, vereadores e Diretores técnicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias em Ribeira da Barca;</li> <li>✓ Visita ao cais de pesca da Ribeira da barca;</li> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias de Rincão;</li> <li>✓ Visita as infraestruturas de pesca propostos para reabilitação;</li> </ul> <p>c) Contactos individuais e em pequenos grupos aos diferentes stakeholders nas comunidades,</p>	<p>As intervenções serão na área actualmente ocupada por pescadores de Ribeira Barca, pelo que durante as obras deverão ser localizadas novas áreas de realocação temporária das pessoas afectadas e o processo deverá ser feito em concertação com o município, peixeiras, pescadores, operadores turísticos e outras pessoas que normalmente usam o espaço.</p> <p>Poderá haver reassentamento económico ou neste caso realocação temporário das pessoas e embarcações, tendo em conta que a área ocupada é ligeiramente pequena.</p> <p>Poderá ser necessário um PAR específico para definir todos os aspectos a ter em conta durante a realização dos trabalhos.</p> <p>Na zona de rincão a baía é relativamente extensa e considerando as intervenções propostas, os trabalhos poderão decorer</p>

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

		entrevistas in situ à alguns pescadores, peixeiras e armadores e a associação de pescadores.	normalmente com um PGAS.
Praia	27.10.23	<p>a) Encontro com responsáveis da Enapor</p> <p>b) Visita ao cais da Pesca</p> <p>c) Encontro com pescadores, armadores e peixeiras</p> <p>d) Encontro com a empresa responsável pela gestão do cais da pesca</p>	<p>As intervenções no porto e cais da praia poderão acarretar risco de reassentamento significativo, tendo em conta a dinâmica económica existente no local. Actualmente ultrapassam os 2000 nº de peixeiras registrado e se forem adicionados o número de armadores e pescadores que utilizam a área, constata-se facilmente que a execução da obra terá que ser detalhadamente planeada e a comunicação será o factor crucial para determinar o sucesso dos subprojectos de reabilitação de cais, terminal de passageiros e mercado de segunda venda e eviatra constrangimentos e situações de conflito.</p> <p>O risco de reassentamento é real, uma vez que não será possível manter todas as funções e negócios realizados no cais durante as obras, considerando que o posto de primeira venda será reabilitado, inclusive o próprio cais.</p> <p>Quanto ao terminar de passageiros, o serviço irá manter-se no terminar existentes, pelo que ocorrera realocação de pessoas que actualmente ocupam os edifícios que serão demolidos para dar lugar ao novo terminar de passageiros.</p> <p>Relativamente ao mercado de segunda venda ainda não está definido a localização exata dos projetos, mas se for nas proximidades do cais haverá reassentamento económico tendo em conta que as áreas na envolvente do cais são utilizadas para actividades diversas como reparação de embarcações, venda de alimentos, estacionamento e outras actividades.</p>

**Quadro de Políticas de Reassentamento**

Santo Antão	Porto Novo	25.09.23	<p>f) Encontro com a CM-PN representada pelo Presidente acompanhado das Vereadoras do Pelouro do Ambiente e Turismo;</p> <p>g) Encontro com o Responsável do Projeto Raízes;</p> <p>h) Encontro com o Delegado do MAA;</p> <p>i) Encontro com associação dos Guias turísticos, guias e operadores;</p> <p>j) Encontro com o responsável das obras de reabilitação da CMPN.</p>	<p>As intervenções nas trilhas não apresentam risco de reassentamento, as trilhas são actualmente utilizadas pelos turistas e população local e as intervenções são de pequena dimensão e realizadas manualmente. Portanto, desde que as obras sejam correctamente planeadas no Plano de Gestão Ambiental e Social, os trabalhos poderem decorrer sem afectar negativamente as partes interessadas e afectadas.</p>
	Ribeira Grande	26.09.23	<p>c) Encontro com a CM-RG, representada pela equipa camarária constituída pelo diretor do Gabinete Técnico e Técnicos do gabinete responsável pelo subprojecto de reabilitação das trilhas;</p> <p>d) Visitas de terreno: contactos individuais com grupos-alvo do subprojecto;</p> <p>✓ Encontro com a comunidade piscatória de Cruzinha;</p> <p>✓ Visita ao arrastadouro da Cruzinha.</p>	<p>Os riscos de reassentamento poderão estar associados aos trabalhos na zona piscatória de cruzinha, tendo em conta os trabalhos previsto e a utilização actual do espaço.</p> <p>A reabilitação das trilhas não acarreta risco de reassentamento.</p>
	Paul	26.09.23	<p>a) Encontro com a equipa Camarária, representada pelo Presidente e vareador do Turismo, vareador do ambiente e Vereadora social e género</p> <p>b) Encontro com os guias turísticos</p>	<p>A reabilitação das trilhas não acarreta risco de reassentamento físico ou económico.</p>

**Caracterização das partes afectadas pelo projecto**

As pessoas susceptíveis de serem afetadas pelo projecto são de uma forma genérica as comunidades da envolvente das obras que poderão sofrer com o ruído e emissão de poeiras durante os trabalhos, os utilizadores formais ou informais de terras agrícolas, silvícolas e de pastagem que possam sofrer danos durante a passagem de máquinas, os pescadores, as peixeiras e os tratadores de pescado, os operadores turísticos, os turistas e condutores.

Foram definidos como pessoas vulneráveis no âmbito do presente QPR as famílias abaixo do limiar da

pobreza (de acordo com a definição nacional oficial), as mulheres solteiras chefes de família, deficientes, idosos vivendo sozinhos, pessoas com doenças crônicas, famílias sem apoio, bem como qualquer outra pessoa que será considerada vulnerável por futuros estudos socioeconómicos detalhados.

### **Princípios, processos e matriz de compensação do QPR**

O Projeto tentará evitar, minimizar e/ou compensar deslocações ou reassentamento através da aplicação dos seguintes princípios:

- A UGPE/MTT/MIOTH/MM devem conjuntamente com a Direcção Geral do Património e Contratação Pública rever os projectos de execução dos diferentes subprojectos para evitar os impactes sobre a terra, praias, atividades económicas e estruturas fixas e a deslocação e o reassentamento que isso acarretaria;
- Quando o impacto sobre os bens (terras) ou atividades económicas de uma família é tal que os meios de subsistência dessa família estão em risco, mesmo que não seja necessário deslocar fisicamente essa família, a equipa do projeto deve rever o projeto de execução para evitar este impacte tanto quanto possível;
- O custo de aquisição ou compensação dos terrenos, deslocação de atividades económicas e a sua compensação serão incluídos na estimativa do custo dos subprojetos, para permitir uma avaliação completa;
- A compensação é fornecida pontualmente com base no acordo assinado com os PAPs, e será finalizada antes da data da deslocação;
- Tanto quanto tecnicamente possível, as estruturas serão localizadas em espaços públicos ou em áreas de servidão existentes e livres.
- Em todos os municípios afetados as comunidades e os diferentes actores serão consultados e envolvidos de forma inclusiva (mulheres, pessoas com deficiência, idosos, etc.) no processo de planificação e de implementação do projecto;
- As pessoas elegíveis e afetadas devem receber assistência para restaurar ou melhorar seus meios de subsistência;
- As pessoas físicas ou jurídicas que perdem as fontes de renda (temporárias ou permanentes) devem ser indemnizadas e assistidas em tempo útil, antes mesmo do início das obras de reabilitação/construção;
- Todos os PAPs devem ter acesso a um Mecanismo de Gestão de Reclamações apropriado.

As propriedades e ativos serão avaliados de acordo com as seguintes diretrizes: (i) identificação dos ativos e investimentos (culturas, edificações e outras benfeitorias), de acordo com o plano de reassentamento; (ii) valores de compensação, com base no custo total de reposição antes da deslocação, levando em consideração os maiores montantes; (iii) o preço do mercado das culturas, a ser definido de acordo com os valores determinados pelo Ministério da Agricultura e Ambiente ou outras estruturas autorizadas (DNPCP), desde que se baseiem numa busca realista dos valores praticados atualmente nos mercados locais; (iv) PAPs que perdem terras de usucapião (se alguém ocupa terras há mais 20 anos torna-se o proprietário oficial) receberão uma quantia equivalente; e (v) PAPs que perdem os seus bens serão compensados pelo valor real do bem (que pode ser em dinheiro).

A indenização será concedida a todas as pessoas cuja propriedade ou acesso à propriedade sejam afetados, após a aquisição de terras realizada no âmbito do projeto. A compensação deve ser paga antes da deslocação e poderá ser feita em dinheiro, em espécie e / ou por meio de assistência especial. O tipo de compensação será selecionado em concertação com todas as partes interessadas.

### **Plano de ação e reassentamento (PAR)**

Para todos os subprojectos com risco real de reassentamento serão necessários planos específicos de reassentamento. O PAR irá definir os critérios de elegibilidade, avaliar as perdas e definir meios de compensação, incluindo cronograma de execução das actividades, o custo, responsabilidades institucionais, o MGR e medidas de seguimento e avaliação da sua implementação.

O programa de implementação do PAR deve ser baseado num raciocínio lógico e coerente. O programa de reassentamento compreende três fases: (i) planeamento; (ii) implementação; e (iii) seguimento e avaliação. Na fase de planificação, as organizações envolvidas (UGPE, entidades executoras, autoridades administrativas, funcionários estatais e ONGs) devem preparar uma ficha de direitos fundiários e identificar os proprietários e utilizadores. Com base nessa identificação inicial, será decidido se se deve ou não elaborar um PAR.

Todas as operações de reassentamento, incluindo expropriação, compensação, relocação, reassentamento, assistência, etc., devem ser totalmente concluídas antes do início das obras.

### **Programa de capacitação**

Considerandos as diferenças existentes entre os regulamentos nacionais e os requisitos da NAS %,

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

estão previstas um conjunto de formações para reforço das capacidades das instituições que farão parte do processo, de acordo com a programação que se segue:

<b>Participantes</b>	<b>Tópico de formação</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Formador</b>
Coordenação do projeto (equipa da UGPE, equipa do MF responsável pelos procedimentos associados ao reassentamento)	NAS5 do Banco Mundial, bem como aos requisitos e procedimentos específicos aos subprojetos.	Workshop (pode ocorrer durante o primeiro mês).	1 a 2 dias	Banco Mundial
Equipa da UGPE Parceiros institucionais Fiscalização Empreiteiros Consultores nacionais	Aspetos ambientais e sociais - quadro jurídico e regulatório nacional.	Workshop (pode ocorrer durante o primeiro mês).	1 a 2 dias	Consultor

### **Consultas e envolvimento das partes interessadas**

Do resultado das consultas foram levantadas as preocupações/sugestões/pedidos de esclarecimentos conforme apresentado no quadro que se segue:

<b>Ilha</b>	<b>Questões</b>	<b>Comentários</b>
Santiago (cais de vila)	A reabilitação do cais de pesca será para quando?	Está-se na fase de elaboração do projeto. Logo assim que o financiamento estiver disponível os concursos serão lançados e avaliado e de seguida iniciarão as obras.
	Os pescadores serão deslocados para onde na fase de reabilitação da orla costeira (arrastadouro – praia do Tarrafal?	A CM respondeu que serão deslocados temporariamente para a praia de Chão Bom.
	Qual será o destino dos consertadores de redes que atualmente utilizam as ruínas do cais de pesca para essa atividade?	O espaço será ordenado de modo que cada atividade atualmente existente tenha no futuro o seu espaço, será contemplado um espaço para o conserto das redes de pesca.
	O que será feito para melhorar as condições de trabalho das vendeiras de pescado e as condições higiénicas do produto (peixe fresco), salvaguardando desse modo a saúde pública	Será instalada uma Câmara frigorífica na Casa do Pescador para armazenar o peixe e ser-lhes-á distribuído caixas térmicas para a comercialização ambulante do pescado, para além de uma bancada para a comercialização <i>in situ</i> .
Santiago Chão Bom, Ribeira da Barca. Calheta de São martinho e	Onde serão colocados os barcos durante as obras	O documento em elaboração é genérico e posteriormente, juntamento com o envolvimento de todos serão planeadas todo o processo de relocação das pessoas para nenhuma parte fique prejudicada.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Rinção (Financiamento adicional)	Para quando o início das obras. Já estão a muito tempo a aguardar a reabilitação do caid de ribeira da Barca	Foi explicado todo o processo associado e etapas necessárias até a fase de construção para melhor gestão das expectativas.
	Foram levantadas questões relativamente a utilização de casa de pescador com máquina de gelo, área de lavagem e tratamento de pescado de Ribeira da Barca pelos privados e a necessidade de resolução desta questão de uma forma definitiva e a devolução da infraestruturas para associação de pescadores	Foi mencionado que este aspecto será retratado no relatório e que no momento da elaboração de Estudo de Impacte Ambiental e Social será analisado e retratado de uma forma detalhada por forma a melhorar a gestão da mesma.
	No rincaõ informaram que o actual equipamento manual para arrastar barco não funciona correctamente pelo que necessita de reparação ou substituição, porque o facto de ser manual e de encravar aumenta o risco de acidente durante o processo.	Os pescadores foram informados que as preocupações serão retratadas no documento e que no momento de elaboração do EIAS serão detalhadas. Não obstante as autoridades locais tomaram nota para resolverem o problema em tempo oportuno
	Na calheta de são martinho questionaram sobre o tempo de início das obras, a necessidade de capacitar os jovens para reparação naval, informaram sobre a actividade antiga e os moldes que foi encerrado sem preocupação com os trabalhadores da época. Informaram da sua situação actual em termos de incapacidade de substituição de baterias para continuarem a ter acesso a energia renovável e necessidade de este aspeto ser contemplado no desenho do projeto. Outra questão muito levantada foi a melhoria de acesso para a comunidade, independentemente da titularidade dos terrenos e descreveram toda e dificuldade que tem enfretando, inclusive crianças e o isolamento constante que ficam sujeitos em época de chuva.	Foram informados que todas as preocupações serão registadas e que no desenho do projecto irão ser previstas algumas medidas possíveis para melhorar as condições de vida das 5 famílias residentes na comunidade, principalmente a capacitação dos jovens para poderem ser contratados na indústria a ser construída.
Praia (Financiamento adicional)	Foram levantadas questões relacionadas ao medo de perda de empregos; sobre a localização do futuro mercado de venda de peixe, do receio de ser longe do cais e da possibilidade de todo este processo geral muitos conflitos se não for bem planeado.	Foi informado que serão realizadas consultas específicas de cada focus grupo posteriormente e que todo o processo de planeamento será desenhado com o apoio de todos por forma a levar em conta as preocupações de cada parte.
Estrada cidade velha- bota	As pessoas da comunidade solicitaram a inclusão da	Foram informados que é sempre recomendado a contratação de mão-de-obra

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

rama salineiro	reabilitação com calcetamento do acesso dentro da comunidade e abordaram os constrangimentos que tem com a estrada actual e principalmente os custos com o transporte devido às, mas condições da estrada. Informaram que é reivindicação de todos e que a estrada já existe e é utilizada pelo que o risco de reassentamento é residual. Solicitaram ainda formação e contratação de jovens locais nas obras.	no local e que o projecto poderá sempre reforçar a capacidade local com formações em calcetamento por exemplo considerando que a maioria dos homens da comunidade são caboqueiros e poderão ser capacitados para desenvolver mais actividades relacionadas a construção vicil e serem empregados no projeto
São Nicolau (Financiamento adicional)	Exigência de projectos complementares no sector da energia, acesso a água potável, zona de tratamento de pescado, entre outras actividades para melhorar as condições de vida da comunidade de cariçal, tendo em conta as condições actuais da comunidade. Na comunidade de preguiça também foram questionados vários aspectos relacionados ao acesso ao cais na fase das obras e a necessidade de voltar a dinamizar o cais com cais comercial e capacitação de jovens para a pesca, navegação e áreas de economia azul no geral	Foram explicados os requisitos que terão que ser cumpridos para o reassentamento e as outras componentes deste e outros projectos que preveem as reevindicações solicitadas no domínio de formação e capacitação.
S. Vicente	Para quando o início das obras?	Para breve.
	Quais foram os projectos contemplados para a ilha de São Vicente?	Mindelo: Reabilitação do Mercado de Peixe e do Museu do Mar. São Pedro: Construção de um Centro de interpretação e acolhimento de visitantes e conservação das tartarugas
	Será contemplado a reabilitação do cais de pesca (Pontão).	Não nesta fase. Eventualmente poderá ainda a vir a ser incluído no projeto.
	Para onde serão deslocadas as vendedeiras de pescado durante as obras de reabilitação?	A CM disponibilizará um espaço alternativo e temporário.
Sal	O início das obras é para quando?	Logo assim que o projeto ficar pronto e o financiamento disponibilizado.
	Será feita a reposição do asfalto?	Sim o material betuminoso será substituído.
	Estamos fartos de promessas. O troço de estrada será construído ainda este ano?	Logo assim que o projeto ficar pronto e o financiamento disponibilizado.

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	Para onde irão as famílias que porventura serão temporariamente deslocadas?	A Câmara, conjuntamente com o Governo, apresentará soluções a serem discutidas com as pessoas afetadas.
	Após a reabilitação do Pontão de Santa Maria as actividades económicas atualmente ali praticadas regressarão e em que condições.	Serão contemplados espaços organizados para cada atividade económica e com melhores condições higiénicas, exigindo de cada um o cumprimento das regras de higiene, saneamento e segurança.
Santo Antão	Quais foram os subprojetos contemplados para Santo Antão?	De acordo com as informações disponíveis até à data foram contemplados os seguintes projectos: Melhoria/protecção à beira-mar e acessibilidade a locais turísticos emergentes (Tarrafal Monte Trigo) Reabilitação da Ponte de Canal (Património histórico) Reabilitação e sinalização de 71km de caminhos vicinais (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul) Mapeamento e sinalização de 394km de trilhas para caminhadas (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul).
	Que tipos de intervenções foram consideradas para o sub-projeto Tarrafal de Monte Trigo	Foram contemplados: protecção da orla marítima, e o troço de estrada de acesso ao povoado;
	Os 71 km de caminhos vicinais considerados são claramente insuficientes para Santo Antão.	Trata-se de intervenções nas zonas mais afectadas. A extensão global será maior. Poderão vir a ser contempladas outras intervenções.
	O projeto contemplou as questões sociais existentes principalmente das mulheres chefes de família?	Trata-se de projectos de infraestruturas. Contribuirão para a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida das comunidades contempladas.
	Qual o prazo previsto para o início dos trabalhos?	Ainda não há uma data específica. Os procedimentos normais deste tipo de projectos estão em curso.
	As pocilgas serão deslocadas? Para onde?	Havendo uma boa faixa de terreno para o traçado da estrada, provavelmente não haverá necessidade de deslocalização das pocilgas.
	Temos falta de trabalho. Quantos postos de trabalho serão criados? Quando?	Não se tem ainda a noção do número de trabalhadores. Face à envergadura da obra será necessário um número considerável de trabalhadores. Serão priorizados os trabalhadores locais.

### Quadro de Políticas de Reassentamento

	Será protegida a orla marítima do Tarrafal tendo em conta os efeitos das mudanças climáticas nas casas mais próximas do mar (subida do nível do mar). Há épocas do ano em que o mar entra pela porta da frente e sai pelo quintal.	A estrada e a protecção da orla marítima são dois projectos complementares, que terão em linha de conta esses factores na elaboração do projecto e na sua implementação.
--	--	--

Foi ainda estabelecido um Mecanismo de Gestão de Reclamações para o projecto, que apresenta como principal objetivo fornecer um canal de comunicação acessível e eficaz para recolher feedback dos beneficiários e outras partes interessadas sobre o projeto, e ajudar a resolver as reclamações de forma atempada, de forma eficaz e eficiente, a fim de satisfazer todas as partes envolvidas.

#### Seguimento do QPR

O QPR incluir orientações para seguimento e reporte da implementação das medidas apresentadas no presente documento. Foram definidos os seguintes indicadores:

- q) Número de PARs elaboradas no âmbito do projecto;
- r) Nº de famílias deslocadas (% chefiadas por mulheres; % chefiadas por homens);
- s) Nº de famílias reassentadas (% chefiadas por mulheres; % chefiadas por homens);
- t) Número de famílias e PAPs fisicamente deslocados pelas actividades do projecto;
- u) Número de famílias compensadas pelo projeto;
- v) Número de famílias chefiadas por mulheres compensadas;
- w) Número de pessoas vulneráveis que receberam as medidas assistenciais previstas (%);
- x) Número de casos de VBG;
- y) Número de famílias e pessoas reassentadas pelo projeto;
- z) Número de pessoas afetadas pelo projeto que restauraram ou melhoraram seus meios de subsistência;
- aa) Montante total das indemnizações pagas (%);
- bb) Nº de PAPs que retomaram as suas atividades económicas (%);
- cc) % dos PAPs cuja renda foi restaurada;
- dd) Nº de Reclamações apresentadas;
- ee) % de Reclamações resolvidas; e
- ff) Tempo médio de processamento de reclamações.

## Responsabilidades de implementação do QPR

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) possui, e está disponível, um especialista ambiental e social, contratado para apoiar a implementação, seguir e relatar as atividades de implementação do QPR e dos PARs. Os demais actores e as suas responsabilidades no projeto são apresentados na tabela seguinte.

<b>Actores institucionais</b>	<b>Responsabilidades</b>
Ministério de Turismo e Transporte, Ministério do Mar e MIOTH	Divulgação do QPR
	Aprovação e divulgação dos PARs
	Início do procedimento de declaração de utilidade pública
Ministério das Finanças (Orçamento e áreas)	Financiamento do montante das compensações
	Declaração de utilidade pública
Agências de Execução/ Coordenação do Projetos (Acompanhamento do processo de expropriação e indemnização e envio de relatórios de atividades ao BM)	Divulgação do QPR
	Aprovação e divulgação dos PARs
	Financiamento de estudos, sensibilização e seguimento
	Estreita colaboração com agências executoras e serviços técnicos regionais
	Assistência às organizações, autoridades locais, ONGs
	Nomeação do Perito Social responsável por coordenar a implementação dos PARs
	Participação e seguimento do processo iterativo de consulta e participação
	Recrutamento de consultores/ONGs para realizar estudos socioeconómicos, PARs e seguimento/avaliação
	Supervisão da compensação para pessoas afetadas
	Seguimento do processo de expropriação e de compensação
Direcção-Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP)	Envio de relatórios de atividades ao BM
	Procedimentos de expropriação por utilidade pública.
Comissão de Avaliação e Compensação de Bens	Estabelecimento de comissões de avaliação e compensação
	Avaliação de despesas e pessoas afetadas
	Gestão de recursos financeiros alocados
	Indemnização para beneficiários
Autoridades locais (Câmaras Municipais)	Liberação de direitos de passagem
	Registro de reclamações
	Identificação e liberação de locais a serem expropriados
	Seguimento do reassentamento e compensações
	Divulgação de PARs
Consultores sociais, ONGs	Processamento de acordo com o procedimento de resolução de conflitos
	Participação no seguimento de proximidade
	Estudos sócioeconómicos

**Quadro de Políticas de Reassentamento**

e Organizações da Sociedade Civil (consulta e participação, avaliação)	Elaboração dos PARs
	Reforço das capacidades/informação e sensibilização Concepção e organização do processo
	Concepção e organização do processo interactivo de consulta e participação
	Avaliação a meio percurso e final
Justiça (Juiz de expropriações)	Julgamento e resolução de conflitos (em caso de desacordo amigável).
Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura Pecuária (DGASP)	Avaliação das explorações agrícolas
Direcção Nacional do Ambiente	Avaliação dos impactes sobre as espécies florestais e áreas protegidas
Comité de seguimento e avaliação	Registo das reclamações
	Validação do processo de identificação
	Avaliação dos bens e indemnização
Comunidades locais	Identificação e disponibilização dos locais/bens
	Seguimento dos pagamentos de reassentamento e compensação
	Declaração do PSR
	Resolução dos conflitos
	Participação nas actividades de seguimento e avaliação.

**Orçamento e execução**

Em termos de orçamento estimado para implementação do QPR, estão previstos os seguintes:

<b>Actividade</b>	<b>Custo (US\$)</b>	<b>Custo (ECV) Moeda local</b>	<b>Fonte de financiamento</b>
Consulta pública, sensibilização e capacitação dos atores locais e comunidades afetadas;	20 000	1 934 000	Projeto
Informação, Sensibilização e Capacitação de agências de execução (incluindo a elaboração e implementação de um Programa de Capacitação);	40 000	3 868 000	Projeto
Elaboração dos PAR e sua implementação (mínimo de um PAR/ilha). e) Elaboração de PARs; f) Implementação dos PARs.	33 000  22 000 11.000	3 191 100	Projeto
Estabelecimento do Mecanismo de Gestão de Reclamações, incluindo actividades de capacitação.	5 000	483500	Projeto
Seguimento e avaliação participativa	18.000	1 740 600	Projeto

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

Custo total previsto	116 000	11 217 200	
----------------------	---------	------------	--

O Ministério das Finanças de Cabo Verde, representado pela Direcção Nacional do Património e Contratação Pública (DNPC), assume a responsabilidade pelo cumprimento das condições contidas neste QPR relativamente ao pagamento de indemnizações por perda de bens e pela eventual aquisição de terrenos. Por outro lado, a UGPE financiará, com recursos do Projeto, os custos inerentes à elaboração / implementação de PAR, seguimento/avaliação interna do reassentamento e assistência ao reassentamento, incluindo medidas de assistência destinadas a grupos vulneráveis, capacitação e consulta pública.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Contexto

A pandemia de COVID-19 criou um choque sem precedentes no setor do turismo em Cabo Verde. Após o encerramento das fronteiras internacionais do país em março de 2020 e a reabertura parcial em outubro de 2020, as chegadas caíram de 819.308 em 2019 para 207.125 em 2020, invertendo o padrão de aumento positivo das chegadas de turistas nos dez anos anteriores. A desaceleração continuou no primeiro semestre de 2021, pois os números do primeiro trimestre mostram uma queda de 93,6% nas chegadas, em relação ao mesmo período de 2020.

A maioria dos hotéis, incluindo os principais resorts com all inclusive, anunciou encerramento temporário (83% das empresas de turismo fecharam temporariamente durante o primeiro trimestre de 2020) e demissões temporárias sob um regime especial decretado pelo governo (lay off). Os setores de serviços que normalmente têm a maioria das mulheres empregadas no sector turístico (como restaurantes, transporte e entretenimento), sofreram particularmente com o impacto combinado entre o desaparecimento de turistas e as restrições obrigatórias impostas pela pandemia.

Procurando enfrentar os desafios de desenvolvimento do turismo que pesam sobre o turismo de forma integrada, as autoridades desenvolveram um novo Plano Operacional de Turismo (POT), cobrindo o período de 2021-2026 e centrado no Instituto do Turismo como um elo de coordenação fundamental. No âmbito do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde (2018-2030) e da visão estratégica nacional pós-pandemia de “Ambição 2030”, o novo Plano Operacional do Turismo é um plano de ação intersectorial que visa promover um novo desenvolvimento modelo de turismo mais sustentável, inclusivo, resiliente e de desenvolvimento turístico que vai além da oferta “areia e sol” nas ilhas do Sal e da Boavista. O POT baseia-se nos Planos Diretores de Turismo específicos e desenvolvidos para cada ilha, que descrevem a oferta turística atual em cada ilha e fornecem recomendações sobre como alavancar o potencial turístico e expandir o desenvolvimento econômico local.

Nessa sequência o GoCV solicitou um financiamento do Banco Mundial para preparar e implementar o Projeto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul (P176981), que se concentrará em investimentos e atividades em um número selecionado de áreas geográficas com alto potencial para promover a recuperação econômica, incentivar a diversificação e facilitar a transição para um turismo sustentável e inclusivo.

O projeto visa fomentar o desenvolvimento de infraestruturas resilientes para um setor turístico mais diversificado, inclusivo e sustentável em Cabo Verde. Ao fazê-lo, o projeto visa diversificar a oferta turística, melhorar a sua sustentabilidade e aumentar a captação de receitas para Cabo Verde.

Após 1 ano de implementação do projecto e considerando as novas orientações e prioridade do governo para o sector, foram abordadas a necessidade de introdução de novas actividades dentro do projecto Turismo Resiliente E Desenvolvimento Da Economia Azul. No entanto o incremento de novas actividades no projecto e possivelmente novas áreas de intervenção acarentam um conjunto de riscos ambientais e social que devem ser sempre acautelados.

O Projeto foi preparado sob a égide do novo Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial, que entrou em vigor a 1 de outubro de 2018, substituindo as Políticas Operacionais do BM, pelo que no âmbito do QAS, todos os mutuários deverão cumprir com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) aplicadas aos empréstimos para projetos de investimento financiados pelo Banco. Portanto, dado que as intervenções do projeto são suscetíveis de gerar riscos e impactes relacionados ao reassentamento involuntário, a Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) preparou o Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR) de acordo com a legislação pertinente do país (Decreto Legislativo 2/2007, de 19 de julho, que estabelece os princípios e regras de uso do solo, tanto pelo poder público quanto por entidades privadas, e o Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que regulamenta a expropriação de bens imóveis de utilidade pública, mediante a justa compensação) e da NAS 5 do BM. No entanto, considerando os novos subprojectos listados para o financiamento adicional, existe também o risco de reassentamento, principalmente o reassentamento económico , pelo que o QPR será actualizado por forma a fornecer diretrizes adequadas para lidar com qualquer caso de reassentamento involuntário que possa surgir no âmbito da implementação dos subprojectos, nas diferentes ilhas de Cabo Verde, promovendo dessa forma a plena participação das comunidades afetadas, especialmente as vulneráveis (mulheres chefes de família, idosos e deficientes), ao longo do processo de tomada de decisão, a fim de garantir a defesa dos seus direitos e salvaguardar as expectativas desde que sejam legítimas.

## **1.2. Objetivos do Quadro de Política de Reassentamento (QPR)**

O QPR é um instrumento de salvaguarda projetado para evitar, minimizar ou mitigar os possíveis impactes negativos do reassentamento involuntário devido à execução do projeto de acordo com as orientações estabelecidas na NAS 5 e as leis/regulamentos nacionais.

O objectivo do Quadro da Política de Reassentamento é clarificar os princípios de reassentamento, arranjos institucionais, e critérios de concepção a aplicar aos subprojectos ou componentes do projecto a preparar durante a implementação do projecto. Após definição dos subprojectos, e disponibilização das informações específicas necessárias, o QPR deverá ser expandido com planos específicos de cada subprojecto aplicável, de forma proporcional aos riscos e impactos potenciais relacionados com o deslocamento físico de habitações e/ou actividades económicas pré-existentes nas áreas de intervenção.

O QPR integra orientações para elaboração de planos específicos de reassentamento caso necessário, e determinará as disposições institucionais e mecanismos para implementação e acompanhamento do mesmo junto aos subprojectos para os quais os riscos avaliados forem reais.

Assim, quando for detetada a necessidade de reassentamento involuntário em uma determinada intervenção do projeto deve ser elaborado um Plano de Reinstalação de acordo com os objetivos e diretrizes do QPR, tendo em consideração as seguintes considerações estratégicas:

- a. Evitar o reassentamento involuntário, tanto quanto possível, considerando todas as alternativas viáveis na concepção do projeto;
- b. Minimização, se possível, das áreas a serem expropriadas, realizando estudos alternativos de forma a evitar qualquer expropriação;
- c. Proposta e consulta de diferentes alternativas de compensação com as pessoas afetadas pelo projeto (PAP). Dado que as famílias afetadas vivem realidades diferentes e existem contextos mais vulneráveis do que outros (por exemplo, mulheres chefes de família monoparental), é necessário melhorar as suas condições de vida, proporcionando-lhes habitação adequada, acesso a serviços e instalações básicas e segurança;
- d. Respeito pelos direitos humanos e pelo princípio da não discriminação entre homens e mulheres, visando evitar que as diversas famílias afetadas reconstruam as suas vidas;
- e. Assessoria e garantia de plena liberdade aos expropriados na escolha de soluções para a mitigação de impactos;
- f. Melhoria ou pelo menos restabelecimento dos meios de subsistência e condições de vida existentes antes do reassentamento involuntário. As unidades habitacionais que venham a ser disponibilizadas para reassentamento involuntário, quer em zona rural quer em zona urbana, deverão ser dotadas de serviços de infraestruturas nomeadamente: água, luz e saneamento, condições de iluminação e ventilação, de acordo com as

- normas em vigor;
- g. Garantia da prestação de serviços sociais como educação, saúde e transportes, etc., tendo em conta a abordagem Género;
  - h. Garantia dos mesmos níveis de renda e produção: as áreas escolhidas para o reassentamento devem proporcionar, manter ou aumentar a renda familiar;
  - i. Minimização dos impactos sociais e / ou ambientais na população;
  - j. Reconhecimento das reivindicações da comunidade, mantendo sempre abertas as linhas de comunicação entre o projeto e a comunidade;
  - k. Evitar pressões sobre a população devido ao cronograma de obras e administrar adequadamente os conflitos e possíveis riscos sociais, deles decorrentes.

### **1.3. Abordagem metodológica**

O QPR inclui um conjunto de procedimentos para identificação e tratamento dos casos de reassentamento, comunicação, gestão de reclamação, orçamento e fontes de financiamento do Plano de reassentamento previsto. Não obstante, com a inclusão de novas actividades e áreas de intervenção, será necessário a reavaliação dos riscos e adaptação do documento. Portanto, a actualização do QPR irá requerer especificamente:

- A revisão da descrição do projecto e as componentes para os quais a aquisição de terras e o reassentamento poderão ser necessárias;
- A actualização da estimativa dos efeitos do reassentamento, o número estimado e categorias de pessoas afectadas;
- A reavaliação dos critérios de elegibilidade para a definição das diferentes categorias de pessoas deslocadas;
- A reavaliação dos métodos de avaliação dos activos afectados e Mecanismo de Gestão de Reclamação proposto;
- A identificação e clarificação de procedimentos institucionais para o pagamento de indemnizações e outras ajudas à reinstalação;
- O estabelecimento das modalidades de financiamento da reinstalação;
- A actualização da metodologia e responsabilidades na monitorização pela agência de implementação e, se necessário, por monitores independentes.

Para a actualização do Quadro de Políticas de Reassentamento, foram realizadas as seguintes tarefas:

- Análise e revisão da documentação existente (documentos e fichas de projetos, leis e textos regulamentares que regem o processo de reassentamento no âmbito da implementação de projetos e documentos similares estratégicos e de planeamento nos diferentes níveis;
- Encontros com as várias Câmaras Municipais das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Santiago, e stakeholders envolvidos no projeto;
- Contactos individuais e em pequenos grupos com as comunidades-alvo, associações comunitárias de base e ONG locais nas ilhas (associações de pescadores, peixeiras, mergulhadores, surfistas e possíveis comunidades beneficiárias do Projeto);
- Reuniões com empresas relacionadas a economia azul e operadores turísticos;
- Reuniões com atores institucionais como as Delegações Locais do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), as representações descentralizadas do Estado;
- Visitas in situ para a caracterização socioambiental de possíveis sítios de intervenção e dos locais propostos pelas Câmaras Municipais de Santo Antão, S. Nicolau e Santiago, Ministério do Turismo, Ministério do Mar etc.
- Em termos legais baseou-se nos textos legislativos e regulamentares que regem a gestão e expropriação de terras em Cabo Verde (Decreto Legislativo 2/2007, de 19 de julho, Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho) e a sua comparação com os procedimentos do Banco Mundial (NAS 5).

Quaisquer actividades do projecto que causem deslocamento físico e/ou económico não iniciarão até que esses planos específicos tenham sido finalizados e aprovados pelo Banco Mundial. Nesta fase de preparação do financiamento adicional do projeto não se conhece os limites da área de intervenção, natureza e características dos subprojectos a serem implementados nas ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Sal e Santiago, pelo que a actualização do Quadro de Políticas de Reinstalação (QPR) será genérica.

Não obstante o envolvimento das comunidades, associações e profissionais liberais do sector, assim como os operadores turísticos na fase inicial de actualização deste QPR, serão feitas consultas, após finalização do 1º draft, juntos as instituições principais envolvidas na materialização do presente documento e os resultados da consulta pública formal com representantes das principais partes interessadas serão incorporadas no documento final.

A versão final do QPR, incorporando a maioria desses contributos e o relatório da consulta pública, será finalizada e publicada no site da UGPE e no site externo do Banco Mundial. Os futuros planos de reassentamento também serão publicados e implementados antes do início das obras que possam

induzir ao reassentamento involuntário. A publicação e divulgação do QPR será também acompanhada pela publicação do QGAS e SEPI.

## **2. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

O Projeto “Turismo Resiliente E Desenvolvimento Da Economia Azul (P176981)” incide em investimentos e atividades em áreas geográficas com alto potencial para promover a recuperação económica, incentivar a diversificação e facilitar a transição para um turismo sustentável e inclusivo.

O Projeto em curso se concentra em investimentos e atividades em um número selecionado de áreas geográficas com alto potencial para promover a recuperação económica, incentivar a diversificação e facilitar a transição para o turismo sustentável e inclusivo. As áreas geográficas são as seguintes: Cidade Velha e Tarrafal na ilha de Santiago; Mindelo e São Pedro na ilha de São Vicente; Ilha do Sal (investimentos direcionados em Santa Maria e estrada principal da ilha); e ilha de Santo Antão (o pacote integrado que abrange todos os três municípios). Esses locais foram selecionados por sua disponibilidade para investimento e diversificação, interesse da comunidade local e do setor privado, crescente demanda e potencial turístico (incluindo de segmentos não tradicionais) e desafios ambientais ou sociais que precisam ser abordados. Todos os investimentos serão projetados visando a resiliência, a sustentabilidade e baixo nível de emissão de carbono.

No entanto, contexto actual nacional, onde o País conta com o seu segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDSII), bem como uma Estratégia Sectorial para o Turismo e Economia Azul ( Plano Operacional do Turismo e Plano de Investimento Nacional ma Economia Azul) as autoridades procuram apoiar investimentos adicionais em linha com o pressuposto estratégico de diversificação e expansão dentro e fora do setor âncora do turismo, nomeadamente através do reforço de sinergias com cadeias de valor relacionadas com a economia azul. Neste âmbito, o objectivo do segundo financiamento adicional do projecto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul é reforçar e aumentar o impacto dos investimentos do projeto original, mantendo as mesmas áreas geográficas (Santiago, São Vicente, Santo Antão e Sal), e adicionando a ilha de São Nicolau, considerando que a mesma apresenta o mesmo potencial e perfil de investimentos na cadeia de valor do turismo e economia azul. Em termos de prazos de conclusão do projecto pondera-se a sua extensão para junho de 2028, por forma a permitir a implementação dos novos projectos.

### **2.1. Objectivos do Projecto**

O projeto visa fomentar o desenvolvimento de infraestruturas resilientes para um setor turístico mais diversificado, inclusivo e sustentável em Cabo Verde. Nesse âmbito, o projeto visa aumentar o valor acrescentado, a oferta turística nas comunidades e diversificar os mercados de origem e segmentos turísticos.

## **2.2. Componentes do Projecto original**

O Projeto Projecto de Turismo Resiliente E Desenvolvimento Da Economia Azul (P176981) está estruturado em três componentes integradas e uma componente CERC, visando apoiar o governo de Cabo Verde a fomentar o desenvolvimento de infraestruturas resilientes para um setor turístico mais diversificado, inclusivo e sustentável. Ao fazê-lo, o projeto visa aumentar o valor acrescentado do consumo turístico nas comunidades e diversificar os mercados de origem e segmentos turísticos, em conformidade com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde.

O Projeto se concentrará em investimentos e atividades em um número selecionado de áreas geográficas com alto potencial para promover a recuperação económica, incentivar a diversificação e facilitar a transição para o turismo sustentável e inclusivo. As áreas geográficas são as seguintes: Cidade Velha e Tarrafal na ilha de Santiago; Mindelo e São Pedro na ilha de São Vicente; Ilha do Sal (investimentos direcionados em Santa Maria e estrada principal da ilha); e ilha de Santo Antão (o pacote integrado que abrange todos os três municípios). Esses locais foram selecionados por sua disponibilidade para investimento e diversificação, interesse da comunidade local e do setor privado, crescente demanda e potencial turístico (incluindo de segmentos não tradicionais) e desafios ambientais ou sociais que precisam ser abordados. Todos os investimentos serão projetados visando a resiliência, a sustentabilidade e baixo nível de emissão de carbono.



Figura 1: Ilhas contempladas pelo projeto original

**O projeto proposto compreende quatro componentes:**

O projeto está estruturado em torno de quatro componentes, incluindo uma componente CERC, que visa apoiar o Governo de Cabo Verde na promoção do desenvolvimento de infraestruturas resilientes para um setor do turismo mais diversificado, inclusivo e sustentável em Cabo Verde, nomeadamente: Componente 1: Desenvolvimento de infraestruturas de turismo integrado e resiliente; Componente 2: Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul; Componente 3: Apoio à implementação do projeto; e Componente 4: Contingente de Resposta a Emergências.

Componente 1: Desenvolvimento de infraestruturas de turismo integrado e resiliente (Custo total de: US\$ 22,32 milhões)

Esta Componente financiará infraestruturas prioritárias relacionadas com o turismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável global de destinos turísticos selecionados. As reabilitações de infraestrutura propostas são consideradas fundamentais para aumentar a procura e a oferta de destinos selecionados, incluindo o reforço da sustentabilidade e resiliência dos destinos. O Projeto incluirá critérios climáticos e de género no planeamento, a priorização de projetos de investimentos financiados no âmbito desta componente, com o objetivo de maximizar os impactos sobre questões de género, bem

como os impactes de mitigação e adaptação climática e encontrar soluções sustentáveis e inovadoras para acelerar a transição para um modelo de desenvolvimento turístico integrado de baixa emissão de carbono e inteligente. Incluirá as seguintes atividades:

(a) Requalificação de infraestruturas costeiras integradas de turismo e pesca: Os investimentos apoiarão a reabilitação de infraestruturas visando apoiar as atividades de pesca e turismo. Especificamente, o projeto apoiará a reabilitação de cais de pesca selecionados, mercados de peixe, desenvolvimento de pontos de amarração e melhoria de passeios marítimos. Esses investimentos serão projetados para incorporar a resiliência climática, promover o uso eficiente dos recursos, reduzir as emissões de carbono e aumentar a inclusão de mulheres e comunidades vulneráveis nas cadeias de valor do turismo e da pesca. O Projeto também ajudará a definir arranjos de gestão dessas infraestruturas (incluindo manutenção, gestão de conflitos, dimensão género, gestão de resíduos, etc.) para entrega aos usuários e beneficiários locais e aumentar a sua durabilidade (conforme apresentado na Componente 2, atividade e).

(b) Melhorar a acessibilidade aos locais turísticos: Os principais investimentos consistirão na reabilitação de 15 km da estrada Espargos-Santa Maria na ilha do Sal e nos estudos preparatórios para uma melhor acessibilidade a locais turísticos emergentes. Esses investimentos considerarão recursos de sustentabilidade aprimorados, como iluminação movida a energia solar e ciclovias/passeios.

(c) Reabilitação de trilhos de trekking, património cultural e centros de visitantes: Os investimentos no desenvolvimento dos principais ativos e locais turísticos em segmentos emergentes de alto crescimento para diversificação nas ilhas incluirão: (i) mapeamento e sinalização para trilhas e reabilitação de trilhas para caminhadas; (ii) reabilitação de miradouros seleccionados, construção de centros de visitantes e melhoria da sinalização e interpretação; (iii) reabilitação de sítios históricos/patrimoniais. Cada investimento local incluirá um plano de gestão/negócios a ser desenvolvido ou co-gerido com a comunidade ou por meio de um modelo de parceria público-privada (PPP).

(d) Desenvolver uma estratégia e um plano de ação para melhorar a conectividade intermodal internacional e inter-ilhas: Assistência técnica para desenvolver uma estratégia de transporte inter-ilhas integrado e intermodal que visará melhorar as ligações de conexão de transporte entre ilhas e entre os diferentes meios de transporte (aéreo, mar, terra). O tráfego inter-ilhas de passageiros exige uma rede de terminais marítimos em todas as ilhas para prestar um bom serviço e um ambiente seguro para os passageiros, bem como para promover a oferta comercial e turística. Como tal, o Projecto irá também financiar estudos preparatórios para a construção ou modernização de terminais marítimos de passageiros localizados em cinco ilhas (São Nicolau,

Boavista, Maio, Fogo, Santiago).

Componente 2: Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul (Custo total de: US\$ 12,2 milhões, dos quais US\$ 5 milhões PROBLUE RETF).

Esta componente visa apoiar o aumento da inclusão das PME na cadeia de valor do turismo e melhorar a capacidade do destino para a gestão do turismo sustentável. Será composto por um conjunto de intervenções de assistência técnica destinadas a permitir uma recuperação robusta do setor do turismo e um crescimento integrado com base nos princípios de inclusão e sustentabilidade.

(a) Apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento das PME na instalação da cadeia de valor do turismo e da pesca: para aumentar a participação das empresas locais no setor do turismo, esta atividade apoiará as PME em áreas de serviços identificadas para expandir e melhorar o desempenho dos seus negócios, particularmente aqueles que são liderados/ propriedade de mulheres. Intervenções específicas podem incluir serviços de desenvolvimento de negócios e capacitação em tópicos como: (i) melhor planificação e marketing de negócios; (ii) apoiar o acesso a financiamentos; (iii) orientação e coaching de negócios, incluindo formação de iniciativa pessoal; (iv) ajudar as empresas a obter a certificação de sustentabilidade, incluindo maior mobilidade e resiliência, bem como redução das emissões de carbono do turismo; (v) reforço do acesso aos mercados de produtos do mar; (vi) melhor sustentabilidade das práticas de pesca e condições sanitárias de manejo de produtos do mar para a gestão dos impactos dos recursos marinhos e aumentar o valor agregado; e (vii) explorar nova oferta de recursos marinhos, visando novos recursos demersais de profundidade, que poderiam atender à demanda local de restaurantes, bem como à crescente demanda internacional por exportação.

(b) Reforçar o marketing, a promoção e a comunicação nos principais mercados de origem: para melhorar a presença de Cabo Verde em novos mercados e nichos de mercado, esta atividade irá apoiar a implementação do Plano Estratégico de Marketing do Turismo de Cabo Verde. As atividades incluirão: (i) contratação de empresas representativas de marketing turístico em dois ou três mercados estratégicos; (ii) prestação de assistência técnica em marketing digital, conforme necessário; e (iii) condução de pesquisas e análises de mercado contínuas para melhor entender o comportamento e as tendências dos visitantes.

(c) Fortalecer o sistema estatístico nacional do turismo: com o objetivo de melhorar a qualidade

e análise das estatísticas do turismo, sua governança e informações compartilhadas, o projeto apoiará: (i) melhoria metodológica na recolha, incluindo estatísticas desagregadas por género, publicação, e comunicação de estatísticas, bem como o respeito pelo sigilo estatístico; (ii) atividades de capacitação sobre formas de melhoria da medição de despesas e empregos relacionados com a indústria e contabilidade satélite do turismo.

(d) Melhorar a regulamentação do turismo e o planeamento urbano, terrestre, costeiro e marinho:

apoiar o planeamento e a legislação setorial para maximizar a eficácia das infraestruturas e desenvolvimento de produtos do Projeto, bem como garantir salvaguardas ambientais e sociais adequadas. As intervenções específicas incluem: (i) desenvolvimento de planos detalhados de zoneamento - denominados Planos de Ordenamento Turísticos (POT) em áreas selecionadas; (ii) desenvolvimento de planos de zoneamento costeiro – Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOCs); (iii) aprimoramento ou elaboração de rafting de novas leis/regulamentos (por exemplo, aluguel de acomodações online ou turismo marítimo); (iv) reforçar a sustentabilidade do turismo marinho (consolidar a regulamentação sobre a pesca de pequena escala e desportiva, bem como a instalação e gestão de marinas; apoiar o papel fora das orientações e certificações governamentais de sustentabilidade, como ISO, Green Key, Blue Flag) .

(e) Apoiar a sustentabilidade de locais, atividades e serviços turísticos, especialmente para

compartilhar com responsabilidade as áreas e recursos marinhos e costeiros: (i) definir e operacionalizar arranjos de gestão de infraestruturas para usuários locais que se beneficiarão dos investimentos do Projeto e aumentarão sua durabilidade; (ii) apoiar iniciativas de gestão de base comunitária em comunidades de pescadores artesanais, para continuar capacitando as comunidades na gestão sustentável e inclusiva de seus recursos marinhos e costeiros; (iii) compreender os impactos das mudanças climáticas na pesca marinha e explorar opções de mitigação (ou seja, desenvolver um plano de ação sobre motores movidos a energia solar para pequenas embarcações de pesca ou turismo).

(f) Implementar a integração do género no turismo:

para alavancar abordagens sensíveis ao género na recuperação do turismo, garantindo empregos melhores e mais seguros para as mulheres, o Projeto trabalhará na atualização do Plano de Ação para a Integração de Género no Turismo (2016-2018), incluindo o desenho de uma estrutura de monitorização, capacitação individualizada e integração de padrões de VBG como um item a ser trabalhado

ao longo de implementação. O projeto incentivará o diálogo para a prestação de cuidados e acolhimento de crianças e apoiará a formação específica para PME lideradas por mulheres no turismo para melhorar a sua posição ao longo da cadeia de valor do turismo, networking e personalização de instrumentos financeiros.

Componente 3: Apoio à Implementação do Projeto (Valor estimado: US\$ 0,48 milhão)

Esta Componente dará apoio à UGPE na gestão e implementação do Projeto. Apoiará as despesas relacionadas com a implementação do Projeto, incluindo a contratação de (i) um consultor para preparar os estudos finais de salvaguarda ambiental e social (A&S) para as atividades da Componente 1; (ii) pessoal de engenharia sediado na UGPE para apoiar as atividades da Componente 1, incluindo a preparação de especificações técnicas, bem como a supervisão da construção e implementação; (iii) um auditor independente para o projeto; (iv) capacitação para a UGPE e outras partes interessadas do setor, conforme necessário; e (v) custos operacionais do projeto.

Componente 4: Componente de Resposta a Emergências Contingentes (CERC) (Valor estimado: US\$ 0 milhão)

Um CERC será incluído no projeto de acordo com a Política de Financiamento de Projetos de Investimento (PIF), parágrafos 12 e 13, para Situações de Necessidade Urgente de Assistência e Restrições de Capacidade. Permitirá a rápida realocação de fundos de empréstimos não comprometidos no caso de uma emergência elegível, conforme definido na OP 8.00. Para que o CERC seja ativado e o financiamento seja disponibilizado, o Governo de Cabo Verde deverá: (i) apresentar uma carta de solicitação de ativação do CERC, e as provas necessárias para determinar a elegibilidade da emergência, conforme definido no Anexo do CERC para o Manual de Operações do Projeto; (ii) um Plano de Ação de Emergência, incluindo as despesas de emergência a serem financiadas; e (iii) atender aos requisitos ambientais e sociais conforme acordado no Plano de Ação de Emergência e no PCAS.

*Quadro 1: Visão geral das componentes – infraestruturas*

<b>COMPONENTE</b>	<b>SUB-PROJECTO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO SUB-PROJECTO</b>
Componente 1: Desenvolvimento de infraestruturas de turismo integrado e resiliente (Custo total de: US\$ 22,32 milhões)	a) Requalificação de infraestruturas costeiras integradas de turismo e pesca.	Os investimentos apoiarão a reabilitação de infraestruturas visando apoiar as atividades de pesca e turismo.
	b) Melhorar a acessibilidade aos locais turísticos.	Os principais investimentos consistirão na reabilitação de 15 km da estrada Espargos-Santa Maria na ilha do Sal e

		nos estudos preparatórios para uma melhor acessibilidade a locais turísticos emergentes.
	(c) Reabilitação de trilhas de trekking, património cultural e centros de visitantes	Os investimentos no desenvolvimento dos principais ativos e locais turísticos em segmentos emergentes de alto crescimento para diversificação nas ilhas
	(d) Desenvolver uma estratégia e um plano de ação para melhorar a conectividade intermodal internacional e inter-ilhas	Assistência técnica para desenvolver uma estratégia de transporte inter-ilhas integrado e intermodal que visará melhorar as ligações de conexão de transporte entre ilhas e entre os diferentes meios de transporte (aéreo, mar, terra).
Componente 2: Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul	(a) Apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento das PME na instalação da cadeia de valor do turismo e da pesca	Esta atividade apoiará as PME em áreas de serviços identificadas para expandir e melhorar o desempenho dos seus negócios, particularmente aqueles que são liderados/ propriedade de mulheres. Intervenções específicas podem incluir serviços de desenvolvimento de negócios e capacitação.
Componente 3: Apoio à Implementação do Projeto	Apoiará as despesas relacionadas com a implementação do Projeto, incluindo contratações.	(i) um consultor para preparar os estudos finais de salvaguarda ambiental e social (A&S) para as atividades da Componente 1;
		(ii) pessoal de engenharia sediado na UGPE para apoiar as atividades da Componente 1, incluindo a preparação de especificações técnicas, bem como a supervisão da construção e implementação;
		(iii) um auditor independente para o projeto(;
		(iv) capacitação para a UGPE e outras partes interessadas do setor, conforme necessário; e
		(v) custos operacionais do projeto.
Componente 4: Componente de Resposta a Emergências Contingentes (CERC)	Um CERC será incluído no projeto de acordo com a Política de Financiamento de Projetos de Investimento (PIF),	Para que o CERC seja ativado e o financiamento seja disponibilizado, o Governo de Cabo Verde deverá: (i) apresentar uma carta de solicitação de ativação do CERC, e as provas necessárias para determinar a

	<p>parágrafos 12 e 13, para Situações de Necessidade Urgente de Assistência e Restrições de Capacidade. Permitirá a rápida realocação de fundos de empréstimos não comprometidos no caso de uma emergência elegível, conforme definido na OP 8.00</p>	<p>elegibilidade da emergência, conforme definido no Anexo do CERC para o Manual de Operações do Projeto; (ii) um Plano de Ação de Emergência, incluindo as despesas de emergência a serem financiadas; e (iii) atender aos requisitos ambientais e sociais conforme acordado no Plano de Ação de Emergência e no PCAS.</p>
--	---	---

### 2.3. Componentes do projeto no âmbito do financiamento adicional

Relativamente às componentes, o projecto irá manter os mesmos componentes, sendo que as actividades previstas serão essencialmente os seguintes:

#### Componente 1: Desenvolvimento de infraestruturas de turismo e economia azul integrados e resiliente

##### **Ilha de Santiago**

Os principais investimentos nas infraestruturas costeiras de pesca incluem: a construção de um mercado de peixe e a modernização do primeiro mercado de venda de peixe no complexo pesqueiro da Praia para criar um ambiente de mercado adequado, transparente e competitivo para os pescadores venderem seu pescado; a reabilitação de infraestruturas de pesca artesanal na Ribeira da Barca, Porto Rincão e Chão Bom para garantir operações seguras e eficientes para os pescadores; e a criação de um estaleiro para o fabrico e reparação de embarcações de pesca semi-industrial na Calheta de São Martinho, para aumentar a segurança no mar e eficiência operacional. Refira-se que tanto a proposta de construção de lota como de estaleiro estão sujeitas a esclarecimentos quanto à localização e/ou titularidade do terreno.

Para ajudar a promover o turismo, melhorar o acesso a sítios naturais e oferecer oportunidades de desenvolvimento econômico, vários investimentos são propostos, incluindo a modernização de uma estrada selecionada (Circular da Cidade Velha); melhoramento da conectividade marítima (modernização do terminal marítimo de Santiago) e investimento no desenvolvimento e manutenção de trilhas. É importante observar que as atividades relacionadas à conectividade – principalmente a circular da Cidade Velha e o terminal marítimo de passageiros da Praia – encontram-se listados aqui, mas serão objeto de discussão para uma eventual inclusão no projeto de conectividade e infraestrutura urbana

financiado pelo Banco Mundial, atualmente em preparação.

*Tabela 1: Proposta de investimentos em infraestrutura para a Ilha de Santiago*

<b>Investimento</b>
Modernização e reabilitação do primeiro mercado de venda no complexo piscatório da Praia
Cais de pesca da Ribeira da Barca
Porto Rincão
Construção de bacia para embarcações artesanais/semi-industriais em Chão Bom
Estaleiro de fabrico e reparação de embarcações de pesca semi-industrial na Calheta de São Martinho (Santiago)*
Mercado do Peixe da Praia (Santiago) *
Terminal de passageiros na cidade da praia
Expansão de reabilitação de trilha
Estrada Cidade Velha - Bota Rama Salineiro
Terminal Marítimo de Passageiros da Praia

*\* Questões de terreno ou localização pendentes de esclarecimento*

### **Ilha de São Vicente**

Os investimentos propostos na Ilha de São Vicente centram-se na reabilitação da funcionalidade do estaleiro ONAVE para reforçar a capacidade de manutenção da frota de pesca artesanal. Além disso, dado o aumento do volume de turistas na Ilha de São Vicente e a oportunidade de promover experiências de caminhada agradáveis e seguras, propõe-se o desenvolvimento e manutenção de trilhos específicos, incluindo limpeza e marcação de trilhos, instalação de sinalização e estabelecimento de áreas de descanso ou miradouros ao longo do percurso das rotas.

*Tabela 2: Investimentos em infraestruturas propostas para a Ilha de São Vicente*

<b>Investimento</b>
Reconstrução e reabilitação das instalações do estaleiro da ONAVE no Mindelo
Expansão de reabilitação de trilha

### Ilhas de Santo Antão e São Nicolau

Seguindo a mesma abordagem das restantes ilhas, o enfoque proposto para estas duas ilhas seria nas infraestruturas costeiras e no apoio ao segmento do turismo pedestre. Para fortalecer o sector das pescas local, propõe-se a reabilitação de uma rampa para barcos na Cruzinha, enquanto no segmento das caminhadas turísticas o enfoque será o alargamento dos apoios à requalificação de percursos pedestres e miradouros especificamente seleccionados e planeados no âmbito do projecto original e destinados na promoção da atração natural da ilha.

*Tabela 3: Proposta de investimentos em infraestrutura para Santo Antão Ilha*

Investimento
Reabilitação da rampa para barcos na Cruzinha
Expansão de reabilitação de trilhas
Fisheries landing janela (arrastadouro de Penedo Janela)
Fisheries landing Paço, Paul (arrastadouro de Paço, Paul)
Tarrafal de Monte Trigo Multi-purpose jetty*(cais polivalente)
Monte Trigo Multi-purpose jetty (cais polivalente)

*Tabela 4: Proposta de investimentos em infraestrutura para a Ilha de São Nicolau*

Investimento
Infraestruturas portuárias no Carriçal
Construção do Porto de Pesca Artesanal e Esportiva de Preguiça
Expansão de reabilitação de trilhas
Terminal de passageiros de tarrafal de SN

### Ilha do Sal

O Financiamento Adicional propõe focar em iniciativas de economia circular que possam ajudar a proteger o ecossistema único e frágil da Ilha, minimizando a poluição, reduzindo a destruição do habitat e conservando biodiversidade. Ao implementar práticas sustentáveis de gestão de resíduos, promover atividades de turismo ecológicas, reduzir a dependência de itens descartáveis ou envolver turistas em esforços de reciclagem e conservação, a Ilha do Sal pode atrair viajantes ambientalmente conscientes e melhorar sua reputação como um destino de ecoturismo. O AF proporia, assim, pilotar um número selecionado de oportunidades de economia circular em estreita coordenação com a iniciativa do Pacto

de Sustentabilidade do Setor do Turismo (PACT).

Componente 2: Melhorar a inclusão e a gestão sustentável do turismo e da economia azul

O financiamento será destinado a expansão do apoio a pequenas e médias empresas (PMEs) locais e atores da cadeia de valor, além de apoiar um ambiente e políticas mais favoráveis para estimular oportunidades adicionais do setor privado na economia azul e turismo com base na natureza. As principais atividades propostas incluem a capacitação e o apoio direcionados ao empreendedorismo, com foco nas empresas locais e atores do turismo baseado na natureza, em destinos selecionados; apoiar o desenvolvimento sustentável do turismo baseado na natureza, incluindo esforços promocionais visando o mercado de caminhadas e melhorando a legislação relacionada ao turismo. Além disso, o projeto apoiaria e capacitaria as comunidades pesqueiras no fortalecimento das capacidades e atividades empreendedoras para melhorar a gestão pesqueira, governança, pesquisa e treinamento.

*Tabela 5: Atividades propostas para o Componente 2*

<b>Investimento</b>
Apoio à governação da trilha (piloto em Santo Antão)
Reforma Legislativa e Normativas com foco em caminhadas no mercado
Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Natureza
Extensão de projetos de sustentabilidade a São Vicente, Santo Antão e Santiago
Digitalização do licenciamento turístico e apoio à inteligência de mercado
Apoiar e capacitar as comunidades pesqueiras no fortalecimento das capacidades empreendedoras
Melhorar a gestão, governança, pesquisa e treinamento da pesca

As componentes 3 e 4 mantêm o mesmo objetivo que o projeto original.

### **3. QUADRO JURÍDICO DE REASSENTAMENTO EM CABO VERDE**

As Políticas afetadas pela implementação do projeto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul (P176981) nas cinco ilhas, nomeadamente de Santiago, São Vicente, Sal, São Nicolau e Santo Antão, com financiamento do Banco Mundial, baseiam-se, por um lado, na legislação nacional, nomeadamente em termos de uso do solo e expropriação de bens imóveis, e, por outro lado, nas normas ambientais e sociais do Banco Mundial. O contexto legal e institucional do QPR implica a harmonização com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, em particular com a NAS 5.

A utilização das terras e a expropriação de bens imóveis são efectuados de acordo com a Constituição da República e com o regime jurídico aplicável em Cabo Verde. Este regime baseia-se em princípios, diretrizes e diretivas jurídicas, tais como o Decreto Legislativo 2/2007, de 19 de julho, que estabelece os princípios e regras de utilização das terras, tanto por poderes públicos como por entidades privadas e, o Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que regulamenta a expropriação de bens imóveis de utilidade pública, com justa indemnização.

A aquisição dos terrenos necessários à implementação do projecto é da responsabilidade do Estado através da Direcção-Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP). Informações recolhidas no terreno dá-nos conta que a maioria dos terrenos pertencem ao Estado e/ou Municípios e que poucos são as parcelas de terreno que pertencem aos privados.

#### **3.1. Quadro jurídico nacional de expropriação e de reinstalação**

##### **Utilização das terras**

O Decreto-Lei nº2/2007, de 19 de julho, estabelece os princípios e regras de utilização das terras, tanto pelos poderes públicos como pelas entidades privadas. Esta disposição legislativa também identifica os tipos de propriedade, registro e transferência de terras. A aplicabilidade desta disposição e como um título de propriedade deve ser considerado para que uma pessoa seja elegível para direitos como PAP, bem como os aspectos de posse de terra ou da propriedade de substituição e servidões devem ser registados.

Além disso, o Código Civil define as categorias de posse secundária, tais como direitos de superfície,

servidões, usufruto, uso e habitação que podem ser afetados por ações ao abrigo da Lei das Terras.

O n.º 2 do artigo 10.º e o artigo 71.º da disposição atribuem ao Director-Geral do Património do Estado a função de representante do Estado nos contratos de compra e venda. Por isso, o processo de expropriação é conduzido pela Direcção-Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP) e consiste principalmente, após a identificação dos aparentes proprietários e arrendatários dos terrenos, na verificação e homologação dos processos judiciais, em particular através da apresentação de uma certidão concedida pelos Serviços de Registo Predial.

### **Expropriação por utilidade pública**

O Decreto-Lei 3/2007, de 19 de julho, regula a expropriação de bens imóveis e os respectivos direitos relativos à extinção do direito do expropriado e simultaneamente a sua transferência para o Estado, autarquias locais ou qualquer outra entidade pública ou privada, por utilidade pública, mediante justa compensação.

Uma propriedade objecto de expropriação não pode ser ocupada sem o pagamento prévio da justa indemnização, salvo em casos de comprovada urgência, desde que os fundos para o pagamento da indemnização sejam atribuídos no prazo de 30 dias (prorrogável a 90 dias por ordem judicial). O Decreto-Lei 3/2007 também especifica a abordagem para a avaliação de terras e que as alterações após a declaração de necessidade pública não devem ser tidas em conta na avaliação. A lei também estipula que o terreno urbano ou “urbanizado” seja avaliado de acordo com a sua localização, as construções ou benfeitorias que lhe sejam feitas, a qualidade ambiental da área. A avaliação de terras rurais deve levar em consideração o rendimento real ou possível delas, a natureza do solo e subsolo, a configuração da terra, as culturas e frutas predominantes e outras circunstâncias que possam afetar seu valor. Esta lei considera apenas os edifícios e benfeitorias autorizadas pela legislação cabo-verdiana.

A compensação para quem aluga espaço para atividade comercial, industrial ou profissional deve considerar os custos de mudança para o novo local, o novo aluguer a pagar e a perda relacionada com a interrupção do trabalho devido à deslocalização (caso de Pontão, arrastadouro do Tarrafal, mercado de peixe do Mindelo e Mercado 1 venda do cais da praia) onde se prevê deslocalização de atividades económicas).

Quando não se chega a uma negociação amigável, passa-se à expropriação litigiosa e nos termos da

legislação cabo-verdiana, será realizada a arbitragem para todos os bens abrangidos pela declaração de utilidade pública para os quais não tenha sido celebrado acordo amigável alcançado sobre o valor da compensação.

O tribunal da primeira instância é responsável pela supervisão do processo. Três juízes são selecionados, incluindo, um pela entidade expropriadora, um da propriedade expropriada e outras partes interessadas, e o juiz presidente nomeado pelo tribunal.

No prazo de 15 dias a partir da notificação da arbitragem, as partes podem enviar perguntas relevantes para determinar o valor da propriedade. Os juízes devem tomar uma decisão no prazo de 30 dias após o recebimento de todas as informações necessárias de ambas as partes. A decisão é acompanhada dos resultados de cada juiz e das respostas aos questionamentos com a indicação de como foi obtido o valor proposto.

Quando o bem tiver sido ocupado antes da decisão sobre o seu valor, o juiz presidente solicita ao Juiz da Comarca, no prazo de 5 dias a contar da decisão, a notificação da DGPCP para adiantamento ou disponibilização do valor no prazo de 10 dias. Em seguida, o juiz no prazo de 20 dias após a concessão do bem e do título à entidade expropriante, caso ainda não tenha sido efetuado, também ordena a notificação da sentença arbitral às partes.

O procedimento de aquisição de terrenos para construção de obras públicas é normalmente feito por aproximação aos proprietários, obtendo-se o seu acordo mediante negociação de uma justa indemnização, tendo em conta o interesse público das obras e de acordo com a legislação acima citada.

### **3.2. Quadro institucional de reassentamento**

Pela sua natureza multifacetada, o processo de compensação / reabilitação envolve várias instituições públicas, destacando os seguintes atores principais directamente relacionados com a implementação do projecto:

**Agências de execução (UGPE).** Instituições responsáveis pela gestão fiduciária dos projetos e implementação das normas ambientais e sociais de todas as componentes operacionais do projeto.

**A Direcção-Geral do Património e de Contratação Pública (DGPCP).** De acordo com o Decreto-Lei nº 28/2018, que aprova a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério das Finanças, a DGPCP é o serviço central que tem por missão propor, executar e avaliar a política nacional de administração e defesa do domínio público e privado do Estado e, em articulação e conformidade com as normas e orientações da ARAP, a política nacional da contratação pública nas aquisições públicas do Estado, sem prejuízo das demais competências previstas nas normas que regulam a gestão dos bens do Estado.

No âmbito da implementação deste projecto, a DGPCP é a Instituição responsável pelas expropriações de utilidade pública e consequentemente a negociação e disponibilização de possíveis compensações.

**Direcção Geral do Turismo e Transportes (DGTT).** De acordo com o Decreto-Lei nº 67/2021 a Direcção-Geral do Turismo e Transportes (DGTT) é o serviço responsável pela concepção, avaliação e execução da política de turismo e do transporte aéreo, em estreita articulação com os serviços e organismos do sector.

**Ministerio do MAR.** O Ministério do Mar é o departamento governamental que tem por missão conceber as políticas marítima. Integra o Instituto do Mar, a Escola do Mar, a Direcção Geral de Economia Marítima, a Enapor, e outras instituições beneficiárias do projecto.

**Instituto do Património Cultural (IPC)** De acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2020, de 17 de Janeiro, que define os estatutos do IPC, essa instituição é a entidade responsável pela protecção do património histórico-cultural e artístico nacional.

**Municípios.** De acordo com os Estatutos dos municípios, Decreto-Lei 26/2006 de 6 de março, os municípios são instituições do governo e poder local, responsáveis pela elaboração de planos diretores municipais, definição de áreas de expansão urbana, áreas edificáveis em áreas rurais e gestão da construção de infraestruturas municipais.

**O Ministerio de Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação** é o departamento governamental que integra as infraestruturas de Cabo Verde, dirige superiormente o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, exerce poderes de superintendência sobre o Instituto de Estradas e o Instituto Nacional de Gestão do Território, e assegura, no âmbito das suas atribuições, o relacionamento

do Governo com a Imobiliária, Fundiária e Habitat, S. A. E o Laboratório de Engenharia Civil, E.P.E.

**Direcção-Geral da Agricultura, Florestas e Pecuária (DGAFP).** De acordo com o Decreto-Lei Decreto-lei nº 49/2016, que Estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Agricultura e Ambiente, a DGASP é um serviço central do MAA com funções e concepção, regulamentação, coordenação, execução e apoio direto ao Ministro, nos domínios da agricultura e proteção das culturas, silvicultura, pecuária e saúde e bem-estar animal, saúde pública veterinária, engenharia rural e hidroagrícola, gestão de terras agrárias, bem como a extensão rural e qualificações dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais.

**Direcção Nacional do Ambiente (DNA).** De acordo com o Decreto-Lei Decreto-lei nº 49/2016, que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Agricultura e Ambiente, a DNA é o serviço central do MAA com funções de concepção, regulamentação, coordenação, execução, nos domínios do ambiente, nomeadamente a prevenção e avaliação de impactes, conservação da natureza, a informação ambiental e do seguimento da qualidade ambiental. No âmbito da implementação deste projecto a DNA é a instituição responsável para avaliação de espécies florestais, gestão de áreas protegidas e autoridade ambiental no processo de AIA.

**ONGs, OSC,** são parceiras fundamentais para a informação, sensibilização e o envolvimento das comunidades beneficiárias visando a apropriação do projecto e a sua participação activa nas diferentes fases de implementação.

### **3.3. Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial**

O financiamento do projeto pelo Banco Mundial implica a necessidade de cumprir a política do Banco Mundial sobre Aquisição de Terras, Restrição ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário (NAS 5). Esta política, adotada em 2018, cobre as consequências de riscos económicos, ambientais e sociais que resultam diretamente de projetos de investimento financiados pelo Banco Mundial. A Norma 5 aplica-se em todos os casos de aquisição de terras ou a imposição de restrições ao seu uso que pode resultar em danos físicos, reassentamento, deslocação económica ou ambos.

Concretamente, a política é aplicada nos seguintes casos:

- ✓ As pessoas afetadas pelo projeto terão que perder propriedade e ser fisicamente deslocadas

para as necessidades do projeto; ou

- ✓ Se haverá perda de fontes de receitas e/ou de acesso a recursos.

Para este projeto em particular algumas actividades da componente 1 são susceptíveis de gerar perdas temporárias e permanentes de terras, fontes de renda e acesso, daí a aplicabilidade da NAS 5.

Um reassentamento é considerado involuntário “se as pessoas ou comunidades afetadas não tiverem o direito de recusar a aquisição de terras ou as restrições ao uso da terra que estão na origem da deslocação.” A NAS 5 define a deslocação física e económica (perda de fontes de renda) e exige compensação para ambos. Ela insiste em evitar o reassentamento explorando todas as alternativas viáveis. A política requer a preparação de um Plano de Reassentamento antes da implementação do projeto que identifica os critérios de elegibilidade para compensação ou assistência do reassentamento, das pessoas e bens afetados pelo projeto, o processo de compensação, o orçamento de reassentamento, da sua implementação e monitorização. O objetivo é ajudar a população/pessoa afetada a restaurar pelo menos seu padrão de vida inicial antes do projeto.

A NAS 5 privilegia a compensação em espécie sobre a compensação monetária para garantir a sustentabilidade da compensação, mas deixa a escolha para a população afetada durante as consultas. Segundo essa Norma as pessoas elegíveis para compensação podem pertencer a uma das seguintes três categorias:

- a) Indivíduos que são titulares de direitos formais sobre terras ou ativos;
- b) Indivíduos que não têm direitos formais sobre terras ou ativos, mas que reivindicam o direito sobre as terras ou ativos e tais reivindicações são ou podem ser reconhecidas de acordo com a legislação nacional; ou
- c) Indivíduos que não têm direito legal ou de reivindicação reconhecíveis sobre as terras ou ativos que ocupam ou usam.

As pessoas afetadas devem ser consultadas e informadas sobre as opções e seus direitos, e prontamente indenizadas pelo custo total de reposição por perdas de bens diretamente atribuíveis ao projeto, antes do início da execução do projeto.

### **3.4. Análise comparativa da legislação nacional aplicável e a nas 5**

Tendo em vista a existência de procedimentos nacionais e procedimentos do Banco Mundial para as políticas de reassentamento, no âmbito deste QPR, mostra-se necessária a realização de uma análise comparativa dessas disposições, a fim de promover a sua utilização complementar em benefício dos objectivos do projeto e assegurar a manutenção de equilíbrios socioeconómicos básicos. Assim, esta análise é realizada em função dos pontos de convergência, pontos de divergência e lacunas existentes entre ambos os lados.

Os pontos de convergência referem-se a: (i) compensação em espécie se os meios de subsistência dependerem da terra, (ii) tipos de pagamentos, (iii) tratamento de ocupantes regulares e (iv) definição da data de elegibilidade.

Os pontos de discrepância referem-se a: (i) pessoas elegíveis para compensação, (ii) a data limite de elegibilidade, (iii) ocupantes irregulares, que não são abrangidos pela legislação nacional, (iv) a assistência com realojamento não prevista pela legislação nacional, (v) compensação alternativa que não está adequadamente prevista na legislação nacional, (vi) recuperação económica que também não está prevista na legislação nacional, (vii) grupos vulneráveis que não constituem uma prioridade orçamental para os PAPs, (viii) assistência prevista para PAPs durante o reassentamento, (ix) assistência para grupos vulneráveis e (x) procedimentos participativos de seguimento e avaliação que não estão previstos na legislação nacional.

No essencial, os principais pontos sobre os quais a NAS 5 exige de ir para além dos regulamentos nacionais são os seguintes:

- Prioridade à compensação em espécie sobre a compensação em dinheiro, se os meios de subsistência dependerem da terra. Neste caso, para terras onde a opção de substituição "terra por terra" deve ser privilegiada;
- Compensação pelo valor total de reposição, devendo ser aplicada indenização em dinheiro (árvores fruteiras, residências);
- Assistência na restauração de rendimentos e meios de subsistência (agricultura, pesca, criação, hotelaria, artesanato);
- Compensação das atividades comerciais e artesanais que sejam permanentes ou temporariamente paralisadas em decorrência de obras civis financiadas pelo projeto (exemplo caso do Pontão de Santa Maria);
- Participação das pessoas afetadas em todo o processo de indemnização / reabilitação;

- Seguimento e avaliação com medidas de acompanhamento (formação, apoio técnico, empréstimos com juros bonificados);
- Assistência específica a pessoas vulneráveis.

Em caso de diferença entre a legislação nacional e a NAS 5, a lei ou a norma mais rigorosa prevalecerá. Propõe-se a utilização da NAS 5 para preencher as lacunas, onde não existem políticas nacionais para mitigar/compensar as situações de reassentamento. A tabela seguinte apresenta uma análise comparativa dos dois sistemas.

Tabela 6 - Comparação detalhada entre o quadro jurídico nacional e os requisitos da NAS 5

Disposições e procedimentos legais	Legislação nacional	NAS 5	Observações	Recomendações
Reinstalação	Não existem referências específicas na legislação nacional.	A NAS 5 aplica-se a todos os componentes do projeto sujeitos a operações de reassentamento. O reassentamento deve ser evitado tanto quanto possível. Proporcionar ações de compensação / reabilitação e alocação de recursos suficientes para as pessoas afetadas.	Ausência de referências na legislação nacional.	Não está previsto o desalojamento físico. Entretanto, caso venha a haver situações de desalojamento / reassentamento, deverá ser elaborado um plano de reassentamento do sub-projeto específico nos termos previstos na NAS 5 do BM e, em particular, os instrumentos expressos no anexo 1 – “Instrumentos de Reassentamento Involuntário”.
Compensação em espécie	O n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 3/2007, de 19 de julho, estipula que o pagamento da indemnização por expropriação por utilidade pública deve ser pago em dinheiro, salvo disposição contrária.	O pagamento em dinheiro de uma compensação por perda de propriedade é aceitável nos casos em que: (vii) Os meios de subsistência são derivados dos recursos da terra e, a terra ocupada pelo projeto representa apenas uma pequena fração do ativo afetado e o restante do ativo é economicamente viável; (viii) Existem mercados ativos para terra, moradia e trabalho, as pessoas deslocadas usam esses mercados e há uma oferta suficiente de terra e	A NAS 5 aceita pagamento em dinheiro apenas em alguns casos e não genericamente.	Caso os meios de subsistência dos indivíduos deslocados sejam provenientes da terra ou a terra seja de propriedade coletiva, o Mutuário oferecerá aos indivíduos deslocados uma opção de substituição da terra, de acordo com o parágrafo 35(a), a menos que possa ser demonstrado de forma satisfatória para o Banco que não há terra de substituição disponível. No caso de indivíduos afetados, de acordo com o parágrafo 10 (c) da NAS 5, será fornecida assistência de reassentamento em substituição à compensação da terra, conforme descrito nos parágrafos 29 e 34(c) – NAS 5.

		<p>moradia disponível; onde finalmente</p> <p>(ix) Os meios de subsistência não são baseados nos recursos da terra. Os níveis de compensação em dinheiro devem ser suficientes para financiar a reposição de terras perdidas e outros ativos ao custo total de reposição nos mercados locais</p>		
Compensação de bens	<p>O artigo 62.º do Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, prevê o pagamento da indemnização por transmissão de bens ou direitos. Estipula que o pagamento da indemnização por expropriação por utilidade pública deve ser efetuado em dinheiro, salvo disposição em contrário.</p>	<p>As estratégias de compensação/reabilitação de terras devem ser privilegiadas em relação as pessoas deslocadas cujos meios de subsistência dependem do uso da terra.</p> <p>No caso de substituição de terras a serem fornecidas aos reassentados, estes devem ter boa capacidade produtiva, vantagens geográficas e outros fatores, pelo menos equivalentes às vantagens da terra ocupada.</p> <p>Para compensação de terras em áreas urbanas, é necessário considerar o valor de mercado antes da realocação usando terrenos semelhantes localizados</p>	<p>Não há correspondência, porque a NAS 5 do Banco Mundial favorece estratégias de compensação de terras quando os meios de subsistência dependem do uso da terra.</p>	<p>O pagamento de compensação em dinheiro por perda de terras e outros ativos poderá ser apropriado nos seguintes casos: (a) quando os meios de subsistência não sejam provenientes da terra; (b) quando os meios de subsistência sejam provenientes da terra, porém os terrenos contratados para o projeto sejam uma fração pequena dos ativos afetados e os terrenos residuais sejam economicamente viáveis; ou (c) quando existam mercados ativos para terras, habitações e mão de obra, os indivíduos deslocados usem tais mercados e haja oferta suficiente de terras e habitação, e o Mutuário tenha comprovado, de forma satisfatória para o Banco, que não há disponibilidade de terras suficientes para substituição.</p>

		nas proximidades do terreno afetado, bem como os custos de transferência		
<b>Disposições e procedimentos legais</b>	<b>Legislação nacional</b>	<b>NAS 5</b>	<b>Observações</b>	<b>Recomendações</b>
Infraestrutura	Pode ser enquadrado nos artigos 61 e 62 do Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que prevê o pagamento da indenização em dinheiro ou por transmissão de bens ou direitos.	Direito a compensação em espécie ou em dinheiro, o custo total de reposição, incluindo custos da mão-de-obra e despesas de reabilitação antes do reassentamento.	Acordo de princípio entre a legislação nacional e os requisitos da NAS 5.	Completar com as disposições da NAS 5 parágrafo 26.
Prazo de elegibilidade	Não existem referências específicas na legislação nacional.	O levantamento socioeconómico ou a data do censo permite a identificação dos elegíveis a compensação/reabilitação, a fim de desestimular a chegada de pessoas não elegíveis. A implementação de um procedimento aceitável para determinar a admissibilidade de pessoas deslocadas envolve diferentes atores. Exclui o direito a indenização e apoio para as pessoas que se	Falta de referências na legislação nacional.	Data de finalização do levantamento da população afectada.

		fixaram na região após a decisão de estabelecer o levantamento da população elegível para indenização / reabilitação.		
Elegibilidade para compensação	Ocupantes sem título de propriedade não são elegíveis para compensação.	Quando a aquisição de terrenos ou restrições ao seu uso (seja temporário ou permanente) não pode ser evitado, o mutuário fornecerá aos afetados uma compensação pelo custo de reposição, bem como outras ajudas necessárias para permitir-lhes a melhorar ou pelo menos restaurar seu padrão de vida ou meios de subsistência, sujeito as disposições dos pontos 26 à 36 da NAS 5. Todos os ocupantes e usuários da terra com e sem título de propriedade são elegíveis para a compensação.	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições visando medidas compensatórias para ocupantes sem título na legislação nacional	Indivíduos afetados podem ser classificados como: (e) indivíduos que são titulares de direitos formais sobre terras ou ativos; indivíduos que não têm direitos formais sobre terras ou ativos, mas que reivindicam terras ou ativos e tais reivindicações são ou podem ser reconhecidas de acordo com a legislação nacional; (f) O censo descrito no parágrafo 20 da NAS 5 estabelecerá a qual destas categorias pertencem os indivíduos afetados.e (c) indivíduos que não têm direito legal ou reivindicação reconhecíveis sobre a terra ou ativos que ocupam ou usam.

Disposições e procedimentos legais	Legislação nacional	NAS 5	Observações	Recomendações
Ocupação ilegal	Não existem referências específicas na legislação nacional.	As pessoas cuja ocupação é ilegal receberão assistência para reassentamento em lugar de compensação pelas terras que ocupam, e qualquer outra assistência, conforme necessário, para fins de cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta política, desde que tenham ocupado as terras na área do projeto antes da fixação do prazo limite. Se a realocação física for necessária, os deslocados devem receber assistência, como auxílio para viagens durante o reassentamento.	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições para medidas compensatórias para ocupantes sem título na legislação nacional	As pessoas cuja ocupação é ilegal receberão assistência de reassentamento em substituição à compensação da terra, conforme descrito nos parágrafos 29 e 34 (c) da NAS 5.
Publicação	Não existem referências específicas na legislação nacional.	As populações deslocadas devem ser consultadas de forma construtiva para terem a oportunidade de participar em todo o processo de compensação / reabilitação. Os interesses dos inquilinos, utilizadores e as perdas de rendimentos decorrentes da reabilitação são tidos em	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições visando a publicação na legislação nacional.	Os afectados serão informados sobre os montantes das compensações, seus direitos e deveres e a lista será divulgada, seguindo as normas do NAS 5.

Quadro de Políticas de Reassentamento

		consideração nas disposições do disposto na NAS 5		
Deslocação de PAPs	Não existem referências específicas na legislação nacional.	O NAS 5 prevê o pagamento da indemnização pela deslocalização do PAP. Esta deslocalização só será feita após o pagamento de uma indenização, ou seja, antes do início da obra.	Ao contrário do NAS 5, não existem disposições para a movimentação de PAPs na legislação nacional.	Em caso de reassentamento físico, os custos da deslocalização dos PAP serão assumidos pelo Ministério das Finanças, através da DGPCP, seguindo as normas do NAS 5.
Custos de realocação (reinstalação)	Não existem referências específicas na legislação nacional.	A NAS 5 indica que os custos totais das atividades de reassentamento necessárias para atingir os objetivos do projeto estão incluídos nos custos totais do projeto. Portanto, arranjos financeiros relevantes deverão ser acordados.	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições sobre custos de reassentamento na legislação nacional.	Os custos de reinstalação serão assumidos pelo Ministério das Finanças, através da DGPCP, seguindo as normas do NAS 5.
Reabilitação econômica	Não existem referências específicas na legislação nacional.	Exigido onde os rendimentos são afectados receita é reservada. As ações necessárias dependem do nível de gravidade do impacto negativo.	Ao contrário da NAS 5, não existem disposições visando a reabilitação económica na legislação nacional.	O plano do Mutuário incluirá medidas para permitir que os indivíduos afetados melhorem ou, pelo menos, restaurem os seus rendimentos ou meios de subsistência, prestando atenção especial aos aspetos de género e às necessidades dos segmentos vulneráveis das comunidades, bem como garantirá que isso seja feito de forma transparente, coerente e equitativa, seguindo as Normas do NAS 5

Disposições e procedimentos legais	Legislação nacional	NAS 5	Observações	Recomendações
Grupos vulneráveis	Não existem referências específicas na legislação nacional.	Para que a política de reassentamento seja totalmente respeitada, atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis entre as populações deslocadas, incluindo pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, trabalhadores sem-teto, mulheres e crianças, e todas as outras pessoas deslocadas que não estão sujeitos a proteção especial ao abrigo da legislação nacional.	Os grupos vulneráveis mencionados no Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial não estão realmente protegidos pela legislação nacional. Em caso de indemnização/ reabilitação, esses grupos merecem uma atenção especial.	Na prática, aos grupos vulneráveis é dedicada uma atenção especial, principalmente pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, idosos, deficientes, mulheres chefes de família e crianças; lá onde se mostrar necessário complementar com a NAS 5.
Litígio	Art. 43 do Decreto-Legislativo nº 3/2007, de 19 de julho, prevê a expropriação contestada na falta de acordo sobre o valor total da indenização, prevendo os procedimentos judiciais.	O Banco recomenda procedimentos de reclamações recorrentes que podem ajudar no esforço de evitar processos judiciais ou contenciosos. Prever procedimentos jurídicos em condições aceitáveis e acessíveis a todos, privilegiando mecanismos alternativos como a mediação, a conciliação ou o recurso a determinadas autoridades locais.	O mecanismo de resolução de disputas do Banco Mundial é simplificado e, em alguns casos, pode evitar o recurso a procedimentos judiciais, que são mais caros e demorados.	A legislação nacional sobre resolução de conflitos será complementada com a NAS 5.

<p>Seguimento e avaliação</p>	<p>Não existem referências específicas na legislação nacional.</p>	<p>De caráter participativo com as pessoas afetadas e necessárias à realização do reassentamento. Além disso, um Plano de Engajamento das Partes Interessadas é estabelecido no início do projeto para garantir o engajamento diversificado e eficaz das partes interessadas em todos os níveis e durante todo o ciclo do projeto.</p>	<p>Ao contrário da NAS 5, não há disposições para seguimento e avaliação na legislação nacional.</p>	<p>O plano do Mutuário incorporará acordos para monitorizar a eficácia das medidas de subsistência durante a implementação, bem como uma avaliação quando esta for concluída. A mitigação do reassentamento económico será considerada completa quando a auditoria final concluir que os indivíduos ou comunidades afetadas tenham recebido toda a assistência para a qual são elegíveis, bem como tenham acesso a oportunidades adequadas para restabelecer os seus meios de subsistência, seguindo as normas do NAS 5.</p>
-------------------------------	--	--	--	--

#### 4. RISCOS E IMPACTES ASSOCIADOS AO PROJETO

Para avaliação de riscos e impactos previstos sobre os bens e renda das populações afetadas os riscos foram classificados em dois tipos, nomeadamente em permanentes e temporários. Serão apresentados os riscos do projecto original de uma forma genérica e de uma forma detalhadas os riscos e impactes previstos para o financiamento adicional do projecto.

##### 4.1. Riscos e impactes do projecto original

**Os riscos e impactes permanentes** previstos, principalmente relacionados com a perda de áreas agro-silvo-pastoris para o possível alargamento dos caminhos vicinais (S. Antão), reabilitação da orla marítima do Tarrafal, Centro de acolhimento/tratamento das tartarugas na localidade de São Pedro, o troço de estrada Espargos/Santa Maria (betuminoso) e o Pontão de Santa Maria no Sal. Os impactos na orla marítima (praias, arrastadouros) são provavelmente limitados, mas nesta fase não podem ser totalmente excluídos:

- ✓ Perda de terrenos para o alargamento da estrada Espargos/Santa Maria; atualmente está prevista a utilização das áreas de servidão pertencentes ao Estado/Município.
- ✓ Perda de terrenos para o alargamento dos caminhos vicinais em Santo Antão;
- ✓ Perda de terras para a construção dos acessos e miradouros no percurso Praia/Tarrafal;
- ✓ Perda de terreno para a construção do centro para o acolhimento de visitantes em Salinas e melhoria da sinalização e interpretação (área protegida);
- ✓ Perda de estruturas comerciais e de renda no Pontão de Santa Maria: não identificada nessa etapa; e
- ✓ Perda de alguns terrenos privados na orla costeira do Tarrafal: não identificada nessa etapa.

**Os riscos e impactes temporários** esperados, principalmente ligados à perda de acesso ao mar, as parcelas agro-silvo-pastoris e aos caminhos vicinais:

- ✓ Perda de fontes de renda devido a deslocalização temporária das atividades (Pontão Santa Maria, Mercado de peixe do Mindelo, Tarrafal de Santiago deslocalização do arrastadouro);
- ✓ Perda de espécies florestais e de pasto; essas espécies serão arroteadas somente como medidas de segurança quando estão dentro dos acessos/estradas/caminhos vicinais;
- ✓ Perda de acesso ou restrição de acesso: as atividades de construção/reabilitação das infraestruturas previstas poderão restringir o acesso as atividades económicas (pocilgas, currais, botes) e a

habitação, mas não identificado nesta fase; e

- ✓ Perda de atividades económicas (mercado de peixe no Mindelo e Pontão Santa Maria no Sal).

Tabela 7 - Infraestruturas passíveis de Reassentamento no projeto origina

Localização		Infraestruturas	Reassentamento	
Ilha	Área geográfica		Sim	Não
Santiago	Cidade Velha	➤ Reabilitação da Praça Central Requalificação das ruas de Banana e Carrera		X
		➤ Requalificação do Bairro de São Sebastião	X	
		➤ Reabilitação da via pedonal à partir do Forte de São Filipe	X	
		➤ Conclusão do Museu da Cidade Velha		X
		➤ Melhoria da sinalização/interpretação		X
	Tarfal	➤ Reabilitação da orla marítima (praias)	X	
		➤ Reabilitação do cais de pesca	X	
		➤ Construção de ancoradouros	X	
		➤ Construção de miradouros	X	
	São Vicente	Mindelo	➤ Reabilitação do mercado de peixe	X
➤ Conclusão do Museu do Mar				X
São Pedro		➤ Construção de um Centro para o acolhimento de visitantes e Conservação de tartarugas em São Pedro e melhoria da sinalização e interpretação.	X	
Sal	Espargos	➤ Reabilitação da rodovia Espargos-Santa Maria (15 km)	X	
	Santa Maria	➤ Reabilitação do Pontão de Santa Maria e da zona balnear envolvente da ilha	X	
		➤ Reabilitação da rodovia Espargos-Santa Maria (15 km)	X	

		➤ Construção do centro para o acolhimento de visitantes em Salinas e melhoria da sinalização e interpretação	X	
Santo Antão	Porto Novo	➤ Melhoria/protecção à beira-mar e acessibilidade a locais turísticos emergentes (Tarrafal Monte Trigo)	X	
	R <sup>a</sup> Grande	➤ Reabilitação da Ponte de Canal (Património histórico)	X	
	Paul	➤ Reabilitação e sinalização de 71km de caminhos vicinais (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul)	X	
		➤ Mapeamento e sinalização de 394km de trilhas para caminhadas (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul)		X

#### 4.2. Riscos e Impactes Potenciais do Financiamento Adicional do Projeto

As visitas de campo, permitiram visualizar as áreas propostas para a implementação dos subprojectos em cada Ilha e isso permitiu identificar os diferentes tipos de perdas que poderão resultar da execução do projeto (nomeadamente perdas temporárias de receitas de atividades económicas, perda de terras agro-silvo-pastoris, perda ou alteração de alguns postos de trabalho, etc.).

De uma forma geral constatou-se que o risco de reassentamento económico é significativo nas actividades relacionadas a economia azul, e o cais de praia apresenta-se como subprojecto de maior risco, tendo em conta o número de pessoas que irão ser afetadas e a vulnerabilidade dos mesmos.

O resultado das visitas de campo e consultas é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 8 - Plano das visitas de terreno e riscos identificados

Ilha	Município	Data	Ações realizadas	Risco e potenciais impactes identificados
Santiago	Ribeira Grande	26.10.23	<p>e) Encontro com a equipa Camarária (Vereador do Ambiente, Saneamento e Urbanismo e Diretor do Gabinete Técnico) e o Diretor do Gabinete de Salvaguarda do Património da Cidade Velha</p> <p>f) Visita ao terreno:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com a comunidade da Orla marítima de Calheta de S. Martinho;</li> <li>✓ Ao local proposto para a construção do estaleiro de fabrico e reparação embarcações de pesca semi-industriais;</li> <li>✓ Encontro com as comunidades de Salineiro e Bota Rama</li> <li>✓ A estrada de Bota Rama-Salineiro.</li> </ul>	<p>Relativamente a calheta de São Martinho somente o DPM pertence aos estdado, sendo os demais terrenos de propriedade privada. Não se conhece os limites da zona de intervenção, mas poderá haver necessidade de utilização de terrenos privado, pelo que existe o risco.</p> <p>Na área de intervenção foram identificadas dentro do DPM infraestruturas antigas relacionadas a reparação de pesca e antenas de viação. O local também é ocupado por embarcações dos pescadores locais e existe uma casinha que é utilizada como casa de pescador. Fora do DPM existem tanques da antiga produção de camarão e outras infraestruturas de apoio a reparação naval.</p> <p>Quando a estrada poderá haver necessidade de alargamento em algumas zonas, no entanto considerando que a infraestrutura já existe o alargamento será para zona de servidão rodoviária.</p> <p>Portanto existe o risco de reassentamento pelo que poderá ser necessário a alebaorção de PAR após definição do subprojecto.</p>

Tarrafal	25.10.23	<p>e) Encontro com a Equipa Camarária constituída pelo Diretor do Gabinete do Presidente, Vereadores e técnicos do Gabinete Técnico da CM-Tarrafal;</p> <p>f) Visita de terreno acompanhado de técnicos do Gabinete Técnico da CM-Tarrafal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias em Chão Bom;</li> <li>✓ Visita ao local proposto para a construção da bacia para embarcações artesanais/semi-industriais em Chão Bom.</li> </ul> <p>c) Contactos individuais e em pequenos grupos aos diferentes stakeholders nas comunidades, entrevistas in situ à alguns pescadores, peixeiras e armadores e a associação de pescadores.</p>	<p>As intervenções serão na área actualmente ocupada por pescadores e peixeiras de Chão bom, pelo que durante as obras deverão ser localizadas novas áreas de realocação temporária das pessoas afectadas e o processo deverá ser feito em concertação com os municípios, peixeira, pescadores e outras pessoas que normalmente usam o espaço. No entanto, a baía é relativamente extensa e considerando que ainda não está definido em específico as intervenções e a zona a acupar, o risco é potencial, mas não se consegue precisar nesta fase.</p> <p>Poderá haver reassentamento económico ou neste caso realocação temporário das pessoas.</p> <p>Poderá ser necessário um PAR específico para definir todos os aspectos a ter em conta durante a realização dos trabalhos..</p>
Santa Catarina	25.10.23	<p>e) Encontro com a Equipa Camarária constituída pela Presidente, e todos os Vereadores e técnicos do Gabinete Técnico da CM-Santa Catarina;</p> <p>f) Visita de terreno acompanhado pela Presidente da CMSCS, vereadores e Diretores técnicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias em Ribeira da Barca;</li> <li>✓ Visita ao cais de pesca da Ribeira da barca;</li> <li>✓ Encontro com as comunidades piscatórias de Rincão;</li> </ul>	<p>As intervenções serão na área actualmente ocupada por pescadores de Ribeira Barca, pelo que durante as obras deverão ser localizadas novas áreas de realocação temporária das pessoas afectadas e o processo deverá ser feito em concertação com o município, peixeiras, pescadores, operadores turisticos e outras pessoas que normalmente usam o espaço.</p> <p>Poderá haver reassentamento económico ou neste caso realocação temporário das pessoas e embarcações, tendo em conta que a área ocupada é ligeiramente pequena.</p> <p>Poderá ser necessário um PAR específico para definir todos os</p>

		<p>✓ Visita as infraestruturas de pesca propostos para reabilitação;</p> <p>c) Contactos individuais e em pequenos grupos aos diferentes stakeholders nas comunidades, entrevistas in situ à alguns pescadores, peixeiras e armadores e a associação de pescadores.</p>	<p>aspectos a ter em conta durante a realização dos trabalhos.</p> <p>Na zona de rincão a baía é relativamente extensa e considerando as intervenções propostas, os trabalhos poderão decorer normalmente com um PGAS.</p>
Praia	27.10.23	<p>a) Encontro com responsáveis da Enapor</p> <p>b) Visita ao cais da Pesca</p> <p>c) Encontro com pescadores, armadores e peixeiras</p> <p>d) Encontro com a empresa responsável pela gestão do cais da pesca</p>	<p>As intervenções no porto e cais da praia poderão acarretar risco de reassentamento significativo, tendo em conta a dinâmica económica existente no local. Actualmente ultrapassam os 2000 nº de peixeiras registrado e se forem adicionados o número de armadores e pescadores que utilizam a área, constata-se facilmente que a execução da obra terá que ser detalhadamente planeada e a comunicação será o factor crucial para determinar o sucesso dos subprojectos de reabilitação de cais, terminal de passageiros e mercado de segunda venda e eviatra constrangimentos e situações de conflito.</p> <p>O risco de reassentamento é real, uma vez que não será possível manter todas as funções e negócios realizados no cais durante as obras, considerando que o posto de primeira venda será reabilitado, inclusive o próprio cais.</p> <p>Quanto ao terminar de passageiros, o serviço irá manter-se no terminar existentes, pelo que ocorrerá realocação de pessoas que actualmente ocupam os edifícios que serão demolidos para dar lugar ao</p>

				<p>novo terminar de passageiros.</p> <p>Relativamente ao mercado de segunda venda ainda não está definido a localização exata dos projetos, mas se for nas proximidades do cais haverá reassentamento económico tendo em conta que as áreas na envolvente do cais são utilizadas para actividades diversas como reparação de embarcações, venda de alimentos, estacionamento e outras actividades.</p>
Sant o Antã o	Porto Novo	25.09.23	<p>k) Encontro com a CM-PN representada pelo Presidente acompanhado das Vereadoras do Pelouro do Ambiente e Turismo;</p> <p>l) Encontro com o Responsável do Projeto Raízes;</p> <p>m) Encontro com o Delegado do MAA;</p> <p>n) Encontro com associação dos Guias turísticos, guias e operadores;</p> <p>o) Encontro com o responsável das obras de reabilitação da CMPN.</p>	<p>As intervenções nas trilhas não apresentam risco de reassentamento, as trilhas são actualmente utilizadas pelos turistas e população local e as intervenções são de pequena dimensão e realizadas manualmente. Portanto, desde que as obras sejam correctamente planeadas no Plano de Gestão Ambiental e Social, os trabalhos poderão decorer sem afectar negativamente as partes interessadas e afectadas.</p>
	Ribeira Grande	26.09.23	<p>e) Encontro com a CM-RG, representada pela equipa camarária constituída pelo diretor do Gabinete Técnico e Técnicos do gabinete responsável pelo subprojecto de reabilitação das trilhas;</p> <p>f) Visitas de terreno: contactos individuais com grupos-alvo do subprojecto;</p> <p>✓ Encontro com a comunidade piscatória de Cruzinha;</p> <p>✓ Visita ao arrastadouro da Cruzinha.</p>	<p>Os riscos de reassentamento poderão estar associados aos trabalhos na zona piscatória de cruzinha, tendo em conta os trabalhos previsto e a utilização actual do espaço.</p> <p>A reabilitação das trilhas não acarreta risco de reassentamento.</p>

*Quadro de Políticas de Reassentamento*

	Paul	26.09.23	a) Encontro com a equipa Camarária, representada pelo Presidente e vareador do Turismo, vareador do ambiente e Vereadora social e género b) Encontro com os guias turísticos	A reabilitação das trilhas não acarreta risco de reassentamento físico ou económico.
--	------	----------	---	--

## 5. CARATERIZAÇÃO DAS PARTES AFECTADAS PELOS PROJECTOS

A execução e funcionamento poderá impactar negativamente as pessoas e activos durante a realização dos trabalhos. Foram realizados a caracterização socio-económica das áreas de intervenção para melhor compreender as partes afetadas e definir a melhor abordagem para resolução.

### 5.1. Activos e pessoas afectadas

#### i. Activos susceptíveis de serem afetados

Os ativos que provavelmente serão afetados pelo projeto serão principalmente terrenos agro-silvo-pastoris, as redes de infraestruturas enterradas (redes de água e esgoto) e aéreas (eletricidade, telecomunicações), actividades económicas (comércio informal, comercialização e venda de pescado, agro-silvo-pastoralismo, turismo, desportos nauticos...) e turísticas.

#### ii. Categoria de pessoas susceptíveis de serem afectadas

As pessoas susceptíveis de serem afetadas pelo projecto são:

- ✓ As comunidades da envolvente das obras que poderão sofrer com o ruído e emissão de poeiras durante os trabalhos e que normalmente utilizam a área afetada (ex., Espargos, Palha Verde, Murdeira, Santa Maria, Mindelo, São Pedro, Cidade Velha, Orla marítima do Tarrafal, Preguiça, Carriçal, Cruzinha, Penedo Janela, Paços, Calheta de São Martinho, Ribeira da Barca, Rinção, Bota Rama, Salineiro etc);
- ✓ Utilizadores formais ou informais de terras agrícolas, silvícolas e de pastagem que possam sofrer danos durante a passagem de máquinas;
- ✓ Os pescadores de Pontão, as peixeiras e os tratadores de pescado e artesãos;
- ✓ Os pescadores, as peixeiras e os tratadores de pescado e artesãos da ilha de Santiago em especial de Tarrafal, Calheta de São Martinho, Ribeira da Barca, Rinção;
- ✓ Os pescadores, as peixeiras e os tratadores de pescado da ilha de Santo Antão em Cruzinha, Penedo de janela e Paços Paul;
- ✓ Os pescadores as peixeiras e os tratadores de pescado da ilha de São Nicolau em Preguiça e Carriçal;
- ✓ Os pescadores de São Vicente, as peixeiras e os tratadores de pescado;
- ✓ Os operadores turísticos das ilhas em estudo;
- ✓ Os turistas e banhistas locais;

- ✓ Os condutores principalmente de viaturas privadas (táxis, autocarros...);
- ✓ Operadores turísticos no geral.

## **5.2. Caracterização socioeconómica das áreas de intervenção**

### **5.2.1. Município da Ribeira Grande – Santo Antão**

#### **5.2.1.1. Enquadramento Geral**

O município da Ribeira Grande é um dos 3 municípios que constituem a ilha de Santo Antão, sendo o segundo maior da ilha com 166 km<sup>2</sup> de superfície, representando cerca de 21% do território total da ilha. Segundo dados do instituto nacional de estatística (INE) em 2021 o município tinha cerca de 15.128 mil habitantes.

O concelho é constituído por 4 freguesias nomeadamente, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento, Santo Crucifixo e São Pedro apóstolo. A sede do concelho é cidade da Ponta do Sol, onde se localiza a Câmara Municipal assim como os Serviços Judiciais, Registo e Notariado e a Repartição das Finanças. O concelho alberga ainda a cidade da Ribeira Grande localizado a nordeste no litoral da ilha, que constitui um importante centro económico da ilha, onde se localizam as principais instituições e serviços quer do estado quer do setor privado.

A nível político administrativo o concelho apresenta como principal órgão deliberativo e fiscalizador municipal a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, que é constituída por 34 deputados (17 efetivos e 17 suplentes), com poderes para aprovar os principais instrumentos políticos de planeamento e gestão do município, como o plano de atividades e sua apreciação, contas de gerência etc. A Câmara enquanto organismo central no município é constituído por um Presidente e mais seis vereadores eleitos e sete suplentes, sendo o órgão executivo das principais políticas municipais. (PEMDS,2016)

De realçar ainda que o território do concelho é de carácter montanhoso e muito marcado pelas bacias hidrográficas, sendo que a grande maioria tem origem no planalto central da ilha nomeadamente o planalto leste onde conforme já referido destacam-se pela sua importância, Ribeira da Torre e Ribeira Grande, que incluem as sub-bacias de Ribeira de duque, Figueiral, João Afonso, Chã das Pedras entre outras.

## **5.2.1.2. Contextualização Socioeconómico do Município**

### **5.2.1.2.1. População**

A população do município representa cerca de 3,1% da população total de Cabo Verde e cerca de 40,9 % do total da ilha de Santo Antão. (INE,2023).

Conforme já referido, segundo dados do INE, o concelho em 2021, tinha cerca de 15.128 mil habitantes (sendo destes 53,3 % do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino), número que fica muito aquém por exemplo dos 18.890 em 2010 ou dos 21.594 no ano de 2000 no início do século XXI, o que é ilustrativo da perda populacional que o município tem sofrido ao longo dos anos.

Neste contexto, a perda de população, principalmente da camada jovem é apontado pelas autoridades locais como um dos principais desafios do concelho no seu processo de desenvolvimento socioeconómico, pelo que urge a acelerar o processo de criação de medidas que permitam a retenção de jovens no concelho.

Tendo em conta a estrutura etária do concelho e segundo dados de 2021, esta se encontra distribuído da seguinte forma: A população dos 0-14 representam 23,6% do total, a faixa dos 15-24 cerca de 13,6 %, dos 25-34 representam cerca de 14,3%, dos 35 – 64 anos com 37,6% e cerca de 11% com 65 ou mais anos.

Analisando a estrutura etária da população do concelho tendo em conta os dados de 2021 do INE, cerca de 51,5 % (era de 55,6 % em 2016) tem menos de 35 anos o que nos leva a considerar a população do concelho como uma população reativamente jovem, apesar dos sinais de um certo envelhecimento no concelho que se tem refletido principalmente na diminuição da população escolar. (PMDS,2016).

A população do município representa cerca de 3,1% da população total de Cabo Verde e cerca de 40,9 % do total da ilha de Santo Antão (INE,2023).

### **5.2.1.2.2. Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

Apesar das enormes potencialidades do concelho, este também se depara com grandes desafios na melhoria das condições de vida da sua população como a incapacidade de criação de emprego

qualificados e conseqüente absorção da mão de obra com formação profissional, não conseguiu competir com as outras ilhas (que apresentam mais oportunidades de emprego) na dimensão da atratividade do Mercado de trabalho.

Baseado sobretudo em atividades como a agricultura, a pecuária, a transformação agroalimentar e mais recentemente no turismo, a economia do concelho depara-se com dificuldades em fixar as populações e os agregados familiares que apesar de terem verificado um crescimento relativamente estável, passando de 4.242 em 1990 para 5.092 em 2016 este número voltou a diminuir fixando-se em 2021 nos 4.997, segundo dados do INE através do recenseamento da população geral e habitação 2021.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados e da população em geral no concelho, destacar que 92,0 % usa eletricidade para iluminação (apenas 6,3% usa vela para o mesmo fim), 87,3% utiliza a rede pública como principal forma de abastecimento de água, 82,4% tem acesso a casa de banho, 67,1 % já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 27,0% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias.

No setor da saúde a nível das infraestruturas, encontra-se sediado no Município o Hospital Regional que serve as necessidades de toda a ilha assim como 1 delegacia de saúde, 5 postos sanitários e 7 unidades sanitárias de base.

É neste concelho que encontram localizados o maior número de recursos concentrados no Hospital Regional de Santo Antão, nas várias vertentes de internamento de medicina, cirurgia, pediatria, maternidade e saúde mental. A nível do setor privado a oferta é relativamente reduzida, sendo assegurada por unidades de pequena dimensão, normalmente sociedades unipessoais, nomeadamente 2 Consultórios Médicos, 2 Clínicas Dentárias, 1 Laboratório Clínico e uma Farmácia.

Ao nível da habitação que constitui um dos principais pilares de bem-estar, no concelho da Ribeira Grande, segundo dados do INE através do IMC 2016, 95% dos agregados familiares viviam em moradia independente e 5% em apartamentos, com a tipologia mais comum no revestimento do pavimento sendo o cimento (70,9%) e mosaico (25,9%) o que é demonstrativo de uma clara evolução pois as coberturas que antes eram de palha passaram a ser em grande medida de betão armado e telhado.

Mas devido ao fenómeno frequente do êxodo rural no concelho o grande desafio que se coloca é a melhoria das condições de habitação no meio rural, onde vive grande parte da população, de modo a

diminuir esse fluxo.

Segundo dados do mesmo recenseamento INE (2023) 58,2 % da população ainda vive no meio rural contra 41,8% no meio urbano o que é demonstrativo ainda da “ruralidade” do concelho em particular e da ilha em geral. Contudo realçar o facto de segundo o censo de 2010 do INE a percentagem da população em meio rural se situar nos 75% o que é ilustrativo da gradual inversão dessa tendência.

#### **5.2.1.3. Outros Indicadores**

- **Educação**

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados o INE através do recenseamento geral da população e habitação 2021, a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 82,2% (87,7% sexo masculino e 76,3% feminino), sendo que a mesma taxa para os jovens dos 15-24 anos se situava nos 98,5 %. Quanto ao nível de instrução da população cerca de 51,3 % com ensino básico, 25,1% com ensino secundário, 10,3% com ensino médio/superior e ainda 8,6% sem nível.

- **Pobreza**

Não sendo exceção a nível nacional, a aplicação e implementação de várias medidas de combate a pobreza no concelho tem sido materializado em grande medida através do Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Segundo dados do INE através do IDFR 2015 o concelho apresentava uma taxa de pobreza na ordem dos 36,4% maior do que a nível nacional (24,2%). Não obstante várias medidas adotadas e projetos implementados visando a diminuição da pobreza, pode-se dizer que o ritmo tem sido relativamente lento pois segundo a mesma fonte em 2007 a taxa de pobreza do concelho era de 44,4%.

A destacar ainda o facto de a incidência de pobreza ser superior na camada feminina, principalmente nas camadas mais pobres do contexto social.

- **Emprego**

A taxa de ocupação da população com 15 ou mais anos é de 59,9% (sendo desses 70,5% do sexo masculino e 46,4% do sexo feminino), com uma taxa desemprego a volta dos 4,2 % (6,2% sexo feminino e 3 % para o sexo masculino). INE (2023)

Conforme já referido o setor primário continua prevalente no contexto económico do concelho com atividades como a agricultura, Pecuária, a Pesca que aliado ao setor da construção civil, os serviços de restauração e bar, assim como a administração pública (serviços desconcentrados do estado), administração local e mais recentemente o setor do turismo, acabam por ser as principais fontes de emprego no concelho.

Contudo com um setor empresarial incipiente e com muito pouco peso na geração de emprego, com o setor primário assim como o turismo marcado por uma grande sazonalidade aumentam as dificuldades de empregabilidade da população ativa no concelho.

- ***Perspetiva de Género no Município***

A problemática de género tem tido um grande ganho preponderância no panorama social, económico e político do país atingindo assim todos os setores assim como todos os territórios do arquipélago.

As mulheres continuam sendo afetadas em vários domínios e dimensões da nossa vida em sociedade, como a participação política, no mercado de trabalho, na vida familiar e social etc.

No município assim como grande parte do território nacional as mulheres continuam a assumir em grande medida o destino das famílias sendo responsáveis por todos os membros da família, sendo que nessa condição encontra-se cerca de 39 % dos agregados familiares do Município. (PEMDS, 2018)

No ponto de vista da dimensão produtiva a taxa de desemprego é maior nas mulheres do município sendo 7,3 % enquanto de apenas 3,1% para os homens o que vai de encontro à realidade do país como um todo. A nível da taxa de atividade no concelho esta cifra-se nos 57,0% para os homens e 36,5 % para as mulheres. Relativamente a taxa de alfabetismo esta tem diminuído em ambos os sexos modo geral, apesar de continuar a haver um ligeiro desequilíbrio para as mulheres como se verifica no concelho onde segundo dados de 2016 do INE, esta fixou-se nos 82,3 % para os homens 68,9% para as mulheres. Quanto ao acesso ao mercado de trabalho (taxa de ocupação) também se regista uma tendência ainda desfavorável à camada feminina, que atingiu 33,9 % contra os 55,2 % dos indivíduos do sexo masculino. Relativamente à dimensão autonomia nas decisões nomeadamente participação política, participação nos cargos e gestão das empresas, acompanhando a tendência a nível nacional, apesar de ganhos interessantes, no concelho dos 7 vereadores eleitos constam apenas 2 vereadoras (representa cerca 28,6%) sendo que nenhuma delas é profissionalizada. Para o órgão municipal, dos 17 deputados eleitos apenas 4 são do sexo feminino o que é revelador da realidade ainda presente.

## **5.2.2. Município do Paul**

### **5.2.2.1. Enquadramento Geral**

O concelho/Município do Paul, tem características muito próximas do concelho da ribeira grande que foi descrito anteriormente, sendo também eminentemente rural. O concelho tem 54,3 Km<sup>2</sup> de território e apenas uma única freguesia designada de Santo António das Pombas.

O concelho situa-se no extremo nordeste da ilha de Santo Antão e corresponde às bacias hidrográficas das Ribeiras de Páus, Ribeira de janela e Penedo. A sede do concelho é a Cidade das Pombas, que se situa na foz da Ribeira de Paúl, com uma população de cerca de 1.367 habitantes.

A nível político administrativo o principal órgão é a Câmara Municipal do Paul que é o órgão executivo colegial do Município, que apresenta várias divisões e serviços municipais que estão ao serviço da população, onde se destacam o Serviço Autónomo de Água e Saneamento, Gabinete técnico, Gabinete de Género e Gabinete do emigrante assim como delegações municipais.

O órgão é composto por 1 presidente e por 4 (quatro) vereadores, dos quais 3 (três) são profissionalizados a tempo inteiro e 1 (um) a meio tempo. Os presidentes eleitos nas eleições autárquicas junto com os vereadores formam o executivo municipal que é a equipa governativa do município como um todo. Os órgãos que representam o município são a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da respetiva Câmara que é eleito para um período de quatro anos nas eleições autárquicas.

### **5.2.2.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

#### **5.2.2.2.1. População**

A população do município representa cerca de 3,1% da população total de Cabo Verde e cerca de 40,9 % do total da ilha de Santo Antão. (INE,2023).

Conforme já referido segundo dados do INE o concelho em 2021 tinha cerca de 15.128 mil habitantes (sendo destes 53,3 % do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino), número que fica muito aquém por exemplo dos 18.890 em 2010 ou dos 21.594 no ano de 2000 no início do século XXI, o que é ilustrativo da perda populacional que o município tem sofrido ao longo dos anos.

Neste contexto, a perda de população, principalmente da camada jovem é apontado pelas autoridades locais como um dos principais desafios do concelho no seu processo de desenvolvimento socioeconómico, pelo que urge a acelerar o processo de criação de medidas que permitam a retenção de jovens no concelho.

Tendo em conta a estrutura etária do concelho e segundo dados de 2021, esta se encontra distribuído da seguinte forma: A população dos 0-14 representam 23,6% do total, a faixa dos 15-24 cerca de 13,6 %, dos 25-34 representam cerca de 14,3%, dos 35 – 64 anos com 37,6% e cerca de 11% com 65 ou mais anos.

Analisando a estrutura etária da população do concelho tendo em conta os dados de 2021 do INE, cerca de 51,5 % (era de 55,6 % em 2016) tem menos de 35 anos o que nos leva a considerar a população do concelho como uma população reativamente jovem, apesar dos sinais de um certo envelhecimento no concelho que se tem refletido principalmente na diminuição da população escolar. (PMDS,2016)

#### **5.2.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

O município do Paul apresenta características muito similares em grande medida ao concelho da Ribeira Grande já referido no ponto anterior, um município eminentemente rural, cuja economia esta muito ligada a agricultura com atividades como a produção de aguardente e a transformação de produtos a destacaram-se. Também a atividade turística, que tem sido potenciada tanto pela beleza natural do Município, como pelos seus atrativos como os caminhos vicinais, as montanhas, os miradouros, a gastronomia, e seus vales verdejantes.

Neste contexto o município tem perdido população ao longo dos anos (principalmente nos últimos anos) pois a emigração da população jovem e qualificada para as outras ilhas à procura de emprego, rendimento e melhores condições de vida tem marcado o concelho. Isto tem acontecido pois as alternativas no setor privado são reduzidas, o que faz com que por exemplo muitas jovens raparigas procuram nos mercados turísticos das ilhas da Boavista e Sal uma oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados e da população em geral no concelho, destacar que 91,4 % usa eletricidade para iluminação,

81,0% tem acesso a água canalizada da rede pública sendo que desses ainda 9,2% utiliza outras fontes como poço, levada nascente e outros, com 4,9% a terem como principal fonte a casa dos vizinhos. Realçar ainda que 75,1% dos alojamentos familiares tem acesso a casa de banho, 67,1 % já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 28,3% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias, segundo dados do INE através dos resultados definitivos do RGPH de 2021.

Na saúde ainda persistem mudanças a nível de mentalidades e comportamentos quer ao nível de melhoria das infraestruturas. Persistem ainda determinados comportamentos ao nível da procura dos cuidados de saúde, assim como a nível de melhoria dos hábitos alimentares, pois ainda um número grande de famílias ainda vive problemas de desnutrição e anemia que é acentuada entre as mulheres, isso devido a práticas culturais.

No Município do Paul para dar resposta às necessidades das populações a nível da saúde existem o Centro de Saúde da Cidade das Pombas, Posto Sanitário de Pontinha de Janela, Posto Sanitário de Chã de João Vaz e ainda 4 Unidades Sanitárias de base.

Relativamente aos recursos humanos o Município conta com 30 funcionários, nomeadamente 2 médicos, 8 Enfermeiros, 1 Psicólogo, 7 Agentes Sanitários e 1 Administrador. Ao nível dos serviços prestados o Município dispõe de consultas de Clínica Geral, consultas de Psicologia, Pré-Natal, Pós – Parto, Vacinação, Curativos e Injeções.

Ao nível da habitação que constitui um dos principais pilares de bem-estar, no concelho do Paul, ainda existem muitas famílias que vivem em condições habitacionais precárias, com destaque para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres. As estimativas apontam para um grande défice habitacional com cerca de 2,1 pessoas a ocuparem em média um quarto, valor este considerado elevado e que é agravada pela alta taxa de incidência da coabitação que é de 23,87% no município. (PEMDS,2018)

Conforme já referido sendo a população maioritariamente rural, onde a tipologia de alojamentos predominante são Moradias independentes onde apenas 5% da população vive em apartamentos. Ainda ao nível do acesso da população aos meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que são fundamentais no mundo digitalizado e globalizado de hoje, cerca de 75,6% tem acesso a televisão, 63,4% já tem acesso a internet, 17,8% tem acesso a um computador, 9,6 % tem acesso a um tablet e 59,1 % com acesso a rádio.

### 5.2.2.3 Outros Indicadores

- **Educação**

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados o INE através do IMC de 2019, a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 77,1,% (84,8% sexo masculino e 66,1 % feminino), sendo que a mesma taxa para os jovens dos 15-24 anos se situava-se nos 98,4 % . Quanto ao nível de instrução da população cerca de 51,5 % com ensino básico, 35,6% com ensino secundário, 4,7% com ensino médio/superior e ainda 10,7% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), com o número médio de anos de estudos a fixar-se nos 6,6 anos.

- **Pobreza**

O concelho continua a ser caracterizado por uma incidência alta do nível de pobreza, sendo considerado um dos municípios mais pobres do País, pois segundo dados da sociedade de desenvolvimento de Santo Antão cerca de 51% da população do município vive na pobreza e cerca de 32% na situação de pobreza extrema. (PEMDS, 2018)

Em termos absolutos temos 2855 pessoas pobres que representam 547 agregados familiares, e considerados muito pobres 1800 pessoas que representam 300 agregados familiares no município. De realçar ainda que 45,2 % dos pobres são mulheres, 50% tem menos de 25 anos e 8 % destes são migrantes internos. No município um aspeto a realçar relativamente à taxa de pobreza é o facto de a pobreza ter maior incidência nos homens com uma taxa de 54,6%, enquanto que nas mulheres esta se situa nos 45,4%.

- **Emprego**

No município conforme já referido devido a um setor privado pouco pujante há alguma dificuldade em criar oportunidades e emprego, que vão de encontro às necessidades da população município.

Neste contexto a taxa desemprego situa-se nos 10,9 % com uma incidência maior nos mais jovens, dos 15 aos 24 anos e nas mulheres que apresentam uma taxa de 14, 6 % enquanto nos homens esta se situa nos 9,2%.

Segundo dados do INE, IMC de 2020 a taxa de ocupação da população com 15 ou mais anos é de

41,8%, a taxa de atividade de 46,3 %, sendo que o desemprego jovem atingi valores à volta dos 31,0% valor muito elevado e que demonstra as dificuldades que a juventude do município enfrenta no contexto do mercado de trabalho, tudo isto com enormes consequências sociais.

### **5.2.3 Município do Porto Novo**

#### **5.2.3.1 Enquadramento Geral**

O concelho/Município do Porto Novo, é um dos três municípios da ilha de Santo Antão, ocupando cerca de dois terços (2/3) da superfície total da ilha, sendo o terceiro município a nível nacional. O concelho do Porto Novo é composto por duas freguesias, São João Baptista a sul e Santo André mais a norte albergando ambas várias povoações.

A freguesia de São João baptista é a mais extensa com uma área de aproximadamente 439 quilómetros quadrados (km<sup>2</sup>) e inclui um pólo Urbano do Porto Novo, enquanto a freguesia de Santo André apresenta uma área de 118 quilómetros quadrados (km<sup>2</sup>).

Apesar da sua dimensão o município do Porto Novo tem uma menor densidade populacional do que os outros dois municípios da ilha (32 habitantes/km<sup>2</sup>), apesar de ocupar 72% do território da ilha, levando a que várias localidades se encontrem em situação de isolamento o que leva a que estas estejam em situações de extrema vulnerabilidade. O maior polo Urbano da ilha é a cidade d Porto Novo e sua que é a capital do concelho e porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias da ilha de Santo Antão, albergando o único porto comercial da ilha o que lhe confere vital importância no contexto socioeconómico da ilha.

A nível político administrativo os três órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o presidente da Câmara, sendo a Assembleia o órgão deliberativo com poderes de legislar e fiscalizar, enquanto que a Câmara Municipal é o órgão colegial constituído por um presidente e por vereadores que são os executivos da política municipal e por fim pelo presidente da Câmara que também é um órgão executivo, mas em termos individuais e que representa o município. O Presidente além de representante exerce as funções de coordenação e controlo sendo coadjuvado por vereadores em áreas específicas de intervenção.

Portanto toda a coordenação política administrativa do município é feito pelo presidente, que assume pelouros relevantes no processo de desenvolvimento do município como, as finanças, o urbanismo,

relações institucionais e desporto, sendo coadjuvado por 6 vereadores em áreas como a Saúde, Planamento Estratégico, Promoção Empresarial, Desenvolvimento Comunitário, Administração Geral, Obras Municipais, Habitação, Ambiente, Saneamento, Abastecimento de Água, Energia, Telecomunicações e Proteção civil, Juventude, Educação e Cultura, Família e Associativismo etc.

### **5.2.3.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

#### **5.2.3.2.1. População**

A população do município representa apenas cerca de 3,3% da população total de Cabo Verde e cerca de 43,4 % do total da ilha de Santo Antão. Segundos dados do INE o município em 2021 tinha cerca 16.052 habitantes em contraste com os 18.028 em 2010, o que demonstra quebra populacional ao longo dos anos no município acompanhando a tendência registada nos restantes concelhos da ilha.

A perda populacional também esta presente no concelho do Porto Novo com a perda mais expressiva das últimas décadas a ocorrer entre 2010 e 2016, que foi um periodo caracterizado por uma forte seca no município e coincidiu com o aumento das oportunidades de emprego no setor do turismo nas ilhas da Boa Vista e Sal, com grande parte da população ativa a deslocar-se para estas ilhas à procura de melhores condições de vida. Uma característica importante da população do concelho é a sua juventude com uma idade média de 31 anos, abaixo dos concelhos de Ribeira Grande e Paul, com 34 e 33 anos respetivamente segundo o inquérito multi-objetivo contínuo de 2016.

Analisando a estrutura etária da população do concelho tendo em conta os dados do INE constantes dos resultados definitivos do Recenseamento geral da população e habitação de 2021, cerca de 56,6 % tem menos de 35 anos, onde 25,9 % têm idades compreendidas entre os 0-14, 15,1% entre os 15-24 anos, 15,6% entre os 25-34 anos, 35,2% entre os 35-64, 8,2% com mais de 65 anos o que vai de encontro ao que já foi referido anteriormente comparativamente aos outros dois concelhos da ilha.

#### **5.2.3.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

O município do Porto Novo além de maior e mais disperso, apresenta-se como um concelho eminentemente urbano com 70 % da população no meio urbano e apenas 30% no meio rural, ao contrário do que acontece com os outros dois concelhos.

Este fenómeno crescente da população urbana na Cidade do Porto Novo é explicado pelas condições urbanas favoráveis, nomeadamente ao nível da expansão, da sua proximidade com a ilha de São Vicente e no acesso aos serviços básicos.

O concelho é composto por cerca de 4.577 agregados familiares, dos quais 64,2% são chefiados pelos homens enquanto que 36,8% por mulheres, sendo 3,7% o número médio de pessoas por agregado. Relativamente a tipologia do agregado familiar do município cerca de 7,1% são casais isolados, 21,5% conjugais nucleares, 17,8% conjugais compósitos, 15,1% unipessoal, 14,1% monoparentais nucleares e 23,8% monoparentais compósitos.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados e da população em geral no concelho, destacar que 90,7 % usa eletricidade para iluminação, 78,1% tem acesso a água canalizada da rede pública sendo que desses ainda 10,3% utiliza ainda o chafariz. Realçar ainda que 75,4% dos alojamentos familiares tem acesso a casa de banho, 73,5% já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 22% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias, segundo dados do INE através dos resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2021.

Ao nível da habitação que constitui um dos principais pilares de bem-estar, no concelho do Porto Novo cerca de 83,8% dos agregados familiares vivem em casa individual por conta e risco e 15,6% vivem em apartamentos no contexto dos alojamentos clássicos, enquanto nos alojamentos não clássicos são apenas 0,5% dos agregados.

Relativamente ao setor da saúde no Município, em termos de infraestruturas existem um Centro de Saúde com capacidade para 28 camas que serve uma população de aproximadamente 17.308 habitantes. Além desta infraestrutura considerada a principal, o município dispõem ainda de 4 postos sanitários, localizados nas localidades de Ribeira das Patas, Alto Mira, Ribeira da Cruz e Tarrafal Monte Trigo que serve uma população de cerca de 4.315 habitantes.

Ainda relacionado com a dimensão das infraestruturas realçar que existem no concelho 11 unidades sanitárias de bases localizadas em algumas comunidades que servem cerca de 1.600 habitantes nos cuidados primários de saúde.

O município dispõem a nível de recursos físicos e de transporte de doentes, o centro de saúde do Porto

Novo tem disponível 1 equipamento de Raio X, 1 ecógrafo e uma ambulância. Em termos de Recursos Humanos qualificados o município tem disponível 4 médicos de clínica geral, 11 enfermeiros, 2 técnicos de farmácia, 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista, 1 psicólogo, 1 assistente social e 1 técnico de laboratório. Ainda ao nível do acesso da população aos meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que são fundamentais no mundo digitalizado e globalizado de hoje, cerca de 73,6% tem acesso a televisão, 58,9% já tem acesso a internet no alojamento, 17,3% tem acesso a um computador, 23,5% tem acesso a tv por assinatura e 12,4 % tem acesso ao telefone fixo, segundo os dados da RGPH de 2021.

### 5.2.3.3. Outros Indicadores

- **Educação**

No Município a educação é da responsabilidade do Ministério da Educação, através da Delegação instalada no concelho, embora a Câmara Municipal tenha um papel importante nesta dimensão assumindo por exemplo responsabilidades a nível dos transportes escolares, assim como no ensino pré-escolar tendo sobre sua responsabilidade 18 jardins e 10 centros de recursos localizados em várias localidades do Município.

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados o INE através da RGHP, a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 81,6,% (86,5% sexo masculino e 75,9 % feminino).. Quanto ao nível de instrução da população cerca de 56,4 % com ensino básico, 20,5% com ensino secundário, 7% com ensino médio/superior e ainda 13% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), com o número médio de anos de estudos a fixar-se nos 7,2 anos.

- **Pobreza**

Na linha do que acontece na ilha modo geral, no Município do Porto Novo apesar da pobreza ser ligeiramente inferior à média da ilha, esta continua alta assumindo uma natureza estrutural, com cerca de 51,1% da população considerada como pobre, vivendo com menos de 43.250\$00 (quarenta e três mil e duzentos e cinquenta escudos) por ano. (PEMDS, 2018)

As condições económicas relativamente fracas do Município alimentam os fenómenos migratórios para

outras ilhas assim como o êxodo rural para a cidade do Porto Novo. A existência de localidades do concelho ainda totalmente encravadas contribui para o agravamento da pobreza, visto que, as populações têm mais dificuldades e menos oportunidades de acesso aos bens e serviços básicos.

- **Emprego**

A questão do emprego constitui um dos principais desafios do município do Porto Novo principalmente quando analisado juntamente com o fenómeno do subemprego, no qual o município apresenta uma taxa de 37,6% valor muito superior à média nacional, que é de 26,3%.

No município o mercado de trabalho está interligado com as dinâmicas da economia local e dos serviços públicos do município com as principais atividades económicas a estarem concentrados no setor primário nomeadamente agricultura e pecuária, assim como no setor terciário com destaque para a atividade comercial e o turismo.

Contudo apesar do setor primário ocupar um lugar de destaque na economia local, este emprega apenas 17,3% da população enquanto o setor terciário emprega 47,8% da população do município. Também é importante realçar o peso que o setor público tem na empregabilidade da população do município.

O concelho apresenta uma taxa de ocupação de 50,4%, com uma taxa de atividade de 56,2%, sendo esta ligeiramente superior no meio urbano 57,4% contra 54,6% no meio rural. Contudo quando comparada com a media nacional esta se situa 7,5 pontos percentuais abaixo da média nacional (63,7%).

Neste contexto a taxa desemprego situa-se nos 9,6 % com uma incidência maior nos mais jovens, dos 15 aos 24 anos com uma taxa de 25%, nas mulheres que apresentam uma taxa de 13,1 % enquanto nos homens esta se situa nos 7,5%.

#### *Localidade de Tarrafal de Monte Trigo*

Tarrafal de Monte Trigo é uma das regiões mais remotas da ilha de Santo Antão sendo a baía desta localidade considerada uma das sete maravilhas naturais da ilha<sup>1</sup>. Tarrafal fica localizado a sudoeste da ilha de Santo Antão onde se localiza um dos principais bancos de pesca do país.

A localidade de Monte trigo que fica situada na costa e a norte de Santo Antão, no sopé do vulcão topo de coroa, so é acessível a pé desde Tarrafal Monte Trigo<sup>2</sup>, cerca de 2h e 30 minutos de viagem ou através de bote numa viagem de cerca de 45 minutos. Destacar ainda que em 2012 esta localidade tornou-se na primeira localidade do país a ter acesso à eletricidade 100% renovável a partir de uma central eléctrica com tecnologia fotovoltaica.

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2021 (RGPH,2021), Tarrafal de Monte trigo tem um total de 679 habitantes, sendo 378 do sexo masculino e 301 do sexo feminino, representados por um total de 224 agregados familiares. Quanto a estrutura etária da população esta está distribuída da seguinte forma: população dos 0-14 um total de 132 (60 do sexo masculino e 72 do sexo feminino), dos 15-64 com um total de 485 indivíduos (289 do sexo masculino e 196 do sexo feminino) e 62 indivíduos com 65 ou mais anos (29 do sexo masculino e 33 do sexo feminino).

O turismo (turismo balnear, náutico, trekking) e a pesca representam as principais atividades económicas da localidade, sendo que o turismo tem crescido muito na localidade que tem ganhado mais visibilidade e acessibilidade com a inauguração da estrada de acesso desde de 2021 e o aparecimento de novos operadores na localidade.

Localizado na foz de uma ribeira nas imediações do Campo Redondo planalto Norte<sup>3</sup>, esta localidade é rica em recursos hídricos, o que lhe permite realizar outras atividades como a plantação de inhame branco, produto que pela forma particular de produção usada é de muito boa qualidade. Atividades como a agropecuária são realizadas destacando-se a produção do queijo tradicional.

Segundo dados do Recenseamento geral das Pescas 2021, (RPG,2021) Monte trigo tem 4 embarcações semi-industrial (barcos) todos ativos, enquanto que Tarrafal de Monte Trigo apenas 2, estando 1 ativo e outro inativo. A nível da embarcação artesanal Monte Trigo conta com 14 botes (8 em situação de atividade e 6 inativos), enquanto que Tarrafal Monte Trigo tem 33 embarcações (15 ativos e 18 inativos). Segundo o meio de propulsão dessas embarcações em Monte Trigo 7 são movidos a motor, 1 a vela e 9 a remo, enquanto que em Tarrafal Monte Trigo 13 dessas embarcações são movidas a motor.

Segundo a mesma fonte e a nível de operadores artesanais Monte Trigo conta com 18 no total (15 pescador e 3 pescador armador) enquanto que nível industrial conta com um total de 53 operadores. Relativamente a Tarrafal Monte Trigo esta conta com 38 operadores industriais e o mesmo número a nível de operadores artesanais (2 pescador armador 36 pescador).

## **5.2.4. Município da Santa Catarina – Santiago**

### **5.2.4.1. Enquadramento Geral**

Localizada na ilha de Santiago, o Município de Santa Catarina encontra-se na parte central da ilha de Santiago, foi criado em 1834 durante o período colonial português, com uma superfície de 243 km<sup>2</sup>, Santa Catarina é o maior Concelho da ilha de Santiago com 991 Km<sup>2</sup>, representando assim 24% da superfície da ilha e 5% do território de Cabo Verde.

O concelho segundo o INE, IMC 2018 ocupa o segundo lugar em termos populacionais na ilha de Santiago com cerca de 46.335 mil habitantes, sendo a população relativamente jovem pois do total da população cerca de 32.527 mil ou seja cerca de 70% tem menos de 35 anos.

Santa Catarina faz fronteira com cinco municípios da ilha de Santiago, a Norte com o Concelho do Tarrafal, a Nordeste com o de S. Miguel, a Este com o de Santa Cruz e São Salvador do Mundo e a Sul com o Concelho da Ribeira Grande. Assomada constitui o maior centro urbano e foi elevado a categoria de cidade em 13 de maio de 2001 estando localizado a cerca de 44 km da capital e Cidade da Praia. Ela é constituída por apenas uma freguesia e um total de 52 localidades e tem ainda seis agências administrativas que são: Rincão, Ribeira da Barca, Chão de Tanque, Achada Além, Cruz Grande e Figueira das Naus.

A nível político administrativo os dois principais órgãos são a Câmara Municipal que é o órgão executivo e composto por 9 vereadores (incluindo o presidente eleito de quatro em quatro anos) e a Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo Municipal, constituído por vinte e um (21) deputados incluindo o Presidente da Assembleia, também eleitos de quatro em quatro anos.

Por fim realçar que além destas estruturas de Governo local, o concelho conta com várias estruturas desconcentradas do estado nomeadamente o INPS, Registos Notarial e Civil, Casa do Cidadão, Repartição de Finanças, Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente, Corporação de Bombeiro, Delegação das Alfândegas etc.

### **5.2.4.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

#### **5.2.4.2.1. População**

Ao contrário da tendência de vários Municípios do país Santa Catarina tem verificado ao longo dos tempos um relativo crescimento da população. Segundo dados do INE, IMC 2018, em 1990 a população do Concelho era de 32.283, passando para 43.297 em 2010 até atingir os 46.335 em 2018 o que ilustra o crescimento linear da população.

Segundo dados do INE os 45.516 habitantes do Município representavam 15,3% do total da ilha Santiago e 8,6% do total da população de Cabo Verde. Destes 47,9% do sexo masculino e 52,1% do sexo feminino apresentando uma média de idades à volta dos 28 anos.

Relativamente à estrutura etária da população do Município esta se encontra estruturada da seguinte forma: A população dos 0-14 a representarem 26,5% , entre os 15-24 anos cerca de 23,6%, dos 25-34 a representamrem cerca de 20,1%, a faixa dos 35 -64 cerca de 23,5%; e cerca de 6,2% da população a estarem na faixa dos 65 ou mais anos.

De realçar ainda que de acordo com os dados do INE entre o periodo 2011 (69.9 para os homens e 79.2 para as mulheres) a 2017 (72.2 para os homens e 80.2 para as mulheres) a esperança média de vida da população ter vindo a aumentar (para ambos os sexos) o que pode estar associado às melhorias das condições de vida no Concelho de um modo geral.

#### **5.2.4.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

Segundo dados do INE de 2016 o Concelho albergava 11.521 agregados familiares sendo que 44,8% representados por homens e 55,2 % por mulheres, com uma dimensão média de 3,8 pessoas.

Ainda segundo a mesma fonte 15,6% das famílias eram consideradas do tipo unipessoal, casais isolados 4,0%, conjugais nucleares 21,0%, conjugais compósitos 13,6%, monoparentais nucleares 17,1%, monoparentais compósitos 28,0%.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados familiares, destacar que 85,4% tem acesso a eletricidade para iluminação, 66,1% tem acesso a água canalizada da rede pública. Realçar ainda que 72,0% dos alojamentos familiares tem acesso a casa de banho, 45,5% já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 51,2 % da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias, o que constitui um número bastante considerável.

Ainda ao nível do acesso da população aos meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que são fundamentais no mundo digitalizado e globalizado de hoje, cerca de 68,6% tem acesso a televisão, 25,2% tem acesso a um computador, 12,3% tem acesso a tv por assinatura e 18,1% tem acesso ao telefone fixo, segundo os dados do INE de 2016.

### 5.2.4.3 Outros Indicadores

#### Habitação, Água e Saneamento

É importante realçar que no que toca a recursos hídricos<sup>3</sup> o concelho de Santa Catarina de Santiago é um dos que apresenta maior potencial, principalmente na vertente subterrânea. Apresenta-se como um dos concelhos com nível de pluviometria mais alto na ilha de Santiago, com o planalto de assomada a constituir uma área de máxima infiltração e muito privilegiada para a recarga de aquíferos, isso devido a constituição geológica do seu terreno.

Segundo dados do INE, IMC 2018, no Concelho as formas de distribuição e abastecimento da água são realizadas a 57,5% da população através da rede pública de água, 6,9% através de chafarizes, 5,8% através das casas dos vizinhos, 7% através de autotanques e 22,7% através de outras fontes.

Ao nível da habitação que constitui um dos principais pilares de medição de bem-estar da população, destacar o facto de no concelho devido à enorme procura de habitação que se verifica, os preços de construção oferecidos no mercado em geral apresentam valores relativamente altos para a capacidade financeira de grande parte das famílias.

O preço aliado às desigualdades de rendimento tem levado a que o mercado apresente dois tipos de habitação (situações extremas), por um lado um conjunto de habitações de um standard mais elevado com técnicas e materiais importados, que ocupam zonas mais bem equipadas a nível de infraestruturas e por outro lado um conjunto de habitações construídas através de processos que muitas vezes são ilegais, com poucas ou nenhuma condições de habitabilidade.

No concelho seguindo a tendência a nível nacional destaca-se o facto de a população praticamente toda

---

<sup>3</sup> Segundo dados da ADS o Concelho possui um total de 27 furos de água em funcionamento com uma capacidade de produção de 1516 m<sup>3</sup>/d.

habitar em apartamentos do tipo clássico. Neste caso em termos médios os agregados familiares utilizam 3,4 divisões, sendo 2,2 para dormir, resultando numa densidade média de 2,3 pessoas por divisão de dormir, segundo dados do INE, IMC 2018.

No tocante à dimensão do saneamento segundo dados do INE, IMC 2018 no Município de Santa Catarina 75,8% dos agregados familiares vivem no alojamento com instalações sanitárias com sanita, dos quais 29,7% com autoclismo (45,9% sem autoclismo), 0,2% dos agregados ainda usa latrina, 24,2% não tem instalações sanitárias, 6,9% das famílias partilham instalações sanitárias e 41,4% usa banheira ou poliban com chuveiro para tomar banho.

Segundo a mesma fonte é necessário realçar que tem havido uma evolução bastante positiva na situação do acesso dos agregados familiares a instalações sanitárias, pois os dados mostram que em 1990 apenas 13% da população tinham instalações sanitárias que passou para cerca de 76% nos dias de hoje.

No setor do saneamento há a dizer ainda que em Santa Catarina apenas 2,2% das famílias têm ligação a rede pública de esgotos e 24,2% da população deste Concelho não possuem nenhum sistema de evacuação das águas residuais. Destacar ainda o facto que a forma mais usada para evacuação de resíduos sólidos pelos agregados familiares são via contentores, com a recolha através do carro de lixo a constituir 3% o que indica que grande parte dos resíduos sólidos são queimados, enterrados ou lançados na natureza.

- **Educação**

A rede educativa no Município de Santa Catarina tomando como referência o ano letivo de 2015/16, abrange desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, técnico profissional, cursos superiores profissionalizante e superior, tudo lecionado em instituições pertencentes quer à rede pública quer privada.

Em relação ao setor profissional tomando o mesmo ano letivo 2015/16, como referência, predominaram os formandos nas áreas de saúde cerca de 18,1%, agronegócio com 10,6%, tecnologia de informação geográfica e territorial cerca de 9,9%. Ao nível do ensino superior os cursos e áreas com maior número de formandos foram os cursos de direito com 21,1% do total, educação básica inicial com 21,8% e enfermagem com cerca de 13,5% do total dos formandos.

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados do INE de 2016<sup>4</sup> a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 83,8% (92,0% sexo masculino e 76,5% feminino). De realçar ainda que a taxa de alfabetização jovem dos 15-24 é de 97,4% (97,1% no sexo masculino e 97,6% no sexo feminino).

Quanto ao nível de instrução da população segundo dados do INE de 2016 cerca de 40,5 % da população com ensino básico, 45,4% com ensino secundário, 8,3% com nível superior, 27% nível secundário incompleto, ainda 10,0% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), com o número médio de anos de estudos a fixar-se nos 7,8 anos.

- **Emprego**

Segundo dados do INE, IMC 2018, no concelho de Santa Catarina a taxa de atividade si atividade situou-se em 45,4% (50,8% para os homens e 40,5% para as mulheres), valor este que se fixa abaixo da média nacional que é de 55,6%.

No município na população de 15 anos ou mais o total da população empregada foi estimada a volta de 13.331 pessoas, sendo que o número de mulheres ativas foi de 6.283e nos homens 7.049. De realçar ainda que o grupo etário dos 35-64 representa a maioria da população ativa no Município com aproximadamente 56,7%, seguido da faixa dos 25-34 com 15,2%.

Segundo dados do INE de 2016<sup>5</sup> a taxa de desemprego situava-se nos 19,6% afetando 16,9% do sexo masculino e 22,3% de indivíduos do sexo feminino, sendo a mesma taxa de 52,6% para os jovem entre os 15-24% o que é um valor muito preocupante para as autoridades do Município. Destacar ainda que a população emprega so sexo masculino regista taxas de emprego superiores comparativamente aos do sexo feminino, com 43,2% e 34,9% respetivamente.

- **Pobreza**

Dados do INE de 2015 indicam que cerca de 38,2% da população do Concelho era pobre, ou seja, vivia em condições abaixo do padrão social mínimo aceitável.

Mais recentemente segundo dados do INE, IMC 2018 constata-se que no Concelho existem 17 832

---

<sup>4</sup> <https://ine.cv/publicacoes/brochura-sta-catarina-santiago/>

<sup>5</sup> <https://ine.cv/publicacoes/brochura-sta-catarina-santiago/>

pobres, sendo que desse universo 43,3% dizem respeito aos homens e o restante corresponde as mulheres. No que tange à população muito pobre esta cifra situa-se em 5.922 pessoas, sendo que a maior proporção é encabeçada pelas mulheres totalizando 55,1% e homens representam 44,9%.

- **Cultura**

O Concelho de Santa Catarina tem tido sempre presente a cultura durante a sua história que se tem manifestado de várias formas desde a música, o teatro, a tabanca, a dança, o artesanato, na gastronomia e noutras formas de manifestação cultural. (PEMDS,2018)

O Concelho apresenta um conjunto de riqueza e diversidades culturais, com os hábitos e costumes da sua população a estarem presentes, nas festas tradicionais, nas tradições de várias produções desde olaria, de cestaria, de esteira, da tecelagem, assim como na sua própria produção agrícola, especialmente na fabricação de aguardente (grogue). As festas tradicionais de cariz religioso com devoção a vários santos pertencentes à Igreja Católica constituem grandes pontos de atração de pessoas para o Concelho inclusive emigrantes que vivem na diáspora.

A mais importante das festas tradicionais já referidas é dedicada a Santa Catarina (padroeira do concelho) e acontece a 25 de novembro e reveste-se de uma grande importância no contexto cultural do Município. Podemos destacar ainda como eventos culturais no Concelho, o Batuque, a Tabanca, o Carnaval, o Funaná e festividades da Nossa Sra da Fátima.

Tendo em conta o intuito de divulgar todos estes eventos e atividades culturais de modo a dinamizá-los enquanto atrativo turístico, a Câmara tem apostado na promoção dos mesmos, no apoio a artistas, a agentes e ativistas culturais.

#### **5.2.4.3. LOCALIDADE DE RIBEIRA DA BARCA**

A comunidade de ribeira da barca é uma comunidade piscatória localizada no noreste da ilha de Santiago no concelho de Santa Catarina a cerca de 100 km da cidade da Praia. Segundo dados do RGPH 2021<sup>6</sup>, esta tinha uma população de cerca de 2.048 habitantes, sendo 1016 do sexo masculino e 1032 do sexo feminino, constituídos por 487 agregados familiares.

---

<sup>6</sup> <https://ine.cv/wp-content/plugins/ine-download-attachments-by-zing-developers/includes/download.php?id=16500>

Relativamente à estrutura etária da população esta encontra-se distribuída por 663 pessoas na faixa entre os 0-14 (335 do sexo masculino e 328 do sexo feminino), 1294 na faixa dos 15-64 anos (665 do sexo masculino e 639 do sexo feminino) e 91 pessoas (26 do sexo masculino e 65 do sexo feminino) com 65 ou mais anos.

A pesca constitui a principal atividade económica da localidade e segundo dados do Censo e 2011, a localidade contava com um total de 30 botes, sendo 22 motorizados e 8 não motorizados. Relativamente ao total de pescadores a comunidade tinha cerca 90 pescadores e 38 peixeiras. Dados mais recentes do censo de 2021 mostram que a comunidade conta com cerca de 150 pescadores, 100 comerciantes de peixe, distribuídos entre 50 embarcações artesanais e 2 embarcações semi-industriais. A população ativa empregada neste setor é de cerca de 42%, sendo a taxa de emprego para os homens no setor de 59,7% e de 40,3 para as mulheres.

Segundo o estudo de 2013 sobre as políticas de desenvolvimento no setor das pescas<sup>7</sup> a comunidade da Ribeira da Barca é a quinta comunidade com maior número de embarcações de pesca e operadores de pesca da ilha de Santiago. Como representante dos operadores de pesca da comunidade esta a “Associação de pescadores e peixeiras da Ribeira da Barca” que realiza diversas atividades viradas para a comunidade como, monotorização de botes, formação e capacitação dos operadores, assim como reabilitação de casas.

Segundo a mesma fonte a comunidade dispõem de um Centro Técnico Social (CTS) onde os recursos materiais utilizados nas atividades piscatorias são guardados e onde a maquinaria existente dinamiza o processo de conservação, distribuição e comercialização do pescado. O mesmo estudo indica que as grandes preocupações da comunidade entre outras prendem-se com o não funcionamento dos DCP's e à dificuldade de acesso ao microcrédito de modo a permitir a melhoria das condições das embarcações, assim como a possibilidade de motorização das embarcações de pesca artesanal.

#### **5.2.4.4. LOCALIDADE DE RINCÃO**

Rincão é uma pequena aldeia litoral, piscatória, localizada na costa oeste da ilha de Santiago e

---

<sup>7</sup> [https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/01/Estudo-de-Caso-Sector-da-Pesca\\_Final.pdf](https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/01/Estudo-de-Caso-Sector-da-Pesca_Final.pdf)

pertencente ao concelho de Santa Catarina e dista aproximadamente 17 quilómetros da cidade de Assomada.

Segundo dados do Censo e 2011, a localidade contava com um total de 43 botes, sendo 28 motorizados e 15 não motorizados. Relativamente ao total de pescadores a comunidade tinha cerca 129 pescadores e 52 peixeiras. Dados do recenseamento geral das pescas de 2021 (RPG), indicam que a localidade dispõe a nível de operadores artesanais um total de 147 pescadores (104 pescador e 43 pescador armador) e 47 armadores, não dispendo de operadores industriais.

Ainda segundo a mesma fonte a comunidade contava com 54 botes no total, sendo que segundo a situação de atividade, 43 estavam ativos e 11 inativos. Segundo o meio de propulsão 35 usavam o motor e 37 ainda o principal meio é o remo.

Segundo dados do RPGH, 2021 a comunidade de Rinção contava com uma população residente de 1210 habitantes, sendo 615 do sexo masculino, 595 do sexo feminino, com um total de 279 agregados familiares. A nível da estrutura etária esta encontra-se estruturada da seguinte forma: A população 0-14 anos com cerca de 418 pessoas (217 do sexo masculino e 201 do sexo feminino), dos 15-64 anos com 741 pessoas (382 do sexo masculino e 359 do sexo feminino) e dos 65 ou mais anos com 51 pessoas (16 do sexo masculino e 35 do sexo feminino).

## **5.2.5 Município de Tarrafal – Santiago**

### **5.2.5.1 Enquadramento Geral**

O Concelho do Tarrafal é um dos 9 municípios da ilha de Santiago em Cabo Verde, fica situado no norte da ilha, o quarto em termos populacionais, com cerca de 18565 habitantes de acordo com o censo 2010 e ocupa uma superfície de 112,4 km<sup>2</sup>. A sede do concelho é a Cidade do Tarrafal. Este é constituído por uma única freguesia, Santo Amaro Abade, que alberga 23 zonas no total.

O Concelho enceta grandes potencialidades turísticas com a cidade do Tarrafal a destacar-se com praias de areia branca com uma baía rodeada de coqueiros. A norte fica um dos principais atrativos e histórico monumento, o campo de concentração do Tarrafal onde foram cativados presos políticos aquando do antigo regime salazarista.

À semelhança do que acontece nos restantes Concelhos do país o principal órgão executivo é a Câmara

Municipal liderado pelo presidente, apoiado pelos seguintes serviços administrativos – Secretaria municipal; Direção da Administração e Finanças; Direção de Recursos Humanos; Direção de Turismo, Atividades Económicas e Sociais; Direção de Desporto Cultura e Proteção Civil; Gabinete Técnico Municipal; Direção de Fiscalização e Cobrança coerciva.

## **5.2.5.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

### **5.2.5.2.1. População**

Segundo dados do RGPH de 2021<sup>8</sup> a população do Concelho tem oscilado desde os anos 90 tendo crescido até os dias de hoje. Em 1990 a população era de 11.600 tendo passado para 17.792 no ano de 2000 no início do século XXI, voltando a crescer para 18.565 em 2010 e decrescido para 16.892 em 2021. Portanto segundo a mesma fonte o Município tinha em 2021 16.892 sendo 52,4% do sexo feminino e 47,6 do sexo masculino o que representava 3,4% do total da população do país e 6,2% do total da ilha de Santiago.

Relativamente à estrutura etária da população do Município esta se encontra estruturada da seguinte forma: A população dos 0-14 a representarem 30,0% , entre os 15-24 anos cerca de 17,3%, dos 25-34 a representamrem cerca de 17,1%, a faixa dos 35 -64 cerca de 28,0%; e cerca de 7,7% da população a estarem na faixa dos 65 ou mais anos, segundo o RGPH de 2021.

### **5.2.5.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

Segundo dados do RGPH de 2021 o Concelho albergava 4.829 agregados familiares sendo que 81,3% no meio urbano e 18,7% no meio rural. Destes o tamanho médio dos agregados familiares segundo o sexo era de 3,8% para o sexo feminino e 3,0% para o masculino sendo que em termos médios para ambos os sexos de 3,5.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados familiares, destacar que 82,7% tem acesso a eletricidade para iluminação (15,2% usa vela), 78,2% utiliza a rede pública como principal forma de abastecimento de água. Realçar ainda que

---

<sup>8</sup> <https://ine.cv/publicacoes/brochura-em-comemoracao-ao-dia-do-municipio-de-tarrafal-de-santiago-2023/>

76,4% dos alojamentos familiares tem acesso à casa de banho, 60,0% já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 37,2 % da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias.

Ainda ao nível do acesso da população aos meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que são fundamentais no mundo digitalizado e globalizado de hoje, cerca de 68,8% tem acesso a televisão, 66,6% tem internet no alojamento, 18,2% tem acesso a um computador, 29,0% tem acesso a tv por assinatura e 7,9% tem acesso ao telefone fixo, segundo os dados do RGPH de 2021.

### 5.2.5.3 Outros Indicadores

#### ➤ Habitação, Água e Saneamento

O abastecimento de água do município é garantido através de furos e autotanques. Para o efeito existe distribuídos pelo território municipal 11 furos com capacidade de captação de 1952 m<sup>3</sup>/dia, dependendo da necessidade de produção.

O município dispõe de uma boa taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, superior à média nacional em 7.4 pp (pontos percentuais). Cerca de 77,2% (IMC, 2019) de agregados familiares têm acesso a rede pública. A menor taxa de acesso a rede de abastecimento verifica-se nas zonas de Achada Meio, Figueira Muita, Fazenda, Pedra Comprida e Ponta Furna (Abastecimento nessas zonas e feita a partir de autotanques.). A principal fonte de abastecimento no município de Tarrafal é através da rede pública. (PEMDS,2018,p.29)

Segundo os dados do IMC (2019), no que refere ao saneamento básico, 78,2% de agregados familiares do município de Tarrafal possuem instalações sanitárias em suas residências. Quanto ao sistema de evacuação de águas residuais, verifica-se que a maior parte de agregados familiares (52,3%) recorrem a adoção de fossas sépticas. No entanto, segundo os mesmos dados, 20,9% dos agregados familiares ainda não dispõem de um sistema de evacuação das águas residuais, depositando nas ribeiras. (PEMDS,2018,p.29)

O descarte inapropriado de resíduos sólidos urbanos constitui um problema de saneamento do município. Não obstante aos dados da IMC 2019 indicarem que 58,2% dos agregados familiares depositam os resíduos sólidos no contentor e que 1,4% recorrem a queima/entupimento, ainda, depara-

se com uma grande franja dos agregados a jogarem os resíduos sólidos domésticos na natureza (33,3%) e ao arredor da casa (7%), colocando em perigo a sustentabilidade ambiental e a saúde publica. De referir que no município, ainda não existe o serviço de recolha dos resíduos sólidos porta a porta. (PEMDS,2018,p.30)

- **Educação**

Relativamente a oferta educativa podemos dizer que a rede de equipamentos é relativamente satisfatória, com 26 jardins-de- infância para o pré-escolar, sendo que no ensino básico obrigatório todas as localidades dispõem de escolas para os seis anos de escolaridade (o município dispõe de 2 agrupamentos num total de 9 polos e 16 escolas RBO). No que refere ao Ensino Secundário, existem 2 escolas localizadas uma na Cidade do Tarrafal outra na comunidade de Chombom para dar resposta as demandas das populações.

No tocante a infraestruturas de Formação Profissional, existe o Centro de Formação Profissional de Tarrafal oferecendo 11 cursos em diversas áreas desde Cabeleireira, Cozinha, Encarregado de obras, Cuidadores dependentes, Serviços administrativos e atendimento entre outros com um total de 326 formandos (152 mulheres e 74 homens).

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados do INE do RGPH de 2021 a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 82,3% (89,9% sexo masculino e 75,7% feminino).

Quanto ao nível de instrução da população segundo a mesma fonte cerca de 57,7 % da população detêm o ensino básico, 23,4% com ensino secundário, 6,7% com nível médio/superior, ainda 8.2% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino).

- **Emprego**

A taxa de desemprego no Município de Tarrafal teve uma redução muito interessante tendo passado de 13% em 2011 para 9,5% no ano de 2018, uma diminuição de 3.5 pp, segundo dados do INE, IMC 2018. Ainda segundo dados do RGPH de 2021 esta continuou a reduzir passando para os 8,4% neste ano.

Da taxa de desemprego citada (8,4% em 2021), 9,4% para o sexo feminino e 7,3% para o sexo

masculino.

A taxa de ocupação da população ativa do Concelho segundo dados da IMC, 2018, é de 47,4% sendo a maioria preenchida pelos homens com cerca de 49,9% contra 45,4% das mulheres. Dizer ainda que segundo dados da RPGH, 2021 a taxa de ocupação subiu para os 51,5% com 59,8 para o sexo masculino contra 44,3 do sexo femenino.

Realçar o facto que da maioria da população empregada atuar no setor terciário (58,2%), sendo que apenas 17,7% da população estão inscritos na providência social (INPS) o que pode constituir um desafio para o Município.

- **Pobreza**

A incidência da pobreza absoluta global no município de Tarrafal atingi os com 32.6%, relativamente inferior á média nacional (35,2%) e a media na ilha de santiago (36,7%), segundo os dados do INE (IDRF, 2015).

A mesma fonte revela que a pobreza extrema no Município é de 7.7%, também inferior a média nacional e a media da ilha de santiago. Quando se compara a taxa de pobreza (muito pobre) por sexo, constata-se que no concelho de Tarrafal, tal qual a realidade nacional, este fenómeno manifesta-se, com maior intensidade nas mulheres (63,6%). (PEMDS,2021, p.32)

Fatores como o desemprego e subemprego, fraca competitividade económica e empresarial, baixo poder de compra, constituem a razão de ser deste nível de pobreza no Município, sendo que a pobreza incide com maior intensidade no meio rural, devido em grande medida ao isolamento e a um deficit de infraestruturas que caracterizam este meio.

- **Saúde**

Atualmente, o município conta com 1 Centro de Saúde localizado na Cidade de Tarrafal, 5 Unidades Sanitárias de Base (USB), nas localidades de Achada Tenda, Ribeira das Pratas, Traz dos Montes, Ponta Furna, e Figueira Muita e 2 Posto Sanitário, localizadas nas localidades de Chão Bom e Chão de Junco.

Em termos de recursos humanos, os serviços são assegurados por 5 médicos (rácio nº de

médicos/habitantes de 0,18), 15 enfermeiros (rácio nº de enfermeiros/habitantes de 1,26) e 13 agentes sanitários. Ainda o município conta com um Estomatalgia e uma Psicóloga.

O Centro de Saúde não dispõe ainda de capacidade para a realização de exames complementares de diagnóstico. Estes exames são realizados no Hospital Regional Santa Rita Vieira no município de Santa Catarina e em alguns casos mais graves no Hospital Agostinho Neto na Cidade da Praia.

Segundo o Anuário Estatístico de Cabo Verde do ano 2017, o centro de saúde de Tarrafal dispõe de 30 camas para o total da população do Concelho. De acordo com a mesma fonte, existe atualmente no município uma farmácia pública e uma privada. Em termos de unidades de saúde privada existem uma clínica dentária. (PEMDS,2021, p.36)

- **Cultura**

O património cultural abarca o construído e o imaterial com interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana. A arquitetura singular, edifícios coloniais bem como as tradições orais e outros são fundamentais para identidade do município. (PEMDS,2021, p.39)

A nível do património cultural construído o Município apresenta os seguintes recursos em termos de infraestrutura; 12 Bibliotecas; 1 Mercado de Artesanato e Cultura; Centro de arte e ofícios 1; 1 Centro Delta Cultura; Ao nível dos grupos culturais o Município dispõe de 8 Grupos ativos de batuque, 4 Grupos de dança, 2 Bandas Musicais e apresenta várias atividades culturais como festivais de Música, dança teatro, gastronómico entre outros.

## **5.2.6. Município de Ribeira Grande de Santiago**

### **5.2.6.1 Enquadramento Geral**

O Município da Ribeira Grande de Santiago, criado pelo Decreto-lei nº 63/VI/2005 de 9 de maio, tem cerca de 8.415 habitantes, numa superfície territorial de 164km<sup>2</sup>, sendo um dos mais pobres da ilha de Santiago e está dividido em duas Freguesias: Santíssimo Nome de Jesus e São João Batista. Cidade Velha capital do Município, está situada na parte sul do Concelho, a 12 km da Cidade da Praia. (PEDMS,2018, p.26)

A Cidade Velha, a mais conhecida de Santiago e a mais antiga cidade fundada pelos Europeus na África Subsaariana, é considerada o berço da Nação Cabo-Verdiana. Pelo seu porto passaram caravelas transportando escravos da África para outras partes do Mundo, designadamente Europa e Continente Americano. Cidade Velha, Património Material e Imaterial da Humanidade foi reconhecida pela UNESCO em 2009, com importante passado histórico, cultural e religioso. (PEDMS,2018, p.26)

A nível político administrativo a Câmara Municipal do Município é o órgão executivo que é liderado pelo seu Presidente e suportado por quatro vereadores e pelos respetivos gabinetes técnicos. Por outro lado, temos o órgão legislativo que é a Assembleia Municipal, constituída por treze deputados (sete do Movimento para Democracia e seis do Partido Africano para Independência de Cabo Verde).

É importante realçar que gradualmente alguns serviços desconcentrados do estado vêm sendo instalados no Município, nomeadamente, Delegação dos Ministérios como a Agricultura, Educação, Saúde etc, dos Correios, dos Registos e Notariado, que são muito importantes para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

## **5.2.6.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

### **5.2.6.2.1 População**

Segundo dados do INE, RGPH de 2021 a população do Município situava-se a volta dos 7.757 habitantes (50,6% sexo feminino e 49,4% do sexo Masculino), o que representava 1,6% da população do país e 2,8% do total da ilha de Santiago. O crescimento populacional do Concelho tem tido pequenas variações ao longo dos anos mas tendencialmente tem sido decrescente, como apontam os dados que demonstram que em 2010 a população era de 8.325 tendo passado em 2021 para 7.757 conforme já referido.

Relativamente à estrutura etária da população do Município esta se encontra estruturada da seguinte forma: A população dos 0-14 a representarem 29,5% , entre os 15-24 anos cerca de 18,2%, dos 25-34 a representarem cerca de 17,4%, a faixa dos 35 -64 cerca de 27,8%; e cerca de 7,1% da população a estarem na faixa dos 65 ou mais anos, de acordo com o RGPH, 2021.

Torna-se importante destacar o facto de a maioria da população do Concelho se situar na idade entre os 0-14 anos, tanto masculina como feminina, sendo que nível da população feminina predomina a faixa

dos 35-64 anos. Quanto a idade média da população esta é de 28 anos.

#### **5.2.6.2.2. Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

Segundo dados do INE, 2016 no Município a Ribeira Grande de Santiago tinha 1.757 agregados familiares, divididos em 45% do sexo masculino e 55% do sexo feminino.

Dados mais recentes nomeadamente do RGPH, 2021 que o número de agregados passou para 1.951 com a maioria a concentrarem-se no meio rural (56,6%) e cerca de (43,4%) no meio urbano. Segundo a mesma fonte o tamanho médio desses agregados segundo o sexo do representante era de 4,0 para ambos os sexos (4,3% para o feminino e 3,5% masculino).

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados familiares, segundo o RGPH 2021, destacar que 92,6% tem acesso a eletricidade para iluminação (6,1% usa vela), 63,9% utiliza a rede pública como principal forma de abastecimento de água e 18,8% outras fontes como poço, levada ou nascente. Realçar ainda que 57,6% dos alojamentos familiares tem acesso à casa de banho, 50,5% já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 40,5% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias.

#### **5.2.6.3 Outros Indicadores**

##### **Habitação, Água e Saneamento**

O acesso à água potável é um dos principais desafios e uma das principais prioridades tanto para as autoridades centrais como locais. No concelho da Ribeira Grande de Santiago em particular, segundo dados do INE, 2016 cerca de 75,4% da população já tinham acesso à rede pública de distribuição de água contra 24,6% que ainda não tinha esse acesso.

Entretanto se compararmos esses números com dados de 2010 apenas cerca de 48% estavam contemplados com ligação à rede pública e cerca de 52% ainda estavam sem ligação à rede o que demonstrativo de uma clara evolução nesse desígnio. Também é importante realçar o facto de a capital do Município (cidade velha) já tem 100% de ligação domiciliária a água potável em todos os bairros.

A nível dos recursos o Município dispõe de um bom número de reservatórios e furos distribuídos pelas

Freguesias de Santíssimo Nome de Jesus, com 81 infraestruturas hídricas, e São João Baptista, com 108 unidades do mesmo tipo que incluem 75 reservatórios, 17 fontanários, 47 nascentes, 1 poço e 40 furos (Inventário CMRGS, 2016 cit em PEMDS,2018, p.31). No entanto, apesar do Município da RGS ter uma capacidade aquífera subterrânea apreciável, o que se verifica atualmente é que uma percentagem significativa da água captada no Município é consumida na Cidade da Praia.

Na dimensão saneamento persistem ainda grandes desafios para o Município onde as instalações sanitárias por exemplo têm sido historicamente muito baixas quando comparados com a nível nacional. A nível de evacuação das águas residuais estas são basicamente depositadas nas fossas céticas em que a forma de evacuar as águas sujas da lavagem da roupa, limpeza e do banho é na sua maioria ao redor da casa, com cerca de 85.2%. Relativamente aos resíduos sólidos no Município devido a dispersão das localidades e a limitada capacidade em termos de equipamentos a maioria dos resíduos é evacuado na natureza (56,8%), o que traz consequências a nível da saúde pública como para o ambiente.

Quanto á habitação, as famílias do Município vivem na sua grande maioria, em casas individuais (98,9%) dos quais grande parte são propriedade do agregado (87,7%). O parque habitacional aparenta alguma antiguidade, vulnerabilidade e inadequabilidade (59,3%), sendo que 70,5% dos agregados familiares têm necessidades habitacionais. Cerca de 70% das habitações não possui condições de habitabilidade, dos quais 47% encontram-se em situações degradantes, 7,5% encontram-se em situações de desespero e risco iminente de desabamento, de acordo com o inventário do gabinete técnico da Câmara (2017). (PEMDS,2018,p.34)

No censo 2010 do INE, existia no município 1.676 habitações, com uma média de cinco 5 pessoas por habitação. Ainda de acordo com o mesmo censo o nível de conforto nas habitações dos agregados familiares era classificado maioritariamente de muito baixo, sendo que cerca de 67% entre o baixo e muito baixo.

- **Educação**

O Município a nível de estrutura e recursos de ensino, conta com 13 jardins e 20 monitoras, sendo a maioria delas da responsabilidade da Câmara Municipal em parceria com a FICASE e outras instituições parceiras nacionais e internacionais. A nível do ensino básico o Concelho funciona com 6 polos num total de 28 salas de aulas, sendo que as escolas básicas contam com um total 1.028 alunos do 1º ao 6º ano, com 60 professores, 6 gestores e 7 coordenadores (1 de necessidade educativa especial, 1 pré-

escolar e 1 adulto).

Ao nível do Ensino secundário destacar o facto de existir apenas uma Escola Secundária, que alberga alunos do 7º ao 12º ano de escolaridade, que no ano letivo de 2016/17 contava com 817 alunos, 55 professores e 13 funcionários administrativos. Para aceder aos níveis de ensino médio/superior a população local depende dos convénios assinados com universidades e quadro de geminações e cooperações com algumas Câmaras, através dos quais os alunos são matriculados no ensino profissional e superior.

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados do INE do RGPH de 2021 a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais anos é de 81,3% (89,3% sexo masculino e 73,7% feminino). Quanto ao nível de instrução da população segundo a mesma fonte cerca de 51,2% da população detêm o ensino básico, 26,5% com ensino secundário, 7,2% com nível médio/superior, ainda 10,6% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino).

- **Emprego**

De um modo geral pode-se dizer que a situação do emprego vai de encontro em grande medida à realidade existente nos outros Concelhos do país com taxas de desemprego relativamente elevadas, que atingem sobretudo os jovens e mulheres. A nível do variável emprego segundo dados do INE, 2016 a taxa de atividade no Município no período 2010 a 2014 foi de 50,5% (a masculina 57,1% e a feminina 46,6%).

Em relação à taxa de ocupação esta situava-se nos 41,9% sendo 47,3 para o sexo masculino e 36,9 para o sexo feminino. Dados mais recentes nomeadamente do RGPH, 2021 indicam uma taxa a volta de 58,5%, sendo 68,2% para o sexo masculino e 49,3 para o sexo feminino.

Segundo dados do INE, 2016 a taxa de desemprego no Município atingiu os 13,9% (14,2% para o sexo masculino contra 13,5 para o sexo feminino), tendo baixado para os 8,9% (11,7% no sexo feminino e 6,5 sexo masculino) no ano de 2021 segundo o RGPH, 2021. Conforme já referido o desemprego atinge mais as mulheres e os jovens conforme desmonstram os dados com a taxa de desemprego na camada feminina e na faixa dos 15-24 anos atingir o valor percentual de (79,2%) segundo dados do INE, 2016.

- **Pobreza**

Ribeira Grande de Santiago, sendo um dos Concelhos mais recentes do país está entre os mais pobres, isso devido em grande medida também às suas próprias condições naturais predominantemente montanhosas o que leva a uma grande dispersão da população da população conforme já referido anteriormente.

Outro aspeto revelante no crescimento de qualquer região é a sua dinâmica económica que no Município é ainda realtivamente fraca, criando um número insuficiente de emprego, levando a que boa parte se enverede para atividades informais de sobrevivência, limitando assim o rendimento das famílias.

Segundo dados do INE, 2015 no Município da Ribeira Grande de Santiago cerca de 15% da população vive na condição de pobreza extrema, enquanto que 41% é considerada pobre.

- **Saúde**

Quando falamos de Saúde é importante ter em conta alguns aspetos relacionados e que contribuem para uma melhoria de vida nesta dimensão como, acesso a água, ao saneamento que ainda enfrentam alguns desafios no Município, pois cerca de 67% das pessoas ainda usa água não tratada, com 46,7% ainda sem sistema de evacuação das águas e 50% ainda não possui instalações sanitárias nas habitações.

Os serviços de saúde no Município atende cerca de 2.946 famílias e conta com um Centro de Saúde em Cidade Velha, um Posto Sanitário em S. João Baptista - Chã de Igreja e quatro Unidades Sanitárias de Base em Pico Leão, Porto Mosquito, Belém e Santana, todas em estado de degradação elevada.

Os serviços prestados pelo Centro de Saúde vão desde: Consulta pré- -natal, Consulta pós-parto, avaliação ginecológica, Consultas de clínica geral, adulto e seguimento de crianças, Consulta de crónicos, visitas domiciliare, atividades de prevenção e de IEC, curativos, injeções, triagem, Planeamento familiar, vacinação, coleta de análises. As Unidades sanitárias de Base (USB) oferece nas comunidades serviços tais como: curativos, injeções, visitas domiciliar, atividades de prevenção e de IEC, planeamento familiar e vacinação.

A nível de Recursos Humanos o Município conta com uma equipa de 18 elementos sendo: uma médica de clínica geral, não residente, responsável do centro de saúde, para dar assistência a 8.461 habitantes; o centro conta com três enfermeiros; seis agentes sanitários; dois ajudantes de serviços gerais; três agentes de luta anti larvar; uma técnica auxiliar de farmácia; uma técnica auxiliar administrativa, dois

guardas e um condutor. (PEMDS,2018, p.49)

- **Cultura**

A nível do aspeto cultural a Cidade Velha sede do Município é a principal atração, sendo classificado como Património Material e imaterial da Humanidade reconhecida pela UNESCO em 2009. Pequena urbe, com cerca de 2000 habitantes, foi a primeira Capital de Cabo Verde, com importante passado histórico, gerador de turismo cultural cada vez mais intenso. Em 2014 foi também considerada a capital cabo-verdiana da cultura. Rico em manifestações culturais, é de destacar nomeadamente a Tabanca, Batuco, Música, Teatro e Contos tradicionais (PEMDS,2018, p.58)

O seu passado histórico faz com que a pequena cidade conserve monumentos e ruínas de grande significado (Fortaleza Real de S. Filipe, Igreja de Nossa Senhora do Rosário – a mais antiga ainda existente na África a sul do trópico de Câncer, do séc. XV), Pelourinho, Convento de S. Francisco e importantes ruínas como as da Sé Catedral, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (a mais antiga igreja construída na África subsaariana), da Igreja da Misericórdia, etc.

Em relação ao património imaterial é de destacar a passagem dos importantes navegadores por Cidade Velha, nomeadamente António da Noli, Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio, os corsários Francis Drake e Jack Cassard entre outros. (PEMDS,2018, p.61)

Manifestações culturais relacionados com a música como a Tabanca, o Batuco assim como festividades como Santu Nomi tem projetado artistas locais e proporcionando um grande número de intercâmbio cultural.

## **5.2.7 Município da Praia – Santiago**

### **5.2.7.1 Enquadramento Geral**

O concelho da Praia fica a sul da Ilha de Santiago a maior ilha do Arquipélago, e é o concelho que alberga a cidade da Praia que é a sede do Município a Capital do país. Tem uma área de 97,9 km<sup>2</sup> e 145 378 habitantes, é o Concelho com a maior densidade populacional do país, com 1.485 habitantes por km<sup>2</sup> e onde reside mais de 29% da população de Cabo verde. (INE,2021; PEMDS,2018)

A cidade da Praia assume um papel central no Município pois tem uma centralidade pública, económica –social, recebendo uma população flutuante de cerca de vinte mil pessoas diárias para diversas atividades interligadas tanto com o interior de Santiago, como com as outras ilhas vizinhas como o Maio, Fogo e Brava. (PEMDS,2018, p.20)

A Capital, o maior centro urbano nacional, alberga a sede da administração central, as instituições de soberania, os principais centros e oportunidades de negócios a custos mais competitivos, as principais Instituições Bancárias, as Universidades públicas e privadas, e também conta com importantes infraestruturas técnicas, como o Aeroporto e Porto Internacionais.

Relativamente à divisão política administrativa a Câmara Municipal constitui o órgão Executivo do Município, dotado de autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial.

Tomando como referência o mandato de 2016 a 2020, dos 9 eleitos, 3 eram vereadoras e 6 eram vereadores, incluindo o Presidente. O outro Órgão é a Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo e esta constituída por um total de 21 deputados (9 mulheres e 12 homens).

O Município da Praia conta ainda com serviços desconcentrados nas quatro delegações com um conselho de concertação estratégica para o desenvolvimento da Praia. Exerce tutela sobre as empresas Municipais a EMEP (empresa de mobilidade e estacionamento da Praia) e ADA (agência de distribuição da água). (PEMDS,2018, p.21)

## **5.2.7.2. Contextualização Socioeconómica do Município**

### **5.2.7.2.1 População**

As projeções demográficas do INE, estimaram que o Município tinha aproximadamente em 2018 cerca de 162.814 habitantes divididos em 43.860 agregados familiares. Dados mais recentes do V RGPH, 2021 indicam que o Município albergava 145.378 habitantes com 56,6% do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino, sendo que a esmagadora maioria residia no meio urbano (97,7%) e apenas 2,9% no meio rural. Estes representavam 29,6% do total da população de Cabo Verde e 53,1% do total da população da ilha de Santiago.

As estimativas apontam para uma população residente de 204.250 habitantes (102.498 do sexo

masculino e 101.842 do sexo feminino) em 2030, o que corresponderá a 32,8% da população nacional.

Relativamente à estrutura etária da população do Município esta se encontra estruturada da seguinte forma: A população dos 0-14 a representarem 29,0% , entre os 15-24 anos cerca de 17%, dos 25-34 a representamrem cerca de 19,6%, a faixa dos 35 -64 cerca de 30,1%; e cerca de 4,3% da população a estarem na faixa dos 65 ou mais anos, de acordo com o RGPH, 2021.

#### **5.2.7.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

##### **Habitação, Água e Saneamento**

A nível da habitação como já seria de esperar pela dimensão e nível populacional, pelo crescimento urbano acelerado, que o Município da praia é o Concelho com maior número de edifícios, cerca 27.542 que representam 23% do total nacional, onde mais de 90% são afetos exclusivamente à habitação, segundo o Censo, 2010 do INE.

Dos edifícios quase 70% tem um alojamento, dos quais 49% estão totalmente concluídos. Dos 16% com 2 alojamentos, 60% estão totalmente concluídos e dos 13% com mais do que 2 alojamentos, 73% estão completamente concluídos. (PEMDS,2020,p.28)

Segundo dados do INE de2018, estima-se que 71,9% dos agregados do Município ocupem casa própria, 27,3% estão em regime de arrendamento e apenas 0,8% esta enquadrado na tipologia não clássica. Quanto a água segundo os resultados do IMC, 2018 cerca de 66,6% dos agregados residiam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, contudo apenas 65,8% têm a rede pública como principal fonte de abastecimento de água.

Segundo a mesma fonte cerca 18,2% dos agregados abastecem na casa dos vizinhos, 9,1% recorre a autotanques, 6,3% nos chafarizes e 0,5% recorre às outras fontes (cisternas, nascentes, poços etc). Em suma dizer que 33,4% não tem água canalizada nas suas habitações.

Ainda segundo a mesma fonte o tempo médio gasto para chegar à principal fonte de água, para apanhar a água e voltar para o alojamento, é de 11,7 minutos. Sendo o tempo médio numa mulher (a partir de 15 anos) é de 16 minutos e o tempo médio de um homem (a partir de 15 anos) é de 12,6 minutos.

(PEMDS,2020, p.29)

Relativamente ao Saneamento no Município, segundo dados do INE, 2018 cerca 87,3% dos agragados familiares dispõem de instalações sanitárias, sendo que 55,2 estão ligadas a fossa séptica e 31,4% à rede pública de esgoto. Destacar ainda o facto de 12,7% das famílias não terem sistema de evacuação, o que aliado a outros factores pode ser a causa de doenças e outros constrangimentos às populações. No que tange aos resíduos sólidos a taxa de cobertura da população é de 95,1%, sendo que nesse aspeto o Município apresenta resultados realtivamente positivos, pois os agragdos utilizam na sua maioria contentores (56,5%) ou evacuam os resíduos em carros de lixos (40,0%), o que significa que cerca de 96,5% do lixo produzido é recolhido pelos serviços municipais (DAS) e apenas 3,5% do lixo produzido não vão para o sistema de recolha municipal. Destacar ainda que da percentagem que não chegam ao sistema Municipal 2,0% optam por queimar ou enterrar o lixo, 0,3% jogam lixo ao redor de casa e 1,2% na natureza.

Para dar resposta a este processo a Câmara conta a nível de equipamentos com; 18 veículos de recolha de lixo, 4 máquinas pesadas e 3 camiões (basculantes), 348 contentores sendo 339 de 800 litros e 9 contentores de 700 litros.

- **Educação**

No município da Praia segundo dados do V RGPH, 2021 a taxa de alfabetização da população com 15 ou mais anos é de 93,2% estando dividido em 95,5% do sexo masculino e 90,6 do sexo femenino. Quanto ao nível de instrução da população, segundo a mesma fonte cerca de 55,9 % da população detêm o ensino básico, 23,8% o ensino secundário, 5% o nível médio/superior, ainda 10,5% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), sendo o número médio de anos de estudo 8,8 anos.

Ao nível das infraestruturas o Município dispõe de 141 infraestruturas de educação infantil tuteladas pela Câmara Municipal da Praia, Igrejas, Privados e ONG'S. Quanto ao ensino básico cerca de 17.773 alunos frequentaram este nível distribuídos por 45 escolas, enquanto no ensino secundário foram contabilizados 14,250 alunos divididos por 12 escolas secundárias.

Em relação ao ensino superior existem 7 universidades no Município da Praia, que mantêm protocolos com a Câmara que permitem a alunos acederem a bolsas de estudo prosseguir com os estudos fora do país.

- **Emprego**

Segundo dados do INE, 2018 os resultados indicam que a população empregada no Município foi de 60.183 pessoas, sendo que por sexo a população empregada correspondeu a 31.031 (51,56%) homens e a 29.152 mulheres (48,43%). Os grupos etários com maior taxa de emprego são os da faixa de 35-64 anos com 52,6%, seguido da faixa 25-34 anos com 37,05% e entre os mais jovens 15-25 anos a taxa foi de 9,22%.

Em termos de características da população empregada no Município a idade média é de 37,3, com 37,1 para o sexo masculino e 38,1 para o sexo feminino, sendo as horas trabalhadas por semana estimadas em 43 horas, e a permanência 11 meses no trabalho, estando 43% destes cobertos pelo sistema de previdência social (INPS).

A mesma fonte estima que em 2018 a população desempregada no Município foi de 11.430 pessoas, sendo mais expressiva nos indivíduos do sexo masculino totalizando 7.251 pessoas o que corresponde a 63% do total. Relativamente aos grupos etários com maior taxa de desemprego destacam-se os da faixa de 25-34 anos com 47,3%, seguido do grupo de 35-64 anos com 26,5%, e dos 15-24 anos com cerca de 26,1%.

A nível das características dos desempregados realçar que a idade média é de 30,3 anos, sendo que 87% desta população já teve um trabalho, com duração média de 14 meses, sendo que 12,6% está a procura do 1º emprego e 34,5% está desempregada há mais de 1 ano.

Quanto à população inativa os dados mostram que estes estavam estimados em 47.271 +pessoas em 2018, com uma taxa de inatividade em termos percentuais a situar-se nos 44,4%. Por sexo a taxa masculina corresponde a 40,8% cerca de 19.291 indivíduos e a taxa feminina em 27.350 mulheres, que corresponde a 59,2%, sendo claramente mais expressiva nesta camada.

- **Pobreza**

Segundo dados do INE relativos ao IDRF, 2015 em termos efetivos o Município da Praia contabilizava-se 39.531 residentes que viviam na condição de pobreza. O que corresponde a 28,13% do total nacional e 6.472 indivíduos que viviam em situação de pobreza extrema o que corresponde a 11,9% do total municipal e 4,6% do total nacional. Destacar o facto de incidência de pobreza (41,2% nos homens e

58,8% nas mulheres) e pobreza extrema (36% nos homens e 64% nas mulheres) ser mais acentuada entre as mulheres do que nos homens no município da Praia.

- **Saúde**

No Município a Câmara desempenha um papel importante nesta dimensão estabelecendo parcerias com outras instituições, fazendo acompanhamentos dos utentes PVVIH/SIDA, assim como campanhas de sensibilização e de informação junto das comunidades e da sociedade civil em geral.

Relativamente aos recursos humanos nas estruturas de saúde do Município, a Delegacia de Saúde conta com 61 profissionais, os centros de saúde com 173, Postos Sanitários com 7 e as Unidades de Sanitárias de Base com um total de 8 profissionais, contabilizando um total de 249 profissionais (desde médicos, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, agentes sanitários, técnicos de laboratórios, auxiliares de farmácia, enfermeiros etc etc).

Segundo dados da Delegacia de Saúde de 2018, a nível dos equipamentos de saúde existentes o número de camas estima-se em 16, viaturas 4, ecógrafo 7, cadeira de estomatologia 4, não havendo aparelho de RX, doppler, monitor cardíaco, electrocardiógrafo nem refrigerador de cadáver. Ao nível das estruturas de saúde temos 1 sede da delegacia, 1 hospital central, 5 centros de saúde e 5 unidades sanitárias de base.

- **Cultura**

A maior força cultural da cidade reside na capacidade de toda ela se ter transformando num palco. Qualquer bairro tem a possibilidade de receber eventos culturais e cada munícipe pode ser um potencial criador, cumprindo assim o seu desígnio de cidade educadora. Praia é hoje uma das cidades com maior número de eventos culturais á nível nacional, dispondo de uma agenda diversificada para o ano inteiro.

Um das políticas da Câmara é dotar a Cidade de uma agenda cultural diversificado e regular, assegurando os desafios da transformação da Praia em cidade de grandes eventos, de entre os quais se se destacam, Atlantic Music Expo (AME), Kriol Jazz Festival (11<sup>o</sup> edições já realizadas), Festival de Verão badja ku Sol, Gala Nacional de Música de Cabo Verde (CVMA), Festival Internacional de Música – Kizomba, VI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.

Destacar ainda neste âmbito outros eventos culturais realizados pela Direcção da cultura da Câmara Municipal como Festival Descoberta de novos talentos, Feira das Cinzas, Plateau dia Municipal do Imigrante, Feiras de Artesanato, Carnaval, Festival Internacional da Praia entre outros que dinamizam a vertente cultural do Município.

Para a concretização de toda a dinâmica cultural a Câmara tem desempenhado um papel fundamental, tanto no financiamento como na dinamização de todas as atividades culturais no Município, quer sejam festivais, festas e romarias, exposições e eventos artístico, lançamento de livros e realização de espetáculos.

## **5.2.8 Município da Ribeira Brava – São Nicolau**

### **5.2.8.1 Enquadramento Geral**

Localizada na ilha de São Nicolau, o Município da Ribeira Brava encontra-se na zona centro oriental da ilha, estendendo-se na sua maior dimensão no sentido Este-Oeste, sendo limitado pelo mar no litoral exceto na parte Oeste onde faz fronteira com o Município do Tarrafal.

A vila de Ribeira Brava (sede do concelho da Ribeira Brava)<sup>9</sup> foi elevada a estatuto de cidade em abril de 2012, com base numa iniciativa governamental (resolução nº24/2012, 25 de abril), que atribuiu a um conjunto de sede de concelhos do país esse estatuto. O centro histórico da vila também seria classificado como património nacional em outubro de 2010.

O concelho ocupa uma área de aproximadamente 221,5 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 2/3 do território total da ilha de São Nicolau. Esta é constituída por duas freguesias e vinte e duas localidades, das quais sete são desabitadas, isso devido sobretudo à falta de chuva e da consequente perda da importância da agricultura na economia local.

A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, sita na localidade de Queimadas, abarca os povoados de Queimadas, Vale da Fajã, Cachaço, Estância de Brás, Ribeira Funda, Covoada, Carvoeiros e Boqueirão.

---

<sup>9</sup> O centro histórico passa a ser sede do concelho da Ribeira Brava através da lei nº67/VI/2005, 9 de Maio, quando a ilha passou a ser dividida administrativamente em dois concelhos.

Nossa Senhora do Rosário<sup>10</sup> é a Freguesia mais antiga do Município, cuja sede coincide com o centro da Sede da Ribeira Brava, instalada no Centro Histórico da mesma Cidade, sendo ao mesmo tempo a mais populosa.

A nível político administrativo os dois principais órgãos são a Câmara Municipal (representada pelo seu presidente) e a Assembleia Municipal que é constituído por 13 (treze) eleitos municipais, incluindo o presidente, sendo 12 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Realçar ainda que a nível inframunicipal o Município conta com duas delegações municipais uma em Fajã e outra em Juncalino.

Por fim realçar que além destas estruturas de Governo local, o concelho conta com várias estruturas desconcentradas do estado e de prestação de serviços desde várias delegações dos diferentes ministérios, polícia nacional, tribunal da comarca da ilha, Agências bancárias, correios nacionais, etc etc.

## **5.2.8.2 Contextualização Socioeconómico do Município**

### **5.2.8.2.1 População**

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2021 o município tinha 6.978 habitantes, sendo destes 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino, representando cerca de 1% da população total do país e 57% da população total da ilha de São Nicolau.

Segundo o Inquérito Multiobjectivo Continuo (INE, IMC) 2018, o concelho apresentava uma densidade populacional relativamente baixa com cerca de 31,44 habitantes por km<sup>2</sup> contra uma média de 134, 76 habitantes por km<sup>2</sup> a nível nacional.

Relativamente à estrutura etária da população do Município esta se encontra estruturada da seguinte forma: A população mais jovem com idade entre os 15 a 24 anos e 25 a 34 a representam cerca de 16,9% e 16,5% respetivamente; Cerca de 32,7% da população se encontram na faixa entre 35 e os 64 anos; com cerca de 11% da população a estarem na faixa acima dos 65 anos.

Segundo dados de projecção demográfica do Instituto Nacional de Estatística (INE), através do Inquérito Multiobjectivo 2018 (IMC, 2018), o Município terá uma tendência de perda populacional tendo em 2030

---

<sup>10</sup> Abarca os povoados do Vale da Ribeira Brava, Caleijão, Preguiça, Morro, Chã de Norte, Belém, Morre Brás, Juncalinho, Carriçal, Morro Alto, Figueira de Cocho, Urzeleiro, Jalunga e Castiliano, bem como, os bairros da Cidade da Ribeira Brava.

uma população de apenas 6.313 habitantes (perda de 8% face a 2018), relativamente menor aos 6.965 registados em 2018 e 6.836 registados em 2020.

De realçar ainda que o Município se apresenta com uma das médias de idade mais altas do país com uma média de 34,3 anos, que é superior à média nacional que é de 29,8 anos.

#### **5.2.8.2.2 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

O concelho era constituído em 2018 segundo dados do INE através do IMC, 2018 por 2.222 agregados familiares, sendo que 56,7% representados por homens e 43,3 % por mulheres, com uma dimensão média de 3,1 pessoas. De realçar que segundo dados do RPGH, 2021 o número de agregados sofreu um ligeiro aumento passando para 2.235.

Ainda segundo o IMC de 2018, 25,6 % das famílias eram consideradas do tipo unipessoal, casais isolados 7,5% , conjugais nucleares 15,4 % , conjugais compósitos 15,7 % , monoparental nuclear 13,4%, monoparentais compósitos 23,3%.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados e da população, destacar que 95% usa eletricidade para iluminação, 94% % tem acesso a água canalizada da rede pública. Realçar ainda que 85% dos alojamentos familiares tem acesso a casa de banho, 88 % já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 7% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias, segundo dados do INE através do IMC, 2019.

#### **5.2.8.3 Outros Indicadores**

##### **Habitação, Água e Saneamento**

Relativamente à questão da qualidade da água dizer que segundo dados do INE, IMC 2018, ainda continuavam a abastecer através de chafarizes 9.2 % da população, sendo que 2,3 % recorriam ainda a casa dos vizinhos e 2,3 % a outras fontes como nascentes, poços e cisternas. Ainda segundo a mesma fonte destacar o facto de que apenas uma pequena parte da população cerca de 8,2% tem o hábito de utilizar e consumir água engarrafada, sendo que 43,3% consome água tratada, 48,5% água sem qualquer tratamento, sendo que 96,2% da água consumida é tratada pela lixívia.

Ao nível da habitação que constitui um dos principais pilares de medição de bem-estar da população, destacar que no concelho que 100% das famílias viverem em habitações clássicas, principalmente as do tipo moradia independentes (96,1%) e apenas 3,9% em apartamentos. Realçar o facto de 30,2% das habitações serem revestidas de reboque nas paredes exteriores sem pintura, 51,1% revestida com reboque e pintura 6,9% com pedra à vista e 11,5 % com bloco à vista, segundo dados do INE destacados no Plano Estratégico eMunicipal Desenvolvimento Sustentável (PEMDS)

Segundo a mesma fonte cerca de 52,8% das habitações do concelho são de cobertura inclinada, sendo que 34,1% revestido com cimento, 17,4% com betão armado e 1,3% coberto de palha, sendo que das habitações que têm terraço como cobertura, cerca de 40% são de betão e 7,2 mista.

Contudo segundo dados da Câmara Municipal ainda persiste um grande problema relativamente ao deficit e insegurança habitacional, com cerca de 70 % das solicitações da população a estarem relacionados com apoio a construção, reparação e substituição de tetos e moradias.

No tocante à dimensão do saneamento segundo dados do INE, IMC 2018 apesar dos enormes desafios, cerca de 73,1 % do lixo é recolhido pelo carro de lixo e 15,1% via contentores. A deposição dos resíduos recolhidos é realizada no antigo aterro controlado, atualmente funciona como lixeira a céu aberto, sendo queimados os resíduos aí depositados.

Os serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e limpeza pública do Município estão organizados em torno de duas dimensões que podem ser considerados complementares, nomeadamente uma primeira que assegurada por modelo de recolha misto (porta a porta e contentores) e que abarca quatro modalidades (recolha porta a porta, recolha caçambas localizadas nas comunidades sem recolha porta a porta, recolha de lixo hospitalar e recolha de lixo em locais de difícil acesso, efetuada por uma carrinha) – A segunda dimensão engloba trabalhos de limpeza pública assegurados por equipas de limpeza compostas principalmente por mulheres que fazem a varrição das principais ruas.

- **Educação**

A rede educativa no Município é estruturada a volta de dois agrupamentos escolares, nomeadamente o agrupamento nº1 com sede na escola secundária Dr Baltazar Lopes da Silva, na cidade da Ribeira Brava, engloba o ensino básico obrigatório e ensino secundário, de 7º ano ao 12º, enquanto que o Agrupamento escolar nºII tem como sede a Escola Narciso Ramalho, situada no Vale de Fajã e abarca o ensino básico obrigatório do 1º ao 8º ano de escolaridade. Relativamente ao ensino profissional não

existe nenhuma escola profissional de modo a dar resposta à procura e apresentar-se como uma alternativa ao ensino clássico, levando a que a capacitação profissional dos jovens do concelho seja realizada noutras ilhas ou mesmo fora do país.

O ensino no Município enfrenta ainda desafios como a questão da gravidez precoce nas escolas e a ausência de um quadro de docentes fixo, o que impossibilita em grande medida a tentativa de implementar e levar adiante projetos educativos a médio e longo prazo.

Relativamente aos dados da educação no concelho segundo dados do INE através da IMC 2018 a taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais é de 88,0% (93,3% sexo masculino e 81,8 % feminino). Quanto ao nível de instrução da população segundo dados do INE, IMC 2020 cerca de 55 % da população com ensino básico, 7 % com ensino secundário, 4% com nível pós secundário, 27% nível secundário incompleto, ainda 7 % sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), com o número médio de anos de estudos a fixar-se nos 7 anos.

De realçar ainda que as taxas de alfabetização mais altas do concelho concentram-se nos grupos etários dos 15 aos 24 anos com cerca de 97,5% e na faixa dos 25 aos 34 anos representando cerca de 96,8 %, ou seja a população maioritariamente jovem do concelho.

- **Emprego**

Assim como vários outros Municípios com as mesmas características a Ribeira Brava caracteriza-se por uma base económica fraca muito dependente do setor primário e com um setor privado muito pouco pujante, o que enceta grandes desafios na criação de emprego e no combate ao desemprego. Grande parte dos empregos caracterizam-se por uma certa precariedade, são de carácter temporário e informal, o que faz com que muitos trabalhadores não estejam abrangidos pela proteção social, o que fica mais evidente nos dados do INE, IMC 2018 que demonstram que em 2018 apenas 34,3% da população empregada estava inscrita no INPS.

Grande parte do emprego do Concelho estão ligados ao setor público promovidos pelo Governo Central e pela municipalidade local.

Segundo dados do INE, IMC 2018, a taxa de emprego no Município é de 52,8%, sendo 665 do sexo masculino e de 37,4% a nível do sexo feminino, sendo que a maior taxa de emprego concentra-se na

faixa etária dos 35 aos 64 anos (cerca de 70,7%) e a mais baixa no grupo etário dos 25-34 (37,2%). De realçar ainda que segundo a mesma fonte a taxa de subemprego no Município era de 12,3 %, sendo 16% para o grupo etário dos 15-24 anos e 13,3% para o grupo 15-34 anos.

Relativamente a taxa de desemprego esta atingiu os 7% em 2018, e passando para 11% em 2020 isso em grande medida explicado pelo contexto pandémico. Em suma a taxa de desemprego atinge mais os jovens na faixa entre 15-24 anos com uma taxa de 16,5% e atinge principalmente as mulheres com cerca de 9,6% em comparação com o sexo masculino que apresenta uma taxa de 5,6%.

- **Pobreza**

A pobreza constitui um problema estrutural do país não fugindo à regra o Município da Ribeira Brava que debate-se com o mesmo problema que se grava com as sucessivas secas e maus anos agrícolas que tem assolado o país, pois a ilha é essencialmente agrícola.

Segundo dados do III Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF) de 2015, no Município 2.788 pessoas são pobres sendo que destes 48,5% são do sexo masculino e 51,5% do sexo feminino. Estão ainda em situação de extrema pobreza 875 pessoas sendo 51,9% homens e 48,1 mulheres, o que demonstra que a maioria da população pobre do Concelho é do sexo feminino mas por outro lado que a pobreza extrema atinge maioritariamente os homens.

- **Saúde**

Quanto à rede de Saúde Pública no concelho da Ribeira Brava, esta é constituída por Centro de Saúde com uma capacidade de internamento de 26 camas distribuídas da seguinte forma: 7 maternidade; 5 para isolamento, 8 para enfermaria e 6 para a pediatria. Esta tem disponível consultórios equipados, laboratório, serviço de radiologia, serviço de fisioterapia, serviço de psicologia, serviço materno-infantil (PMI/PF), assistência social, além dos serviços de urgência, internamento e farmácia.

Além do centro de Saúde que constitui a principal infraestrutura a rede de saúde do Município conta ainda com 2 postos sanitários (localizados em juncalino e fajã), 1 farmácia, e 8 unidades Sanitárias de Base designadas de USB instaladas em diversas localidades. A nível dos estabelecimentos privados, o concelho conta com uma clínica de saúde familiar, com um médico especialista, uma clínica dentária e outra de oftalmologia e uma farmácia.

Relativamente aos Recursos Humanos o Município conta com 2 médicos, 11 enfermeiros e uma administradora com 2 auxiliares administrativos e uma responsável pelas relações públicas, 2 técnicos de farmácia, 1 auxiliar da saúde reprodutiva, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 rececionista 9 agentes de serviços gerais, quatro agentes anti vetor, 1 condutor, 2 guardas e 8 agentes sanitários e ainda 1 fisioterapeuta.

Contudo de realçar que no concelho ainda persiste a carência de médicos especialistas o que faz com que as populações tenham de deslocar a outras ilhas para obterem os serviços especializados.

- **Cultura**

O município da Ribeira Brava é riquíssimo em termos de atrativos culturais materiais que se caracterizam por um vasto e valioso património edificado assim como património imaterial. A nível dos atrativos culturais materiais pode-se destacar a estrutura arquitetónica da vila da Ribeira Brava como uma das mais antigas do país, remontando ao ano de 1731.

Quanto ao património imaterial o Município apresenta um variedade e diversidade de manifestações culturais, onde se destacam as festas de romaria (Santo António, São João e São Pedro) que acontecem no município praticamente durante o ano todo com grande afluência da população residente e não só.

Mas o grande evento cultural da ilha é o carnaval que no mês de fevereiro acontecem em grande medida nas ruas da cidade da Ribeira Brava, com uma grande animação, envolvendo música e obras de arte cada vez mais sofisticadas e atraindo cada vez mais população das outras ilhas como internacional (turistas).

### **1.1- Enquadramento Geral**

Localizada na ilha de São Nicolau, o Município do Tarrafal encontra-se na zona centro oriental da ilha, estendendo-se na sua maior dimensão no sentido Este-Oeste, sendo limitado pelo mar no litoral exceto na parte Oeste onde faz fronteira com o Município do Tarrafal. Integrado por sete zonas – Fragata, Ribeira Prata, Praia Branca, Tarrafal, Cabeçalinho, Hortelã, Palhal, e Ribeira dos Calhaus, com uma superfície total estimada de 121,5 Km<sup>2</sup>. Ocupa a parte Sudoeste da ilha de São Nicolau, com cerca de 42 km de costa, e o maior comprimento é de cerca de 22,5 km, no sentido Sul/Norte. (texto de José Joaquim Cabral). O notório crescimento despertou nas populações locais o desejo de

autonomia, aspiração que veria a concretizar-se com a elevação da região a Concelho. Criado em 2005, através da lei n.º 67/VI/2005, resultou da desanexação de parte do território do Concelho de São Nicolau, que passou a denominar-se Concelho da Ribeira Brava.

Durante um período de transição, o município foi governado pela chamada Comissão instaladora. A 18 de Maio de 2008 foi realizada a primeira eleição municipal.

A economia do Município de Tarrafal, como de toda a ilha de S. Nicolau, é caracterizada essencialmente por disfunções de carácter estrutural que estão intimamente ligadas à escassez de recursos naturais, ausência de definição da real vocação da ilha em matéria de desenvolvimento, fraca concentração de capital e à falta de recursos humanos qualificados que está intimamente ligada à sua condição de ilha periférica e aos fenómenos migratório e imigratório. O domínio produtivo da Ilha está fortemente dominado pelo sector primário, assumindo a agricultura, a pesca e a pecuária papéis de destaque. Apesar disso, em termos de distribuição do emprego o sector terciário ocupa a primeira posição, com cerca de 48%. Com exceção da atividade industrial que se restringe basicamente à conservação do pescado, todas as outras são exploradas em regime de subsistência e caracterizadas por fragilidades acentuadas.

A distribuição da população na ilha foi fortemente influenciada por fatores de ordem geográfica, mas também económica. Sendo a pesca uma atividade económica, ela terá contribuído certamente para a fixação da população no litoral do Tarrafal. De entre as atividades que têm vindo a assumir um papel cada vez maior no desenvolvimento socioeconómico do município, destaca-se a pesca, não só pelo número de pessoas que emprega directa e indirectamente, mas também pela sua contribuição no tocante ao enriquecimento da dieta alimentar da população. É na vila do Tarrafal que se localiza a fábrica de conservas de pescado SUCLA. Pratica-se a pesca artesanal e semi-industrial, essencialmente por métodos artesanais.

A nível político administrativo os dois principais órgãos são a Câmara Municipal (representada pelo seu presidente) e a Assembleia Municipal que é constituído por 13 (treze) eleitos municipais, incluindo o presidente, sendo 12 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Realçar ainda que a nível inframunicipal o Município conta com duas delegações municipais uma em Fajã e outra em Juncalino.

Por fim realçar que além destas estruturas de Governo local, o concelho conta com várias estruturas desconcentradas do estado e de prestação de serviços desde várias delegações dos diferentes ministérios, policia nacional, tribunal da comarca da ilha, Agências bancárias, correios nacionais, etc

etc.

## **1.2-Contextualização Socioeconómico do Município**

### **População**

Segundo dados do Instituto Nacional de estatística (INE) de 2021 o município tem uma população residente de 5310 que corresponde a 43,1% da população da ilha e 1,1% de Cabo Verde. Desta população cerca de 51,3% é do sexo masculino e 48,7 do sexo feminino, sendo que 83,3% reside no meio urbano e 16,8% no meio rural.

Relativamente à estrutura etária da população esta encontra-se distribuída da seguinte forma: dos 0-14 anos corresponde 25,7% da população, 15-29 anos cerca de 15,9%, dos 25-34 a 16,7%, dos 35-64 anos cerca de 32,1% e dos 65 ou mais anos corresponde a 9,6% da população.

Apesar do crescimento da população nas últimas décadas esta se revela relativamente fraca pois em 2000 a população era de 5180 tendo passado para 5237 em 2010, e nos onze anos seguintes para apenas 5310 em 2021. As projeções apontam que até 2030 o município perca cerca de 3,89% da sua população atual.

## **1.3 Principais Indicadores das Condições de Vida da População**

O concelho era constituído segundo dados do INE através do IMC,2018 por 1.453 agregados familiares, sendo que 52% representados por homens e 48 % por mulheres. De realçar que segundo dados do RPGH, 2021 o número de agregados sofreu um ligeiro aumento passando para 1.571. Ainda segundo o RGPH, 25,3 % das famílias eram consideradas do tipo unipessoal, casais isolados 6% , conjugais nucleares 21,6 % , conjugais compósitos 12,9%, monoparental nuclear 14,3%, monoparentais compósitos 12,5%.

Relativamente a indicadores essenciais de medição de bem-estar e das condições gerais de vida dos agregados e da população, destacar que 94,2% usa eletricidade para iluminação, 95,3% tem acesso a água canalizada da rede pública. Realçar ainda que 89,9% dos alojamentos familiares tem acesso a casa de banho, 84,1 % já usa gás para cozinhar, sendo que ainda 12,2% da população utiliza lenha para confeccionar as suas refeições diárias, segundo dados do INE através do RPGH, 2021.

- **Saúde**

A nível da saúde o Município conta com 1 centro de saúde localizado na Cidade do Tarrafal, 4 unidades Sanitárias de Base e 1 posto de Sanitário, localizadas nas localidades rurais.

A Delegacia de Saúde de São Nicolau, situada na vila de Ribeira Brava, cobre toda a população da ilha incluindo a do Município do Tarrafal. A delegacia de saúde possui um laboratório de análises clínicas e um serviço de radiologia.

O Centro de Saúde do Tarrafal, com uma capacidade de 22 camas para o internamento de pacientes e é dirigido por 1 (um) médico residente. Do Centro de saúde do Tarrafal, depende o Posto Sanitário: • Praia Branca Depende também deste Centro as Unidades Sanitárias de Base: • Hortelã • Ribeira Prata .Os Postos Sanitários prestam cuidados de saúde curativos, fornecem cuidados de saúde no âmbito do programa de saúde reprodutiva e estão sob a responsabilidade do enfermeiro residente. Para além do enfermeiro o Posto sanitário de Praia branca, tem um agente sanitário de base e um servente, enquanto o da Fajã conta apenas com um servente e um auxiliar de PMI/PF (programa materno infantil/planeamento familiar). As Unidades Sanitárias de Base estão sob a responsabilidade dos Agentes Sanitários.

Ao nível dos Recursos Humanos estes são assegurados por dois médicos, sete enfermeiros e três agentes sanitários, sendo que os centros de saúde não dispõem de capacidade para a realização de exames complementares de diagnóstico (são realizados no hospital Agostinho Neto na Cidade da Praia ou em São Vicente no hospital Batista de Sousa).

- **Educação**

O Município do Tarrafal de São Nicolau possui uma estrutura educativa local muito forte, baseada numa rede de escolas espalhadas por quase todas as localidades do Concelho, garantindo à população maior e melhor acesso ao processo ensino aprendizagem, como tal ao conhecimento e ao saber.

Ao nível dos equipamentos pode-se considerar que são satisfatórios dispondo o Município de 7 jardins de infância, sendo que todas as localidades dispõem de escolas para os seis anos de escolaridade (seis escolas EBO no total). Ao nível do ensino secundário existe uma escola secundária localizada na Cidade do Tarrafal.

A taxa de alfabetização segundo dados do IMC, 2018 é de 84,3% para a população com 15 ou mais anos, sendo 78,5% para as mulheres e 86,9% para os homens.

Relativamente ao nível de instrução da população segundo dados do RGPH,2021 cerca de 65% da população possuía o nível básico, 18,3% o nível secundário, 5,1% o nível médio/superior, 8,1% sem nível (nunca frequentou nenhum nível de ensino), com o número médio de anos de estudo a fixar-se nos 7 anos.

- **Água, Saneamento**

Relativamente ao abastecimento de água, a população não carece de falta de água de uma forma geral (segundo o relatório da junta dos recursos hídricos 87,2 % da população é servida no que toca ao abastecimento da água), com uma capacidade de 22l/hab/dia.

O abastecimento de água no Município é realizado através de nascentes e furos, sendo que para esse efeito o Município dispõe de 7 furos (5 com finalidades de abastecimento público e 2 com finalidade mista) com capacidade de captação de 848 m<sup>3</sup>/dia, 6 nascentes e 15 reservatórios de armanejamento. Apesar de uma elevada taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, no meio rural esta taxa é menor sendo que ainda existem localidades como a Fragata que não tem acesso à rede.

Em relação ao Saneamento básico nota-se claramente que não existe um sistema funcional, apesar dos esforços feitos nos últimos tempos para melhorar a situação. A atual organização da recolha de resíduos – Apenas existe uma recolha pública de resíduos domésticos no centro urbano de Tarrafal. É efetuada duas vezes por semana com ajuda de um camião que percorre as ruas e depois descarrega numa lixeira localizada perto da cidade, lixo que é regularmente incinerado pelo condutor. Não há qualquer tipo de separação na recolha.

Segundo dados do IMC,2018 no que refere ao saneamento 83% dos agregados familiares do município possuem instalações sanitárias em suas residências. Contudo não existem um sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, não existindo assim uma estação de tratamento de águas residuais.

Quanto ao sistema de evacuação de águas residuais constata-se que a maioria dos agregados do Município recorrem a adoção de fossas sépticas. Um dos grandes problemas de saneamento do Município advém do facto de cerca de 60% dos agregados familiares depositarem as suas águas residuais na via pública (principalmente nas ribeiras).

As duas lixeiras existentes foram construídas pelo município, cavando o solo numa profundidade a cerca de 50 cm, sendo que qualquer pessoa que deseja livrar-se do seu lixo pode aceder a estas lixeiras, existindo o risco de arrastamento dos resíduos, ou até mesmo de destruição da lixeira do Tarrafal. Nas aldeias do município, não existe um sistema organizado de recolha e de descarga na lixeira, sendo que cada um é responsável pela eliminação dos seus próprios resíduos. Existem diferentes estratégias de eliminação consoante a localização da aldeia, a quantidade e a composição de resíduos, bem como consoante o rendimento das famílias, mas os resíduos são, maioria das vezes, deitados nas proximidades da aldeia ao longo das estradas, até que mais tarde ou cedo, acabam no mar. Não existe a descarga numa lixeira controlada dos resíduos produzidos pela indústria conserveira. Recentemente a a fábrica do Tarrafal começou a depositá-los na lixeira local oficial. Os resíduos hospitalários do tipo infeccioso são recolhidos separadamente levados para a lixeira oficial onde são incinerados. Os outros resíduos não infecciosos são recolhidos durante a recolha normal.

- **Cultura**

O concelho tem uma grande riqueza cultural em termos de manifestações ligadas às artes – música, danças tradicionais e artesanato. Figuras importantes da cultura nacional como o músico Paulino Vieira e a escritora Leopoldina Barreto são originárias deste concelho.

São muitas as tradições culturais, com destaque para as festas tradicionais e de romaria (caracterizadas por numa simbiose perfeita entre o religioso e o profano), a gastronomia, as tradições orais, etc. A arquitetura singular, assim como edifícios coloniais são importantes ativos culturais e fundamentais para a identidade do Município.

A nível do património cultural construído o Município possui, 1 biblioteca, 1 centro cultural, 1 museu de pesca, 1 casa da morna, segundo dados da Câmara Municipal referente a 2019.

## 6. PRINCÍPIOS, PROCESSOS E MATRIZ DE COMPENSAÇÃO DO QPR

Com base na análise comparativa da legislação nacional (disposições governamentais) e da política de reassentamento involuntário do Banco Mundial, o QPR propõe a adoção dos seguintes princípios, critérios de elegibilidade, diretrizes, definições, matriz de compensação e metodologia de avaliação das perdas e compensações para o projeto:

### 6.1 Princípios

O Projeto tentará evitar, minimizar e/ou compensar deslocamentos ou reassentamento através da aplicação dos seguintes princípios:

- A UGPE/MTT/MIOTH/MM devem conjuntamente com a Direcção Geral do Património e Contratação Pública rever os projectos de execução dos diferentes subprojectos para evitar os impactes sobre a terra, praias, atividades económicas e estruturas fixas e a deslocação e o reassentamento que isso acarretaria;
- Quando o impacto sobre os bens (terras) ou atividades económicas de uma família é tal que os meios de subsistência dessa família estão em risco, mesmo que não seja necessário deslocar fisicamente essa família, a equipa do projeto deve rever o projeto de execução para evitar este impacto tanto quanto possível;
- O custo de aquisição ou compensação dos terrenos, deslocação de atividades económicas e a sua compensação serão incluídos na estimativa do custo dos subprojetos, para permitir uma avaliação completa;
- A compensação é fornecida pontualmente com base no acordo assinado com os PAPs, e será finalizada antes da data da deslocação;
- Tanto quanto tecnicamente possível, as estruturas serão localizadas em espaços públicos ou em áreas de servidão existentes e livres.
- Em todos os municípios afetados as comunidades e os diferentes actores serão consultados e envolvidos de forma inclusiva (mulheres, pessoas com deficiência, idosos, etc.) no processo de planificação e de implementação do projecto;
- As pessoas elegíveis e afetadas devem receber assistência para restaurar ou melhorar seus meios de subsistência;
- As pessoas físicas ou jurídicas que perdem as fontes de renda (temporárias ou permanentes) devem ser indemnizadas e assistidas em tempo útil, antes mesmo do início das obras de reabilitação/construção;

- Todos os PAPs devem ter acesso a um Mecanismo de Gestão de Reclamações apropriado.

## 6.2 Critérios de elegibilidade

Este QPR seguirá os seguintes princípios de elegibilidade de acordo com a NAS 5 do BM para Reassentamento Involuntário:

- a) Titulares de um direito formal sobre o terreno ou bens em causa - ser-lhes-á concedida uma substituição de valor igual ou superior ou, se for caso disso, uma indemnização pelo custo da substituição;
- b) Aqueles que não têm direitos legais formais sobre as terras ou bens afetados, mas têm reivindicações sobre essas terras ou bens que são ou podem ser reconhecidas pela legislação nacional - serão indenizados pela perda de ativos que não sejam essas terras ao custo de reposição.
- c) Aqueles que não têm direitos legais ou reivindicações legítimas sobre a terra ou propriedade que ocupam ou usam - receberão apoio para restaurar seus meios de subsistência.

No âmbito deste projeto, as pessoas com maior probabilidade de serem afetadas são:

- O cidadão comum que verá o seu quotidiano perturbado pela execução das obras (poeiras, resíduos, dificuldades de acesso);
- Proprietário dos terrenos que serão cedidos para a construção das infraestruturas (estradas, vias de acesso, miradouros, orla costeira (se ultrapassar os 80m);
- Os utilizadores do Pontão de Santa Maria que temporariamente serão deslocados e/ou perderão o acesso (turistas, surfistas, banhistas, mergulhadores, pescadores, peixeiras, tratadores de peixe, artesãos, guias turísticos, operadores turísticos etc.);
- Os moradores e utilizadores da rua de Banana, rua Carrera e do Bairro de São Sebastião (dificuldades de acesso e deslocação temporária das atividades económicas);
- Proprietários de terras (privados, ou coletivos) que sofrerão danos às suas terras, interrupção do acesso às suas terras e danos às lavouras;
- Criadores que serão privados de acesso a áreas de pastagem ou que verão seus currais e equipamentos danificados pelas obras;
- Pescadores, vendedeiras de pescado, tratadores de peixe, armadores das diferentes zonas de intervenção;
- Trabalhadores agrícolas que perderão sua renda temporária ou permanentemente;

- Pessoas singulares que podem perder, permanente ou temporariamente, suas atividades económicas (pequenos negócios, transporte, etc.).

### **6.3. Grupos vulneráveis**

No âmbito deste QPR, de acordo com os primeiros levantamentos de campo e a revisão documental, as pessoas vulneráveis serão definidas como se segue:

- Famílias abaixo do limiar da pobreza (de acordo com a definição nacional oficial),
- Mulheres solteiras chefes de família,
- Deficientes,
- Idosos vivendo sozinhos,
- Pessoas com doenças crônicas,
- Famílias sem apoio,
- Bem como qualquer outra pessoa que será considerada vulnerável por futuros estudos socioeconómicos detalhados.

Uma vez que os efeitos do reassentamento geralmente afetam desproporcionalmente os grupos vulneráveis, que muitas vezes são menos capazes de lidar com os efeitos do reassentamento em comparação com a população em geral afetada, na maioria das vezes, eles precisam de assistência especial ou adicional de reassentamento. Portanto na elaboração dos PAR específicos de cada subprojecto deverá ser identificada previamente os grupos vulneráveis e traçar uma abordagem específicas para que os mesmos tenham um tratamento justo e sejam incluídos em todo o processo.

### **6.4. Prazo ou prazo de elegibilidade**

O prazo de elegibilidade, ou data limite, é a data após a qual a concessão de direitos não é mais aceite. As pessoas afetadas pelas atividades do projeto devem ser beneficiárias de uma indenização calculada a partir de uma data denominada de prazo para outorga de direitos ou elegibilidade ou prazo de elegibilidade.

De acordo com a NAS 5, esta data é determinada tendo em conta: (i) a data de início das operações de recenseamento que visam determinar as famílias e bens passíveis de indenização; (ii) a data em que os agregados familiares e bens notificados, na faixa de servidão a serem deslocadas, são elegíveis para

indenização; (iii) a data após a qual as famílias que viriam a ocupar a faixa de servidão não serão mais elegíveis.

Em Cabo Verde, não existe legislação específica sobre esta matéria. Porém, de acordo com a NAS 5, o objetivo é evitar a alteração do valor do imóvel após o anúncio da transação relativa a execução do projeto. Na verdade, o anúncio da execução de determinado projeto pode gerar comportamentos oportunistas e fazer com que a especulação fundiária ou imobiliária seja valorizada, o que seria injusto e incorreria em custos adicionais a serem sustentados pelo projeto.

Com o objetivo de evitar estas situações e no que diz respeito aos procedimentos relativos às áreas declaradas para expansão urbana ou construção de infraestruturas públicas, será estabelecido um conjunto de medidas preventivas. Portanto, o uso das normas do Banco é fortemente recomendado em Cabo Verde para a fase de preparação do projeto.

Para os os titulares de terras ou bens e não titulares, o prazo para a outorga de direitos será a data de início das operações censitárias (a data será divulgada) destinadas à determinação das pessoas e bens passíveis de indenização. Após esta data, as pessoas que chegarem para ocupar a faixa de servidão não serão elegíveis para compensação, exceto aquelas ausentes no momento do censo ou outros casos que provarem ser elegíveis de acordo com os regulamentos nacionais e/ou normas do Banco Mundial. Se houver um atraso significativo entre a conclusão do censo e o reassentamento, o censo deve ser atualizado, pois pode haver migração, crescimento/declínio populacional e/ou expansão/declínio familiar, etc.

## **6.5. Metodologia de Avaliação e matriz de Compensação das perdas**

### **Método de avaliação dos bens afectados**

As propriedades e ativos serão avaliados de acordo com as seguintes diretrizes: (i) identificação dos ativos e investimentos (culturas, edificações e outras benfeitorias), de acordo com o plano de reassentamento; (ii) valores de compensação, com base no custo total de reposição antes da deslocação, levando em consideração os maiores montantes; (iii) o preço do mercado das culturas, a ser definido de acordo com os valores determinados pelo Ministério da Agricultura e Ambiente ou outras estruturas autorizadas (DNPCP), desde que se baseiem numa busca realista dos valores praticados atualmente nos mercados locais; (iv) PAPs que perdem terras de usucapião (se alguém ocupa terras há mais 20 anos torna-se o proprietário oficial) receberão uma quantia equivalente; e (v) PAPs que perdem

os seus bens serão compensados pelo valor real do bem (que pode ser em dinheiro).

De acordo com a NAS 5, nenhuma diferença deve ser feita entre a propriedade formal e a usucapião. Proprietários de usucapião devem ser indenizados por terras, bens e investimentos ao custo da mudança, incluindo a perda de acesso.

Globalmente, a avaliação é feita com base no valor acrescentado, que corresponde à inflação geral dos custos das mercadorias.

### Compensação

A indenização será concedida a todas as pessoas cuja propriedade ou acesso à propriedade sejam afetados, após a aquisição de terras realizada no âmbito do projeto. A compensação por perda de propriedade irá variar dependendo do tipo de perda e da elegibilidade das PAPs. A compensação deve ser paga antes da deslocação.

Tabela 9 - Matriz de compensação

Tipo de perdas	Categoria de pessoas afetadas elegíveis para compensação	Estratégia de compensação
<b>1. Perda de terrenos</b>		
1.1. Perda de terrenos privados: Terras agro-silvo-pastoris, Terrenos comunitários Terreno nu Terreno urbano	Proprietários de terras com título de propriedade Proprietários de terras registradas  Proprietários de terras com escritura notarial  Associações constituídas legalmente  Rendeiros de terras	Remuneração monetária. O pagamento de compensações deverá estar em conformidade com os valores negociados com os proprietários, com base nos custos de reposição das perdas. Para terrenos agrícolas, a taxa de substituição deve incluir: o valor de mercado das terras próximas com potencial de produção e uso semelhante às terras afetadas; o custo de preparação de terras cultiváveis; e o custo de quaisquer prêmios de registro e transferência. Para terrenos localizados em áreas urbanas, o custo de reposição deve incluir: o valor de mercado de terras do mesmo tamanho e uso, com infraestrutura e serviços públicos

		semelhantes ou melhorados e localizadas próximas às terras afetadas; e o custo dos impostos de registro e transferência.
1.2. Perdas de terrenos do Estado/Municípios	Pertencendo ao Estado/Município (Ministério das Finanças, etc.) Usuários não legítimos da terra (utilizadores) Rendeiros de terra	Compensação monetária com base no custo de reposição de terras perdidas. Compensação por perdas de atividades agrícolas no campo. Os usuários “ilegítimos” da terra serão compensados pelas atividades na terra, mas não pela terra.
<b>2. Perda de estruturas</b>		
2.1. Estruturas individuais	Proprietários de estruturas (associação de pescadores) Usuários da estrutura (pescadores, peixeiras, artesãos, etc.)	Compensação de substituição para estruturas perdidas. Se é uma perda parcial, compensação da parte afetada se o resto da estrutura ainda for utilizável. Se é uma perda parcial mas por razões de segurança ou outra, a estrutura não é mais utilizada, compensação pela perda de toda a estrutura.
2.2. Perda de infra-estruturas colectivas (pistas, mercados, currais, etc.)	Proprietários de estruturas Usuários de estruturas	Compensação monetária para construir estruturas semelhantes. Compensação monetária para a pesquisa de uma outra alternativa (custos de aluguer, custo de subsistência, custos de restauração de renda, custos de transporte).
<b>3. Perda de cultivos</b>		

<p>3.1. Perdas de árvores e de culturas</p>	<p>Titular legal / proprietário / utilizador / sem título</p>	<p>Aviso prévio para colheita de safras permanentes e sazonais antes do início das obras.</p> <p>Compensação por culturas em produção, com base num ciclo anual de cultura a valor de mercado;</p> <p>Compensação para culturas perenes e fruteiras pelo valor líquido anual de mercado do produto, multiplicado pelos demais anos produtivos.</p> <p>Para prosópius: as árvores serão movidas pelo projeto além do valor do custo de reposição da árvore conforme descrito acima.</p>
<p><b>4. Perda de rendas</b></p>		
<p>4.1. Perda permanente ou temporária de fontes de rendimento</p>	<p>Pessoas cujas atividades económicas serão interrompidas pelo projeto: pescadores, vendedeiras de pescado, tratadores de pescado, artesãos, operadores turísticos, mergulhadores, surfistas, etc.</p> <p>Trabalhadores agrícolas permanentes e / ou sazonais e criadores que podem ser impedidos de acessar as áreas agrícolas e de pastagem.</p>	<p>Compensação para restauração de rendas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência aos comerciantes móveis, peixeiras e tratadores de peixe para se instalarem em outras áreas (com apoio da Câmara Municipal) e encorajá-los a se instalarem temporariamente nos mercados (garantir a continuidade das suas atividades);</li> <li>• Definir um espaço de arrasto provisório para os pescadores e acesso ao mar para todos os utilizadores (surfistas, mergulhadores, operadores turísticos);</li> <li>• Juntamente com as Câmaras Municipais, projectar vias alternativas de acesso, tanto para estradas como para caminhos vicinais e ruas); e</li> <li>• Apoio aos criadores e agricultores para encontrar acessos alternativos para às áreas agrícolas e de pastagem.</li> </ul>

<b>5. Assistência às pessoas vulneráveis e afectadas</b>		
5.1. Impactos sobre as pessoas vulneráveis	<p>Famílias abaixo do limiar da pobreza:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mulheres chefes de família que vivem sozinhas;</li> <li>- Deficientes;</li> <li>- Idosos vivendo sozinhos;</li> <li>- Pessoas com doenças crónicas; e</li> <li>- Famílias sem apoio, bem como qualquer outra pessoa considerada vulnerável por futuros estudos socioeconómicos detalhados.</li> </ul>	<p>Para além da normal compensação das perdas pessoas vulneráveis têm direito a assistência adicional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte;</li> <li>- Ajuda financeira;</li> <li>- Treinamento; e</li> <li>- Facilitação do acesso a microcrédito e programas governamentais de apoios existentes</li> </ul>
<b>6. Outros mecanismos de compensação</b>		
6.1. Negociações amigáveis (compra)	Pode ser feito com proprietários de terras ou ocupantes informais.	As negociações devem ser conduzidas de forma transparente, a um preço justo e sem intimidação. Seus resultados não devem ter um impacto negativo nas condições económicas e financeiras da pessoa afectada, mas sim na melhoria das suas condições de vida.

#### Tipos e modalidades de compensação

Vários tipos de medidas compensatórias são possíveis. Na verdade, a compensação para as famílias será feita em dinheiro, em espécie e / ou por meio de assistência especial. O tipo de compensação será seleccionado em concertação com todas as partes interessadas.

Tabela 10 - Tipos e modalidades de compensação

Tipos de compensação	Modalidade
Pagamentos em dinheiro	<p>A remuneração será calculada e paga em moeda nacional (ECV) pelo custo total de reposição, com as taxas atualizadas com base na inflação;</p> <p>A avaliação das terras ocupadas (com ou sem direitos formais) deve considerar o custo do investimento para tornar a propriedade lucrativa ou produtiva;</p> <p>A compensação devido a distúrbios, despesas de deslocação, receitas perdidas e custos com pessoal também pode ser calculada em dinheiro, se necessário.</p>
Compensação em espécie	<p>A compensação pode incluir itens como terrenos, casas e outras estruturas, materiais de construção e de pesca, insumos agrícolas e de pesca e créditos financeiros para a compra de equipamento desde que a parte afetada aceite esta compensação.</p>
Assistência	<p>O apoio pode incluir prêmios de compensação, ajuda alimentar, transporte, mão de obra e materiais de construção.</p>

A UGPE junto às instituições parceiras deve assegurar que as comunidades locais, beneficiárias de uma intervenção do projeto, possam propor um mecanismo que garanta uma compensação justa e equitativa pelos prejuízos sofridos. A indemnização a atribuir deve cobrir a totalidade dos danos.

#### Outras formas de compensação possíveis no âmbito do financiamento adicional

**Compensação para edifícios e infraestrutura.** A avaliação da remuneração dos edifícios é efectuada por uma comissão de avaliação "ad hoc", designada pelas autoridades administrativas, em colaboração com as comunidades locais, com base no custo total de substituição dos edifícios que serão afectados pelo projeto. A compensação inclui edifícios e infraestruturas, como barracas, mesas de venda, aviários, poços, currais, estábulos, etc. Na indemnização, devem ser tidas em consideração as estruturas abandonadas, devido à deslocalização de uma pessoa ou agregado familiar, ou directamente danificadas pela construção de obras rodoviárias.

Os valores de substituição propostos, devem ser baseados no seguinte:

- a. O custo médio de substituição dos diferentes tipos de habitações e estruturas;
- b. O preço de diferentes tipos de habitação e estruturas cobrados em diferentes mercados locais;

- c. O custo de transporte e entrega de materiais no local de substituição;
- d. Estimativas de construção de novas estruturas (barracas, botes...), incluindo mão-de-obra; e
- e. O custo de quaisquer taxas de registro e transferência.

O cálculo da compensação também leva em consideração o custo de transporte e entrega de materiais nos locais de trabalho, bem como o custo de reposição de mão-de-obra necessária para a construção de novas estruturas.

**Compensação pela perda de renda do setor formal e informal.** Pessoas deslocadas são necessariamente privadas de suas fontes de renda por um determinado período de tempo. Mesmo que a estrutura que vão ocupar esteja concluída, antes da mudança, leva tempo para conquistar novos clientes, tempo para se adaptar ao ambiente e ao tipo de competição em curso na nova localização. Portanto, as pessoas deslocadas devem receber uma compensação pela perda de renda após uma pesquisa socioeconómica.

Com base no levantamento socioeconómico, a compensação por perda de rendimento deve ser considerada e deve abranger todo o período de transição calculado com base no rendimento diário da categoria socioprofissional. A perda de rendimento, na sequência da deslocação de um agregado familiar, no âmbito das actividades do projecto, é compensada após avaliação com base no rendimento anterior e deve abranger também o período de transição. O rendimento anual e os salários do pessoal, se for uma empresa, são definidos após investigação e assinados pelas PAPs. Os valores da remuneração incluem renda mínima de 3 meses e pagamento de 3 meses de salário.

No caso de: (i) garagens e oficinas de artesanato (ii) proprietário de lojas, hotéis, restaurantes, outros negócios comerciais; (iii) vendedores de lojas; e (iv) outras actividades informais como pescadores, criadores, transformação de produtos alimentares, vendedeiras de pescado, surfistas, mergulhadores, criadores de porcos, mulheres processadoras, etc., o valor da compensação (C) é calculado com base nos produtos (multiplicação) entre o rendimento médio diário (R) e o tempo de inatividade das actividades (T):

$$C = R \times T$$

De uma forma resumida serão identificadas a seguir as compensações previstas para cada tipo de perda associadas ao projeto.

Tabela 11 - Matriz de compensação detalhada por tipo de perda

Tipo de bens afetados	Categoria de PAP	Medidas de compensação				
		Espécie	Dinheiro	Formalidades legais	Outras indemnizações ou apoios	Comentários
Terreno para uso habitacional, agro- silvo-pastoril, comercial ou outro	Proprietário ou co-proprietário legal de um terreno residencial (com título de propriedade, arrendamento)	Cada parcela de terreno perdida será compensada por terreno de igual área e com o mesmo valor de reposição.	Ou, Compensação equivalente ao custo de reposição total a preço de mercado por cada m <sup>2</sup> de terreno da área afetada. Mais Remuneração equivalente ao valor necessário para o cumprimento das formalidades para aquisição de um novo título de propriedade.	Pelo menos as mesmas condições da antiga propriedade ou a emissão de um título de propriedade com a possibilidade de dividir as propriedades se desejado.	A ser determinado, de acordo com a legislação nacional e NAS5, entre outras coisas, assistência na deslocação (física e / ou económica) ou indemnização por distúrbios sofridos.	Se houver terras de características semelhantes disponíveis na área, os serviços relevantes assumirão o papel de alocar novas terras às PAPs que optem pela substituição em terra, em colaboração com o Projecto.

	<p>Proprietário ou co- proprietário legal de um terreno agrícola (com título de propriedade).</p>	<p>Cada parcela de terra perdida será compensada por terra de área igual e valor agronómico equivalente, de acordo com o padrão de custo de reposição total.</p>	<p>Ou, Compensação equivalente ao custo de reposição total a preço de mercado por cada hectare de terra afetado.</p> <p>Mais Remuneração equivalente ao valor necessário para o cumprimento das formalidades para aquisição de novo título de propriedade</p>	<p>Pelo menos as mesmas condições da antiga propriedade ou a emissão de um título de propriedade com a possibilidade de dividir as propriedades, se desejado.</p>	<p>A ser determinado de acordo com a legislação nacional e NAS5, entre outras coisas, assistência para a deslocação ou compensação por perturbações sofridas.</p>	<p>Caso houver terras de características semelhantes disponíveis na área, os serviços relevantes (DNPCP) assumirão o papel de alocar novas terras às PAPs que optem pela substituição em terra, em colaboração com o Projecto.</p>
--	---	--	---	---	---	--

<p>Proprietário ou coproprietário legal de terreno para uso profissional (com arrendamento).</p>	<p>Cada parcela de terra perdida será compensada por terra de área igual e valor agronómico equivalente, de acordo com o padrão de custo de reposição total.</p>	<p>Ou, Compensação equivalente ao custo de reposição total a preço de mercado por cada m2 de terra afetada.  Mais Remuneração equivalente ao valor necessário para o cumprimento das formalidades para aquisição de um novo título de propriedade.</p>	<p>Pelo menos as mesmas condições da antiga propriedade ou a emissão de um título de propriedade com a possibilidade de dividir as propriedades, se desejado.</p>	<p>A ser determinado, de acordo com a legislação nacional e NAS5, entre outras coisas, assistência para a deslocação ou compensação por perturbações sofridas.</p>	<p>Caso houver terras de características semelhantes disponíveis na área, os serviços relevantes (DNPCP) assumirão o papel de alocar novas terras às PAPs que optem pela substituição em terra, em colaboração com o Projecto.</p>
<p>Proprietário (com escritura de venda).</p>	<p>Cada parcela de terra perdida será compensada por terra de área igual e valor agronómico equivalente, de acordo com o padrão de custo de reposição total.</p>	<p>Ou, Compensação equivalente ao custo de reposição total a preço de mercado por cada m2 de terra afetada. Mais Remuneração equivalente ao valor necessário</p>	<p>Pelo menos as mesmas condições da antiga propriedade ou a emissão de um título de propriedade com a possibilidade de dividir as propriedades, se desejado.</p>	<p>A ser determinado, de acordo com a legislação nacional e NAS5, entre outras coisas, assistência para a deslocação ou compensação por perturbações sofridas.</p>	<p>Caso houver terras de características semelhantes disponíveis na área, os serviços relevantes (DNPCP) assumirão o papel de alocar novas terras às PAPs que optem pela substituição em terra, em</p>

			para o cumprimento das formalidades para aquisição de um novo título de propriedade			colaboração com o Projecto.
	PAP com um direito de uso (usucapião).	Cada parcela de terreno perdida será compensada por terreno de igual área e com o mesmo valor total de reposição.	<p>Ou,</p> <p>Compensação equivalente ao custo de reposição total a preço de mercado por cada m2 de terra afetada.</p> <p>Mais</p> <p>Remuneração equivalente ao valor necessário para o cumprimento das formalidades para aquisição de um novo título de propriedade.</p>	Pelo menos as mesmas condições da antiga propriedade ou a emissão de um título de propriedade com a possibilidade de dividir as propriedades, se desejado.	A ser determinado, de acordo com a legislação nacional e NAS5, entre outras coisas, assistência para a deslocação ou compensação por perturbações sofridas.	Caso houver terras de características semelhantes disponíveis na área, os serviços relevantes (DNPCP) assumirão o papel de alocar novas terras às PAPs que optem pela substituição em terra, em colaboração com o Projecto.

Tipo de bens afetados	Categoria de PAP	Medidas de compensação				
		Espécie	Dinheiro	Formalidades legais	Outras indenizações ou apoios	Comentários
	Ocupante "irregular"	Nada	Compensação de bens construídos pela PAP e que serão demolidos; direito de recuperação de ativos	Nada	Entre outras possibilidades, apoio para se estabelecer em outro lugar num local onde se possa morar e trabalhar legalmente. Treinamento específico para que as pessoas possam restaurar seus meios de subsistência (a ser determinado em consulta com os PAPs).	Paga-se ao PAP o valor dos investimentos feitos no terreno e auxiliámo-lo na mudança caso pretenda instalar-se em outro local.
Estrutura para uso residencial, comercial ou outro uso (ex. pontão)	Proprietário	Nova reposição / substituição, de acordo com o padrão do custo total de reposição das estruturas pelo	Ou, na sua falta, o novo valor de reconstrução da estrutura afetada, com base nos preços atuais de mercado, sem	Nada	A determinar, de acordo com a legislação nacional e NAS 5, entre outras, assistência na deslocação ou indemnização por	Nada

		projeto	levar em conta a depreciação (a custo de reposição).		perturbações sofridas.	
<b>Tipe de bens afetados</b>	<b>Categoria de PAP</b>	<b>Medidas de compensação</b>				
		<b>Espécie</b>	<b>Dinheiro</b>	<b>Formalidades legais</b>	<b>Outras indenizações ou apoios</b>	<b>Comentários</b>
	Inquilino ou sub-locatário	Nada	Para todos os inquilinos e sub-arrendatários, aluguel de 3 meses como suporte.	Nada	Assistência ao PAP para encontrar novas acomodações ou instalações em outro lugar, e apoio na mudança.	

Arvores	Proprietário de árvores	Nada	Valor da árvore frutífera ou sombra, de acordo com as escalas estabelecidas para cada tipo de árvore (árvore não produtiva). Valor da árvore + valor da produção durante o período de produção.	Nada	A determinar, de acordo com a legislação nacional e NAS 5, entre outras, assistência na deslocação ou indemnização por perturbações sofridas.	O proprietário poderá por conta própria recolher os frutos e a madeira de suas árvores.
Renda	Garagens e oficinas de artesãos, surfistas, centros de mergulho, proprietários de empresas (hoteleiros, restaurantes, outros	Nada	De acordo com as necessidades, apoio temporário, com base numa estimativa razoável do tempo necessário para restaurar a capacidade para ganhar o sustento, os níveis de	Nada	A determinar, de acordo com a legislação nacional e NAS 5, entre outras, assistência na deslocação ou indemnização por perturbações sofridas.	A interrupção das atividades geradoras de rendimento sera minimizada tanto quanto possível e as perdas económicas devidamente compensadas.

	negócios), barracas, outras atividades informais (pescadores, vendedeiras de pescado, tratadores de pescado, mulheres transformador as, armadores, etc.)		produção e e o nível de vida.		Formação específica para que as pessoas possam restaurar seus meios de subsistência (a ser determinado em consulta com as PAPs).	
Pessoas vulneráveis	PAP identificado como vulnerável na sequência de inquéritos aprofundados.	Nada	Nada	Nada	Medidas de acompanhament o específicas, a serem identificadas em consulta com cada PAP elegível.	Esses PAPs beneficiarão de informações adicionais sobre os critérios usados nos inquéritos socioeconômicos e que podem ajudar a determinar a sua elegibilidade.

Tipo de bens afetados	Categoria de PAP	Medidas de compensação				
		Espécie	Dinheiro	Formalidades legais	Outras indenizações ou apoios	Comentários
Utilizadores	Ocupante informal registrado durante o inquérito.	Nada	Assistência financeira de pelo menos 3 meses. A compensação pela estrutura afetada será paga ao proprietário legal, se aplicável. Além disso, todas as perdas de investimentos feitos por utilizadores nas terras afetadas (estruturas, plantações ou recuperação de terras ou outros bens) devem ser totalmente reembolsadas a eles pelo custo total de reposição.		Indenização por deslocações e perda de receita, entre outras possibilidades estabelecidas pela NAS 5.	

## **7. PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO**

Para todos os subprojectos com risco real de reassentamento serão necessários planos específicos de reassentamento, pelo que devem ser tidos em conta os aspectos mencionados nos pontos subsequentes.

### **7.1 (screening) de subprojetos**

Para determinar o trabalho social a ser realizado durante a preparação de um subprojeto, a instituição parceira de implementação fará uma seleção social durante sua identificação e antes de sua implementação. Uma ficha de seleção social encontra-se em anexo do presente QPR. As duas etapas a seguir devem ser consideradas:

- Identificação e seleção social do projeto. A primeira etapa do processo de seleção envolve a identificação e classificação da atividade a ser desenvolvida no âmbito do projeto, de forma a poder avaliar os seus impactos sociais, nomeadamente ao nível da deslocação e reassentamento populacional.
- Determinação do trabalho social a ser feito. Depois de analisar as informações contidas nos resultados da seleção e determinada a extensão do trabalho social necessário, cabe à agência de execução decidir se o trabalho social é ou não necessário - elaboração de um PAR ou aplicação de simples medidas de mitigação social.

A seleção social desempenha um papel importante no processo de aprovação das atividades do subprojeto. Com efeito, se o processo de seleção social revelar que o trabalho social não é necessário, o subprojeto já identificado pode ser aprovado sem reservas. Porém, se o processo de seleção social revelar a necessidade de um trabalho social, o projeto só poderá ser aprovado após a conclusão de um PAR

Quando necessária a realização de um PAR, a solicitação e os respectivos estudos são encaminhados à Coordenação do Projeto para apreciação e encaminhamento ao Banco para aprovação final.

### **7.2 Estrutura do Plano de Reassentamento / Plano de Reassentamento Simplificado**

Depois de consultar as pessoas afetadas, a Coordenação do Projeto elabora o Plano de Ação de Reassentamento, com o apoio de um consultor envolvendo DNPCP para a avaliação das

despesas ou despesas aceitáveis relativas a um bem. Os serviços que integram esta comissão deverão apoiar na avaliação dos bens (terras, barracas, currais, pocilgas, etc.) que serão tidos em conta no processo de reassentamento da população.

O PAR (ou PSR) será desenvolvido ao mesmo tempo que todos os outros estudos técnicos (engenharia civil, estudos ambientais e sociais, etc.) para que as considerações sociais sejam claramente destacadas.

O plano tipo de PAR padrão a ser desenvolvido incluirá os seguintes elementos essenciais:

- a) Introdução;
- b) Descrição e justificação do sub-projeto;
- c) Identificação da localização do sub-projeto (zona do sub-projeto);
- d) Identificação dos efeitos potenciais;
- e) Objetivos- Os principais objetivos do programa de reassentamento;
- f) Censo e estudos socioeconómicos de referência;
- g) Quadro legal-Os resultados e análises do Quadro jurídico;
- h) Quadro institucional-Os resultados e análises do Quadro institucional;
- i) Elegibilidade;
- j) Avaliação de perdas e compensação;
- k) Participação comunitária;
- l) Cronograma de implementação;
- m) Custo e orçamento;
- n) Mecanismo de gestão de reclamações; e
- o) Seguimento e avaliação.

Anexos: Documentação completa do processo de participação e consulta pública (relatórios, listas de presença assinadas, fotos, etc.).

Todas as operações de reassentamento, incluindo expropriação, compensação, relocação, reassentamento, assistência, etc., devem ser totalmente concluídas antes do início das obras.

### **7.3 Processo de aquisições de terras**

Este projeto, como a maioria dos projetos de desenvolvimento, necessitará da mobilização de

terrenos para a realização de actividades de construção civil. A maioria das obras civis identificadas na Componente 1 situam-se em terrenos pertencentes, na sua grande maioria, ao Estado / Municípios e já existem acordos de princípios para a sua disponibilização.

As instituições responsáveis da implementação dos diferentes projetos nas diferentes ilhas trabalharão para evitar, tanto quanto possível, a passagem em propriedades privadas, com vista a limitar os procedimentos de expropriação. Mais concretamente devem rever o projecto de execução, com vista a avaliar as diferentes possibilidades técnicas por forma a evitar ao máximo as aquisições, nomeadamente para a localização de infraestruturas.

#### **7.4. Responsabilidades pela implementação do PR**

O principal desafio é a coordenação de ações no contexto da transparência e eficiência para transformar a operação de reassentamento numa ação real de desenvolvimento. Para tal, é necessário um quadro técnico qualificado, instituições eficazes e um quadro de parcerias transparente e credível.

A UGPE, como agência de coordenação do projeto, é responsável pela implementação do QPR, e, portanto, terá papel crucial durante a elaboração do PAR, considerando que assume a coordenação técnica e a gestão administrativa e financeira do projeto, para além de responsabilidade no cumprimento dos aspetos de salvaguarda ambiental e social.

Do ponto de vista do quadro jurídico e institucional, dependendo dos cenários selecionados para o acolhimento institucional dos sub-projetos, a instituição anfitriã é responsável pelo planeamento, construção, gestão e operação das infraestruturas, portanto acompanhará todo o processo de elaboração do PAR, inclusive a fase de negociação. No entanto, independente da instituição central responsável pela infraestrutura os municípios serão sempre parte do processo, pelo que devem ser parte da equipa de negociação e ser envolvidos em todas as partes do processo.

A Direcção Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP) tem o papel principal no processo de aquisição de terrenos por motivos de interesse público e é, portanto, responsável pelas expropriações de utilidade pública e consequentemente a negociação e disponibilização das correspondentes compensações que devem ser previstas no orçamento do estado. Não obstante o Projecto é financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo de Cabo Verde, pelo que todo o processo deve observar a NAS 5 do Banco Mundial.

Para a implementação dos PARs, propõe-se a criação de uma unidade de implementação com a seguinte composição:

- Gestor de projeto, sociólogo ou outro especialista em reassentamento das populações e com um bom conhecimento do contexto local (responsável por orientar e fazer o seguimento da implementação dos PARs);
- Representantes da Instituição (MTT, MM ou MIOTH, dependendo do subprojeto);
- Representantes da UGPE;
- Responsável pelo MGR; e
- Gestor da base de dados (responsável pela atualização dos dados das pessoas e bens recenseados).

As principais atribuições da unidade de implementação dos PARs são as seguintes:

- Atualizar / analisar dados de pesquisas demográficas, agrícolas, fundiárias e imobiliárias;
- Elaborar a lista final dos PAPs;
- Organizar a realização de negociações de compensações com os PAPs;
- Elaborar os termos de compromisso sobre compensações e disponibiliza-los aos PAP para assinatura;
- Organizar o pagamento de indemnizações e a liberação de áreas de servidão;
- Assegurar o seguimento do reassentamento das PAPs;
- Atender especificamente os grupos vulneráveis antes, durante e após a deslocação;
- Preparar todos os documentos necessários para a execução do plano: notas e relatórios, etc. ;
- Elaborar relatórios e acompanhar as missões ao terreno; e
- Criar um arquivo para os documentos do projeto.

### **7.5 Avaliação das capacidades em matéria de reassentamento dos atores institucionais**

A nível nacional, os serviços técnicos e instituições locais (câmaras municipais, cadastro, urbanismo, agricultura e ambiente, etc.) possuem certamente experiências em matéria de compensação e deslocação de populações. No entanto, essas atividades foram realizadas no âmbito das operações clássicas que utilizaram apenas o procedimento nacional (i.e., avaliação do imóvel afetado pela comissão departamental de avaliação das despesas e fixação do seu valor e pagamento).

À exceção da DGPCP, todas as estruturas são constituídas de forma “ad hoc”, constituídas por agentes dos serviços técnicos do Estado (urbanismo, agricultura, ambiente, etc.), com uma missão essencialmente centrada na expropriação e compensação. Seus membros estão relativamente familiarizados com as questões da terra e avaliação de custos (perdas agrícolas, perdas de terras, perdas de casas, etc.) de acordo com as disposições nacionais, algumas das quais diferem dos procedimentos e requisitos do Banco Mundial.

No entanto, foram observadas deficiências no domínio dos procedimentos. A principal limitação reside no facto de a nível nacional não existirem escalas oficiais pré-estabelecidas. Por vezes, a avaliação nem sempre corresponde ao valor real da propriedade afetada, o que pode se tornar um motivo de contestação legítima. Assim, na maioria dos casos, os atores institucionais locais não possuem experiência suficiente na condução de procedimentos apelando à política do Banco Mundial, em particular a NAS 5, sobre reassentamento involuntário. No entanto, constata-se que em experiências passadas de projectos financiados pelo Banco Mundial, a aplicação da legislação nacional em simultâneo com os requisitos do Banco Mundial, relativamente à compensação de bens e terrenos legalizados, tem funcionado bem, com aplicação de mecanismos e procedimentos claros e transparentes, resultando em ausência de queixas e reclamações, pelo que se sujere a mesma metodologia para o presente projecto, associado ao reforço de capacidades com um leque de formações adicionais.

Portanto, no âmbito do Projeto, estes atores devem ser devidamente capacitados e sensibilizados sobre os procedimentos da NAS 5 e da gestão social, de forma a garantir que os aspetos sociais dos sub-projetos sejam tidos em consideração na fase de execução das atividades do projeto, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de inquéritos, inventário, avaliação de bens, resolução de reclamações e implementação e seguimento dos PRs e apoio social as PAPs.

Importa mencionar que em caso de eventuais divergências em termos de avaliações de bens e terrenos, compensações e temas conexos, prevalecerá sempre a norma mais exigente, no caso a NAS 5 face à legislação nacional. Os PARs devem conter tabelas de avaliação que definam as provisões e métricas aplicáveis para a compensação de perdas, favorecendo sempre a métrica mais favorável e com o valor mais elevado, por definição. Conforme mencionado, em caso de necessidade, também poderá ser fornecida assistência técnica para o efeito.

## **7.6 Recursos, suporte técnico e reforço de capacidades**

Conforme mencionado, as instituições executoras têm experiência em reassentamento no quadro da

legislação nacional, mas não necessariamente no quadro da NAS 5 do Banco Mundial, prevendo-se, nesse caso o reforço de capacidade e caso necessário a contratação de uma consultoria específica para assegurar o cumprimento do respetivo requisito, em colaboração com a UGPE. Neste contexto estão previstas várias sessões de formação sobre a NAS 5 para benefício dos PAPs e dos vários atores ou autoridades nomeadamente sobre o conteúdo do reassentamento, principalmente para intervenções no âmbito do projeto. Para uma melhor eficiência do programa de formação, é possível adicionar outros consultores que irão intervir por um período limitado.

O reforço das capacidades passa também por um envolvimento e sensibilização das comunidades sobre as oportunidades oferecidas pelo projeto, os efeitos negativos, as compensações, as ajudas específicas, o padrão de custo total de reassentamento, tudo relacionado ao reassentamento, que deve ser bem explicado.

As comissões de avaliação dos bens geralmente possuem boa experiência na implementação de planos de reassentamento. No entanto, o domínio dos procedimentos da NAS 5 não está garantido. A formação sobre a NAS 5 e a legislação nacional, incluindo a expropriação, indemnização, o sistema fundiário e o mecanismo de gestão de reclamação, deve ser planeada em benefício dos respectivos membros.

A fim de manter os profissionais nacionais aptos a resolverem os desafios do quotidiano com os quais se deparam nas diferentes fases do projecto, e para colmatar as lacunas de capacitação acima mencionadas, deve ser elaborado e implementado um Programa específico de Capacitação que deverá ser implementado ao longo da execução do projeto. Esse Programa contemplará a agência de execução e responsável fiduciário, os parceiros institucionais, a fiscalização, os consultores nacionais e os empreiteiros.

#### Programa de capacitação ambiental e social

O programa de formação deverá ser aprovado previamente e as formações previstas na tabela a seguir indicada devem ser ministradas antes do início das atividades do projeto.

<b>Participantes</b>	<b>Tópico de formação</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Formador</b>
Coordenação do projeto (equipa da UGPE, equipa do MF)	NAS5 do Banco Mundial, bem como aos requisitos e procedimentos específicos aos subprojetos.	Workshop (pode ocorrer durante o primeiro mês).	1 a 2 dias	Banco Mundial
Equipa da UGPE Parceiros institucionais Fiscalização Empreiteiros Consultores nacionais	Aspetos ambientais e sociais - quadro jurídico e regulatório nacional.	Workshop (pode ocorrer durante o primeiro mês).	1 a 2 dias	Consultor

Sublinha-se novamente que UGPE prestará apoio contínuo aos agentes locais, particularmente no quadro da implementação da NAS 5, contando para esse efeito com o staff permanente de especialistas qualificados de salvaguardas de que dispõe, garantindo assim a conformidade com todos os requisitos presentes nos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial e da legislação nacional.

### **7.7. Execução do Programa de Reassentamento**

O programa de implementação do PAR deve ser baseado num raciocínio lógico e coerente. O programa de reassentamento compreende três fases: (i) planeamento; (ii) implementação; e (iii) seguimento e avaliação. Um cronograma para o reassentamento deve ser estabelecido e, coordenado com as intervenções do subprojeto que requerem o procedimento de reassentamento.

Na fase de planificação, as organizações envolvidas (UGPE, entidades executoras, autoridades administrativas, funcionários estatais e ONGs) devem preparar uma ficha de direitos fundiários e identificar os proprietários e utilizadores. Com base nessa identificação inicial, será decidido se se deve ou não elaborar um PAR.

O PAR será revisto e aprovado pelo Banco Mundial previamente à sua implementação. Os relatórios de seguimento e rasterio serão também revistos pelo Banco Mundial para assegurar a conformidade com as normas e no caso de discrepâncias, pode ser solicitada uma auditoria independente.

### **7.8 Consulta pública, participação e divulgação dos PARs**

Tendo em conta os objetivos de desenvolvimento do projeto, a participação e empenho das pessoas é essencial para o sucesso dos subprojetos. Assim, todo o processo deve estar de acordo com as políticas do Banco, com a realização de campanhas de informação e consulta antes do início do processo de compensação ou reassentamento. Essas campanhas devem ser concentradas nas áreas afetadas e continuadas ao longo da implementação do projeto. É obrigatório que os PAPs estejam bem informados das intenções e objetivos do reassentamento.

No âmbito da preparação dos PARs, a consulta pública é realizada durante toda a duração do subprojeto. Deve ocorrer a partir da preparação: (i) do estudo socioeconómico; (ii) do plano de reassentamento; (iii) do EIA; e (iv) da negociação da compensação a pagar às pessoas que vão ser deslocadas. Em geral, durante a investigação e triagem, deve ser assegurada uma abordagem participativa com todos os representantes dos membros da comunidade e pessoas afetadas, incluindo grupos vulneráveis. Mais especificamente, os interessados devem ser informados das intenções de usar os locais identificados para as atividades do subprojeto. Em particular, os afetados devem estar cientes dos seguintes aspectos principais:

- Alternativas e direitos relativos ao reassentamento e compensação;
- Soluções específicas, técnica e economicamente viáveis, para os locais de reassentamento;

- Os procedimentos e datas propostos para reassentamento e compensação;
- Taxas reais de remuneração para o custo total de substituição de bens e serviços perdidos;
- As medidas e custos propostos para manter ou melhorar seu padrão de vida; e
- Procedimentos de gestão de reclamações.

A consulta pública na fase de pré-seleção terá como objetivos:

- Divulgar os conceitos das atividades propostas para estimular o interesse da comunidade;
- Promover a apropriação das atividades do projeto e reassentamento;
- Promover a contribuição e participação na seleção dos locais do projeto;
- Promover a disponibilidade das comunidades para qualquer contribuição em espécie para o projeto; e
- Promover a disponibilidade das comunidades para contribuir com a manutenção a longo prazo das obras realizadas pelo projeto.

No âmbito da elaboração dos PARs, devem ser respeitados os seguintes passos de consulta e informação:

- Divulgação do prazo ao público, quando se inicia o recenseamento;
- Informação inicial no início da elaboração dos PARs;
- Informações básicas sobre o projeto e o possível impacto em termos de deslocação e sobre os princípios de compensação e reassentamento, conforme apresentado neste QPR;
- Inquérito socioeconómico participativo onde os estudos socioeconómicos previstos no âmbito do recenseamento das pessoas e bens afectados, permitem dar continuidade ao processo de informação das populações interessadas, bem como das autarquias e outros intervenientes locais (OCB, ONG, etc.). Estes inquéritos também permitem recolher as opiniões, reclamações e anseios da população sobre o reassentamento; e
- Consulta sobre o PAR provisório - uma vez disponível o documento em forma provisória, é entregue aos municípios, segundo formulários, para apreciação caso a caso (consulta pública, constituição do comité local de seguimento, etc.).

Todas as reuniões públicas e outras formas de consulta devem ser documentadas.

## 8. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

O principal objetivo de um mecanismo de gestão de reclamações (MGR) é disponibilizar um canal de comunicação acessível e eficaz para recolher feedback dos beneficiários e outras partes interessadas sobre o projeto e ajudar a resolver as reclamações em tempo útil, de maneira eficaz e eficiente de modo a satisfazer todas as partes interessadas. Mais especificamente, prevê um processo transparente, confidencial e credível para resultados equitativos e equilibrados, eficientes e sustentáveis.

O MGR permite estabelecer a confiança e a cooperação como um componente integral de uma consulta comunitária mais ampla, que facilite a definição e implementação de medidas corretivas.

Mais especificamente, o MGR visa os objetivos seguintes: Fornecer aos interessados os meios para apresentar uma reclamação ou resolver qualquer litígio que possa surgir durante a implementação do projeto.

- Assegurar que medidas corretivas apropriadas e mutuamente aceitáveis sejam definidas e implementadas para a satisfação dos reclamantes;
- Evitar de se ter que recorrer a procedimentos judiciais;
- Abrir um canal de comunicação que permita a cada cidadão de apresentar sugestões, solicitar informações, apresentar e fazer comentários sobre as atividades e o processo de implementação do projeto; e
- Recolher comentários/reclamações sobre o projeto.

Para o efeito, o MGR assenta sobre os seguintes princípios fundamentais: facultar uma diversidade de pontos de entrada e recepção de reclamações; garantir a confidencialidade dos processos; esclarecer políticas, procedimentos e funções; fornecer opções e alternativas de atuação aos reclamantes; disponibilizar o serviço gratuitamente; e finalmente, promover o entendimento e o diálogo entre as partes.

Actualmente existem dois níveis de gestão de reclamação, nomeadamente nos comités locais e centrais de gestão de reclamação. No entanto, pontualmente, em comunidades directamente afectadas pelo projecto são criados pontos focais de gestão de reclamação.

### 8.1. Descrição das reclamações

O Mecanismo de Gestão de Reclamações prevê três tipos de categorias de reclamações englobando um conjunto de diferentes subcategorias, podendo estas últimas aumentar durante a implementação do projeto. Antes de proceder a categorização das reclamações, o ponto focal do MGR organizará

as sugestões e reclamações conforme a seguinte classificação:

- 1 **Procedentes:** consultas, sugestões ou reclamações relativas aos projectos da UGPE financiados pelo Banco Mundial;
- 2 **Projectos Especiais:** consultas, sugestões ou reclamações de projectos da UGPE que serão encaminhadas ao especialista de salvaguarda ambiental e social.
- 3 **Áreas de Conservação:** consultas, sugestões ou reclamações relacionadas com outras áreas sem relação direta com os projetos da UGPE serão encaminhadas para a Direcção Nacional do Ambiente (DNA).
- 4 **Não procedentes:** consultas, sugestões ou reclamações sem relação com os projectos da UGPE. Serão encaminhadas à instituição correspondente. Em caso de denúncias ou violação de disposições legais, será recomendado ao reclamante o devido contacto com a polícia nacional.

Prosseguindo, as consultas, sugestões ou reclamações procedentes serão classificadas de acordo com as seguintes categorias:

#### **A. Reclamações gerais relacionados à gestão do projecto.**

As queixas gerais são aquelas que não afetam diretamente a credibilidade do projeto e / ou a dinâmica comunitária dos beneficiários. Contempla, em particular, reclamações relacionadas com a qualidade dos materiais utilizados pelo prestador de serviços, a escolha de fornecedores locais por um prestador de serviços, o desconhecimento dos procedimentos, o impacte negativo do projecto do ponto de vista ambiental e social, os arranjos institucionais, a ausência de informação ou cumprimento dos procedimentos etc.

Para esta categoria de reclamações, o prazo de processamento para responder ao reclamante é de uma semana, contanto unicamente os dias úteis (máximo).

#### **B. Reclamações sensíveis relacionadas a acidentes de trabalho graves, VBG/EAS/AS e VCC**

As reclamações sensíveis são aquelas relacionadas com o risco à vida, dignidade, saúde e segurança das pessoas e que podem incidir sobre a suspensão das atividades do projeto. Isso inclui casos de morte de uma pessoa e violência de género, bem como a exploração e abuso sexual e violência contra crianças (VCC).

Para as reclamações relatadas acima, o tempo de resposta após o recebimento de uma reclamação, incluindo o processo de verificação e o feedback, será de até oito (8) semanas, por forma a fornecer soluções autorizadas, articuladas com instituições locais.

Estes incidentes e acidentes são comunicadas imediatamente (24 horas após a recepção) os pontos focais do projeto ao nível do Banco Mundial, sempre com o consentimento confirmado da vítima.

### **C. Reclamações relacionadas à corrupção e falta de transparência**

Classificam-se tendo em conta as obrigações e condutas previstas pelo BM relativamente a ética, princípios e valores de âmbito profissional imputados as pessoas envolvidas na implementação do projeto. Entre essas reclamações, cita-se, em particular, a falta de transparência nas aquisições, casos de corrupção da equipa do projeto, o recrutamento tendencioso de mão-de-obra local, o não pagamento de salários e prestações de serviço, calúnia, valorização da contribuição dos beneficiários, fornecimento de materiais, alocação de pessoas e suas propriedades etc.

Para esse tipo de reclamação, o prazo de processamento varia entre duas (2) a três (3) semanas, considerando a necessidade de investigação mais detalhada para verificar a veracidade dos fatos.

## **8.2. Procedimentos de Gestão de Reclamação**

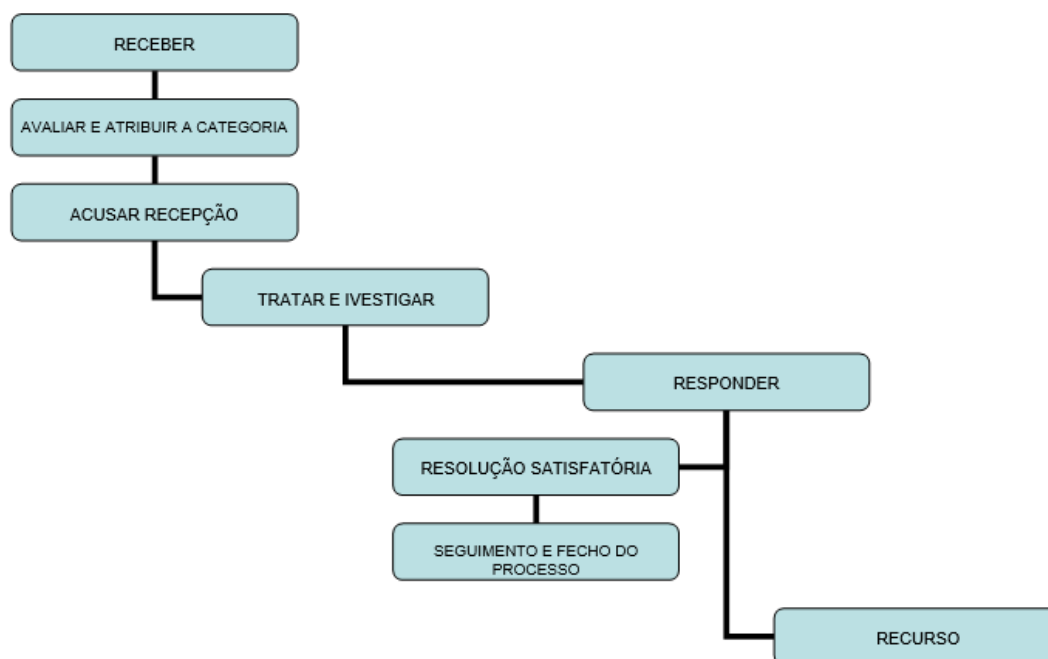
### **Reclamações de categoria A.**

As reclamações de categoria A podem ser tratadas localmente ao nível dos CLGR e quando a complexidade justificar, poderão ser encaminhadas para UGPE para serem tratadas ao nível dos CCGR.

#### **Os procedimentos incluem as seguintes etapas:**

- Receção e registo das sugestões/reclamações (ponto focais, Instituições membros do CCGL e CLGR);
- Categorização, Confirmação/feedback das reclamações pelo CCGR ou CLGR;
- Tratamento das reclamações pelo CCGR ou CLGR;
- Análise e investigação da reclamação pelo CCGR ou CLGR;
- Acções e medidas correctivas.

**Fluxogramas do procedimento:**



*Figura 2. Fluxograma do procedimento de gestão de reclamação da categoria A*

**Reclamações de categoria B**

Considerando a necessidade de clarificar os procedimentos e de recolher dados associados aos casos de VBG/EAS/AS dentro dos projectos sob a gestão da UGPE, a necessidade de melhorar os serviços de apoio as vítimas e formar os novos pontos focais do ICIEG e Câmara municipais, é proposto um novo fluxograma do procedimento de registo de reclamação e encaminhamento das vítimas, com vista a padronizar os procedimentos em todos os municípios do país, clarificar as actuações de cada instituição e aumentar a eficiência no tempo de resposta à vítima.

Os procedimentos foram desenvolvidos por forma a facilitar a actuação de todas as partes envolvidos na gestão dos casos VBG/EAS/AS pelo que serão apresentados de uma forma geral a actuação do ICIEG e UGPE, dependendo dos canais de entrada das reclamações. Os detalhes sobre os procedimentos da gestão deste tipo de casos foram explanas em documento específico, nomeadamente no guia de procedimento de gestão de casos VBG.

**Os procedimentos incluem as seguintes etapas:**

- 1º A UGPE, recebe, categoriza, regista a reclamação;
- 2º A UGPE informa ao Banco Mundial sobre a receção do caso (em 24hs);
- 3º A UGPE acusa a receção da queixa e encaminha o processo à ICIEG;

- 4.º O ICIEG entra em contacto com a vítima para obter o consentimento informado da (o) mesma (o) para os próximos passos. (Obs: Caso a vítima não tenha dado o consentimento para investigação criminal do caso, este processo é encerrado em 24 horas);
- 5.º O ICIEG encaminha a vítima aos serviços especializados (pode ser apoio físico, psicossocial e legal) e acompanha todo o processo;
- O ICIEG envia o processo para Inspeção Geral do Trabalho ou Polícia nacional, dependendo dos casos, para verificação e início do inquérito administrativo do caso (analisa o incidente; escuta ao suposto perpetrador e vítima; analisa os dados; avalia a aplicação de sanções previstas na lei nacional e no código de conduta);
- 7º A IGT conclui o procedimento de investigação administrativo e partilha o relatório com a ICIEG e UGPE,
- 8º A UGPE aplica as sanções previstas e comunica a vítima e o Banco Mundial.

**Fluxograma dos procedimentos:**

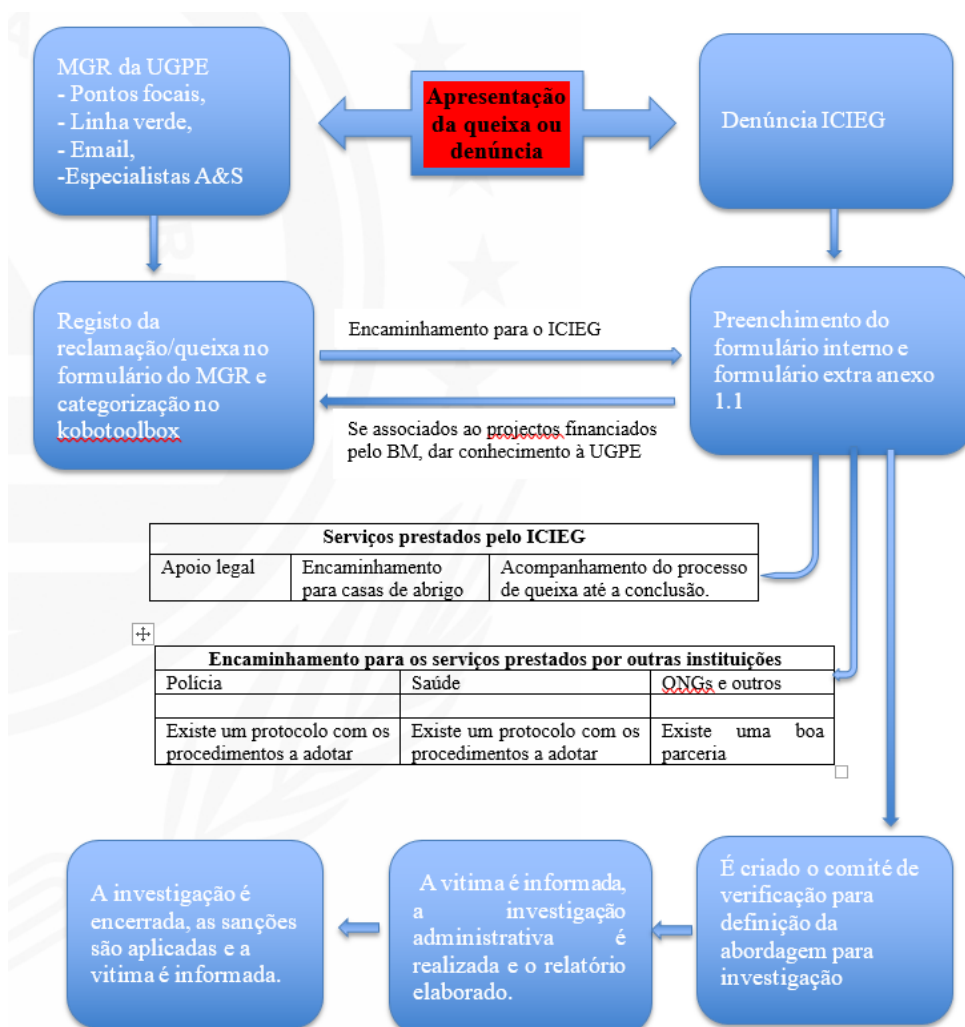


Figura 3. Fluxograma de procedimento de gestão dos casos de reclamação de categoria B.

A reclamação pode entrar por via de duas instituições (ICIEG e UGPE) e existirem duas actuações em simultâneo, nomeadamente a condução administrativa do processo e a actuação criminal, sendo a administrativa liderada pela UGPE com o apoio da ICIEG e a criminal pelas instituições com autoridade na matéria, com o acompanhamento da ICIEG.

### Reclamações de categoria C

As reclamações de categoria C são tratadas localmente ao nível dos CLGR e quando a complexidade justificar, poderão ser incluídas técnicos do departamento de aquisições da UGPE ou contratadas consultorias independentes para o efeito.

#### Os procedimentos incluem as seguintes etapas:

- Recepção e registo das sugestões/reclamações (ponto focais, Instituições membros do CCGL e CLGR);
- Categorização, Confirmação/feedback das reclamações pelo CCGR ou CLGR;
- Tratamento das reclamações pelo CCGR;
- Análise e investigação da reclamação pelo CCGR ou consultor independente;
- Acções e medidas correctivas.

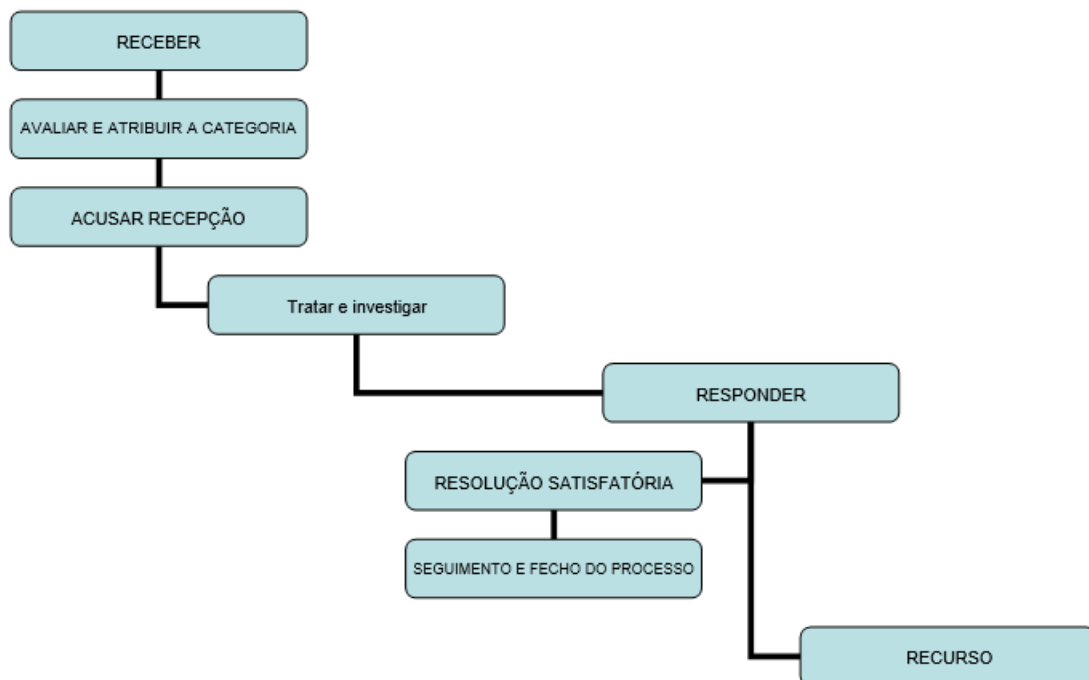


Figura 4. Fluxograma dos procedimentos de gestão de reclamação de categoria C.

### 8.3. Aspectos específicos do procedimento

A fim de mitigar os impactos do projeto, a autoridade contratante promoverá o estabelecimento de um comitê local de reclamações no nível de cada município visado pelo projeto. Estas comissões devem reunir representantes da Câmara Municipal (que coordena); da delegação da Agricultura e Ambiente; representante de instituições beneficiárias do projeto e pessoas susceptíveis de serem deslocadas; sociedade civil local; representantes de grupos vulneráveis (mulheres e crianças).

A nível local (municipal e comunitário), serão disponibilizadas caixas para registo de reclamações. As caixas de reclamações serão colocadas nos seguintes pontos: zonas de intervenção de cada projeto, Câmaras Municipais e instituição beneficiária. Todas as reclamações recebidas serão registadas (será aberto um registo na Câmara Municipal) seja por telefone ou por correio, diretamente do reclamante, ou através do ponto focal local.

O registo das reclamações poderá também ser feito junto do ponto focal local, nas comunidades ou nos estaleiros das obras.

Da mesma forma todas as reclamações recebidas serão registadas a nível da Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE). Os registos serão abertos a nível da Coordenação do Projeto (UCP) da UGPE, que centralizará o registo de reclamações. O ponto focal local, o comitê local de tratamento de reclamações, as Câmaras Municipais são retransmissoras para a equipa de implementação sob a égide da UGPE. As denúncias que passam por esses funcionários designados pontos focais do MGR são retransmitidos ao órgão executor (UGPE) seja através de documentos escritos, verbalmente, por telefone (ou mensagens), ou pelo Facebook. O órgão executor também pode recolher essas informações diretamente, consultando os registos de reclamações a nível local (ponto focal), o presidente da Câmara ou o escritório de fiscalização.

Após o registo das reclamações (numerada e todas as informações recebidas), o aviso de recepção é feito se necessário. Em seguida, será necessário indicar a forma como a reclamação será tratada, avaliar a elegibilidade e atribuir responsabilidade organizacional para propor uma resposta.

Poderá ser necessário o envolvimento do Comité Central de Gestão de Reclamação ou do Comité de Coordenação do Projeto, criado especificamente para apoiar a implementação do projeto, dentro da UGPE. Trata-se de um comitê flexível e facilmente mobilizável, que sempre será assessorado pelo especialista ambiental e social.

O aviso de recepção será sistematizado apenas no caso de reclamações escritas, onde é atribuído

um número de processo. Também será possível, quando as reclamações forem expressas durante as reuniões, inscrevê-las na ata da reunião. Não obstante todos os reclamantes receberão feedback sobre o estado da reclamação até a sua resolução ou encerramento do procedimento.

As reclamações também podem ser anónimas.

São disponibilizados os seguintes canais para recolha das sugestões e reclamações:

1. Telefone gratuito “Linha verde” - o reclamante receberá uma mensagem de texto, e-mail ou recibo para poder acompanhar a sua reclamação.
2. Email - o reclamante ficará com sua cópia no computador para poder acompanhar a sua reclamação.
3. Formulários específicos - serão depositados em caixas de reclamação colocadas em lugares estratégicos (nas comunidades a cargo do Comité Local de Gestão de Reclamações (CLGR), escolas e outros sítios de alta frequência seleccionados pela comunidade.). Nestes sítios será indigitada uma pessoa responsável (pertencente ao CLGR). O reclamante ficará com um recibo para poder realizar o seguimento de sua reclamação.
4. Encontros comunitários - As queixas e reclamações poderão também ser apresentadas em encontros com as comunidades ou junto dos Comités e também em encontros promovidos pelos Gestores /Empreiteiros /Fiscalização/ Supervisão. Nos encontros onde não participe o Gestor, deverá designado um secretário para registo das sugestões e reclamações nos formulários e entrega do recibo ao reclamante.
5. Site da UGPE – O site da UGPE possui um local específico para as questões de salvaguarda que inclui um campo específico para o MGR.
6. Pessoalmente - O PF do MGR, os representantes das comunidades, os provedores de serviços, as ONGs e os técnicos das Câmaras Municipais poderão apoiar as pessoas com dificuldades para escrever ou sem acesso a um telefone, no preenchimento dos formulários e apresentação de reclamações, devendo entregar ao reclamante o correspondente recibo. O PF deverá assumir um papel proactivo para facilitar que os grupos mais vulneráveis das comunidades apresentem as suas reclamações.

As reclamações sobre VBG/EAS/AS devem ser tratadas directamente pelos técnicos do ICIEG, que a nível central, que a nível desconcentrado, através dos gabinetes de apoio à vítima existente em todos os municípios do País. Portanto qualquer ponto focal que receber uma reclamação desta categoria, no âmbito dos projectos sob a gestão da UGPE deverá encaminhar para o ICIEG e comunicar a UGPE. Todo o processo é confidencial e existe um guia específico para gestão dos

casos de VBG/EAS/AS.

O CLGR analisa todas as reclamações recebidas na sede, por escrito, e através da caixa de sugestões/reclamações, E-mail, verbalmente, através do Facebook, ou por telefone. Após o registo de uma determinada reclamação, o CLGR preparará os elementos técnicos necessários (motivo de reclamação, veracidade do pedido, endereço/contactos do reclamante, etc.) para decidir sobre os factos, em primeira instância, ou, se necessário, encaminhar o processo para o Comité Central de Reclamações (CCGR), para processamento.

O processo de tratamento, numa primeira instância, consiste em determinar ou atribuir uma categoria de uma determinada denúncia/reclamação, a fim de determinar/estabelecer o prazo de análise e investigação. Logo em seguida procederá a investigação ou encaminhamento da reclamação, dependendo da categoria.

São propostos os seguintes níveis de tratamento de reclamações/sugestões/observações para a resolução dos potenciais conflitos que possam surgir:

- O **primeiro nível de resolução**, é assegurado pelo **Comité Local de Gestão de Reclamações (CLGR)**, composto por pessoas devidamente capacitadas, designadas em reuniões com as comunidades locais, ou convidadas pelas instituições. A coordenação do CLGR é assegurada pelo representante da Câmara Municipal local;
- O **segundo nível de resolução**, em caso de fracasso do primeiro nível, é assegurado pelo **Comité Central de Gestão de Reclamações (CCGR)**, assistido pelo Especialista Ambiental e Social.

#### 8.4. Comunicação aos beneficiários

Para que as reclamações sejam recebidas, é importante que os Beneficiários sejam informados sobre a possibilidade de apresentação de reclamações.

Como parte da execução do PGAS, o público deve estar bem informado sobre o mecanismo, as regras e os procedimentos para lidar com reclamações e recursos. Esta informação deve ser divulgada a todos os intervenientes e a todos os níveis, durante a consulta pública, para que o denunciante possa conhecê-la e utilizá-la, se necessário.

Para o efeito, serão usados diferentes métodos:

- Informação/sensibilização direta dos beneficiários do projeto individualmente e em grupo durante a consulta pública;
- Sensibilização através de rádios comunitárias e Facebook;
- Animação direcionada em agregados familiares e grupos socioprofissionais ou vulneráveis;
- Banners, cartazes informativos e outras comunicações diretas, incluindo em idiomas locais, se for o caso;
- Informações repassadas pelos líderes comunitários.

Durante as consultas públicas, um registo de reclamações (com vários formulários de registo de reclamações) deve ser disponibilizado à população ao nível de cada comunidade. Como resultado, qualquer reclamação escrita ou verbal recebida pelo ponto focal ou diretor de obras, pessoas físicas e/ou jurídicas nos seus locais de atuação, incluindo reclamações anónimas, ou no contexto da condução de suas atividades deve ser registada neste caderno. O registo de reclamações deve incluir as seguintes entradas: Data - Descrição da reclamação - Descrição dos acordos e outras medidas tomadas - Nome, morada e número do bilhete de identidade do reclamante - Assinaturas do(s) reclamante(s), da autarquia local em causa.

Os métodos de resolução de litígios deverão centrar-se na mediação, conciliação e na viabilização do diálogo, com ênfase clara na procura de soluções satisfatórias para os problemas em análise. O processo de investigação das reclamações quando se enquadra em temas regulamentados a nível nacional serão efectuados nos termos das leis aplicáveis, por forma a evitar atropelos e usufruir de forma eficiente dos recursos humanos e capacidades existentes.

Se não se chegar a um acordo, a decisão tomada é revista. Não obstante subsistem casos eventualmente difíceis de resolver, apesar da facilitação e da mediação. O reclamante terá de ser informado/esclarecido sobre os procedimentos legais para que possa apresentar recurso se assim o desejar.

### **8.5. Seguimento e avaliação de reclamações**

O seguimento das reclamações é assegurado diretamente pelo especialista Ambiental e Social. O acompanhamento do mecanismo de gestão de reclamações incidirá sobre: os tipos de reclamações; seu registo; o tempo de processamento, a representação de instâncias de processamento; o nível de satisfação.

A tabela a seguir indicada apresenta a estrutura de seguimento (elementos a serem monitorados, indicadores e responsáveis).

Tabela 2. Registo e processamento das reclamações

Informações sobre a reclamação						Acompanhamento da tramitação da reclamação				
Nº da reclamação	Nome e contato do requerente	Data de apresentação da reclamação	Descrição da reclamação	Tipo e localização do projeto	Fonte de financiamento (empréstimos, recursos próprios, etc.)	Transmissão ao departamento em causa (sim/não, indicando o departamento e a pessoa de contacto)	Data prevista de processamento	Aviso de recepção da reclamação ao reclamante (sim/não)	Reclamação resolvida (sim/não) e data	Feedback ao reclamante sobre o tratamento da reclamação (sim/não) e data

### 8.6. Serviço de Reparação de Reclamações do Banco Mundial

As comunidades em geral e os indivíduos que se sentem prejudicados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial podem registar as reclamações junto aos mecanismos de gestão das reclamações existentes em nível de projeto ou ao Serviço de Gestão de Reclamações (SGP) do Banco Mundial. O BM garante que as reclamações recebidas sejam prontamente investigadas para tratar das preocupações sobre o projeto. As Comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem apresentar sua reclamação ao Painel de Inspeção Independente do Banco Mundial, que determina se o dano foi ou pode ser causado pelo não cumprimento das políticas e procedimentos do Banco Mundial. As reclamações podem ser feitas a qualquer momento se o assunto for levado diretamente à atenção do Banco Mundial e se a administração do Banco tiver a oportunidade de respondê-las.

A UGPE já possui as medidas adicionais para lidar com denúncias sensíveis e confidenciais,

incluindo aquelas relacionadas à Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual. O MGR possui medidas sensíveis à VBG, incluindo os canais para apresentação de reclamação e procedimentos específicos para EAS/AS, incluindo relatórios confidenciais com documentação ética e segura dos casos EAS/AS. A UGPE desenvolveu também uma plataforma online para registrar, classificar e fiscalizar as reclamações recebidas. Uma vez recebida a reclamação, esta deve ser registrada na plataforma online do MGR.

## **9 RESUMO DAS CONSULTAS REALIZADAS PARA A PREPARAÇÃO DO QPR**

O objetivo das consultas públicas é garantir a participação das partes interessadas no processo de planeamento das ações do projeto. Entre eles: (i) fornecer informações sobre o projeto e suas atividades; (ii) permitir que as partes interessadas se expressem e deem a conhecer seus pontos de vista sobre o projeto; e (iii) identificar e recolher as preocupações das partes interessadas (necessidades, expectativas, desejos, etc.) em relação ao projeto, bem como recomendações e sugestões.

No âmbito da identificação dos diferentes atores, a consulta pública consistiu na maior divulgação, informação e sensibilização possível entre as comunidades, visando a efetiva apropriação do projeto pelos principais beneficiários e pela população em geral, envolvendo as várias entidades responsáveis a nível nacional e local.

A nível institucional os principais atores do projeto terão a oportunidade de ler a versão preliminar do QPR e fazer seus comentários. As principais instituições ou partes interessadas foram o Ministério das Finanças, o Ministério do Turismo e Transportes, o Ministério da Agricultura e Ambiente, Ministerio do Mar e Ministerio da Infraestruturas Habitação e Ordenamento do Território.

No nível descentralizado (comunidades), foram organizadas consultas com os principais atores de cada comunidade beneficiária. Estas consultas foram realizadas com o apoio das instituições locais (ver lista de contactos em anexo).

Durante a implementação do projeto, alguns detalhes adicionais serão estabelecidos para o QPR. Por se tratar de um processo interativo, novas consultas serão realizadas durante a implementação do projeto, visando a atualização dos dados e informações.

A seguinte metodologia para consultas deve ser aplicada durante a implementação do projeto:

- O Mutuário consultará as comunidades afetadas, incluindo as comunidades anfitriãs, através de um processo de envolvimento de partes interessadas, descrito na NAS10. Os processos decisórios relacionados com o reassentamento e restauração dos meios de subsistência e de subsistência incluirão opções e alternativas para a escolha dos indivíduos afetados.
- A divulgação da informação pertinente e a participação significativa das comunidades e indivíduos afetados ocorrerão durante a consideração das alternativas do projeto referida no parágrafo 11 (NAS 5), e posteriormente, durante o planeamento, implementação, monitorização e avaliação do processo de compensação, das atividades de restauração dos meios de subsistência e do processo de reassentamento.
- O processo de consulta deve assegurar que se obtenham as perspetivas das mulheres e que os seus interesses sejam considerados em todos os aspetos do planeamento e implementação do reassentamento.
- A abordagem dos impactos sobre os meios de subsistência pode exigir a análise das condições de vida, nos casos em que os meios de subsistência de homens e mulheres sejam afetados de maneira diferente. Devem ser exploradas as preferências das mulheres e homens em termos de mecanismos de compensação, tais como reposição de terra ou acesso alternativo aos recursos naturais, em vez de compensação em espécie.
- O Plano de Consulta dos Parceiros deverá estar em conformidade com o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), já elaborado.

Um resumo dos métodos utilizados e a utilizar para a consulta dos principais atores é a seguir apresentado, sendo que aspectos relacionados a elaboração de PAR serão realizados posteriormente.

*Tabela 13: Resumo das consultas*

<b>Tema da consulta</b>	<b>Método utilizado</b>	<b>Programa, local e datas</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Responsáveis</b>
Concepção do projeto	Reuniões da UGPE com o MTT, o MF, o DGPCP e a Direcção Nacional do	De acordo Com as necessidades	Banco Mundial	Equipa da UGPE

	Ambiente			
Compensação e benefícios para os indivíduos afetados	Encontro com as PAP para levantamento das áreas e negociação das compensações a custo de reposição de modo a melhorar ou restaurar os padrões de vida: Fixação das tarifas de indemnizações; Definição do plano de pagamentos; Apoios na reinstalação.	De acordo com as necessidades de cada subprojeto	Câmaras Municipais, ONG e OSC	Dono de obra, UGPE, DGPCP.
Planeamento e implementação	Reuniões, encontros, Identificação das PAPs;  Determinar a elegibilidade; Fixação e divulgação da data limite para a elegibilidade;  Elaboração de um plano de reassentamento involuntário de acordo com os riscos e impactes associados ao projeto.	De acordo com as necessidades de cada subprojeto	Câmaras Municipais, associações e líderes locais, MTT MF IT, MM, MIOTH; ECV, ICV operadores turísticos, agentes económicos.	Dono de Obra, UGPE, DGPCP.
Envolvimento das	Encontros, reuniões, contactos individuais, palestras, reuniões virtuais.	Segundo as	Especialista A&S e	Consultor(a) consultoria caso necessário,

comunidades		necessidades		UGPE/A&S/ Ministérios
Mecanismo de Reclamações	Reunião para a divulgação do MGR: Criação das Comissões Centrais e Locais de Reclamações. Estabelecimento de acordos e procedimentos.	Segundo as necessidades	Câmaras Municipais, associações e líderes locais,	UGPE e Ministérios

As partes consultadas geralmente aceitam e apoiam o projeto, vendo nela uma oportunidade de negócios. Em termos de comentários e sugestões, eles propõem ou recomendam os seguintes:

**Questões colocadas durante todo o processo de consultas**

Ilha	Questões	Comentários
Santiago (cais de vila)	A reabilitação do cais de pesca será para quando?	Está-se na fase de elaboração do projeto. Logo assim que o financiamento estiver disponível os concursos serão lançados e avaliados e de seguida iniciarão as obras.
	Os pescadores serão deslocados para onde na fase de reabilitação da orla costeira (arrastadouro – praia do Tarrafal)?	A CM respondeu que serão deslocados temporariamente para a praia de Chão Bom.
	Qual será o destino dos consertadores de redes que atualmente utilizam as ruínas do cais de pesca para essa atividade?	O espaço será ordenado de modo que cada atividade atualmente existente tenha no futuro o seu espaço, será contemplado um espaço para o conserto das redes de pesca.

	O que será feito para melhorar as condições de trabalho das vendedeiras de pescado e as condições higiénicas do produto (peixe fresco), salvaguardando desse modo a saúde pública	Será instalada uma Câmara frigorífica na Casa do Pescador para armazenar o peixe e ser-lhes-á distribuído caixas térmicas para a a comercialização ambulante do pescado, para além de uma bancada para a comercialização <i>in situ</i> .
Santiago Chão Bom, Ribeira da Barca. Calheta de São martinho e Rinção	Onde serão colocados os barcos durante as obras	O documento em elaboração é genérico e posteriormente, juntamente com o envolvimento de todos serão planeadas todo o processo de relocação das pessoas para nenhuma parte fique prejudicada.
(Financiamento adicional)	Para quando o início das obras. Já estão a muito tempo a aguardar a reabilitação do caid de ribeira da Barca	Foi explicado todo o processo associado e etapas necessárias até a fase de construção para melhor gestão das expectativas.
	Foram levantadas questões relativamente a utilização de casa de pescador com máquina de gelo, área de lavagem e tratamento de pescado de Ribeira da Barca pelos privados e a necessidade de resolução desta questão de uma forma definitiva e a devolução da infraestrutura para associação de pescadores	Foi mencionado que este aspecto será retratado no relatório e que no momento da elaboração de Estudo de Impacte Ambiental e Social será analisado e retratado de uma forma detalhada por forma a melhorar a gestão da mesma.
	No rinção informaram que o actual equipamento manual para arrastar barco não funciona correctamente pelo que necessita de reparação ou substituição, porque o facto de ser manual e de encravar aumenta o risco de acidente durante o	Os pescadores foram informados que as preocupações serão retratadas no documento e que no momento de elaboração do EIAS serão detalhadas. Não obstante as autoridades locais tomaram nota para resolverem o problema em

	processo.	tempo oportuno
	<p>Na calheta de são martinho questionaram sobre o tempo de início das obras, a necessidade de capacitar os jovens para reparação naval, informaram sobre a actividade antiga e os moldes que foi encerrado sem preocupação com os trabalhadores da época. Informaram da sua situação actual em termos de incapacidade de substituição de baterias para continuarem a ter acesso a energia renovável e necessidade de este aspeto ser contemplado no desenho do projeto. Outra questão muito levantada foi a melhoria de acesso para a comunidade, independentemente da titularidade dos terrenos e descreveram toda e dificuldade que tem enfretando, inclusive crianças e o isolamento constante que ficam sujeitos em época de chuva.</p>	<p>Foram informados que todas as preocupações serão registadas e que no desenho do projecto irão ser previstas algumas medidas possíveis para melhorar as condições de vida das 5 famílias residentes na comunidade, principalmente a capacitação dos jovens para poderem ser contratados na indústria a ser construída.</p>
Praia (Financiamento adicional)	<p>Foram levantadas questões relacionadas ao medo de perda de empregos; sobre a localização do futuro mercado de venda de peixe, do receio de ser longe do cais e da possibilidade de todo este processo geral muitos conflitos se não for bem planeado.</p>	<p>Foi informado que serão realizadas consultas específicas de cada focus grupo posteriormente e que todo o processo de planeamento será desenhado com o apoio de todos por forma a levar em conta as preocupações de cada parte.</p>
Estrada cidade velha-bota rama salineiro	<p>As pessoas da comunidade solicitaram a inclusão da reabilitação com calçamento do acesso dentro da comunidade e abordaram os constrangimentos que tem com a</p>	<p>Foram informados que é sempre recomendado a contratação de mão-de-obra no local e que o projecto poderá sempre reforçar a capacidade local com formações em</p>

	<p>estrada actual e principalmente os custos com o transporte devido às, mas condições da estrada.</p> <p>Informaram que é reivindicação de todos e que a estrada já existe e é utilizada pelo que o risco de reassentamento é residual.</p> <p>Solicitaram ainda formação e contratação de jovens locais nas obras.</p>	<p>calcetamento por exemplo considerando que a maioria dos homens da comunidade são caboqueiros e poderam ser capacitados para desenvolver mais actividades relacionadas a construção vicil e serem empregados no projeto</p>
São Nicolau (Financiamento adicional)	<p>Exigência de projectos complementares no sector da energia, acesso a água potável, zona de tratamento de pescado, entre outras actividades para melhorar as condições de vida da comunidade de cariçal, tendo em conta as condições actuais da comunidade.</p> <p>Na comunidade de preguiça também foram questionados vários aspectos relacionados ao acesso ao cais na fase das obras e a necessidade de voltar a dinamizar o cais com cais comercial e capacitação de jovens para a pesca, navegação e áreas de economia azul no geral</p>	<p>Foram explicados os requisitos que terão que ser cumpridos para o reassentamento e as outras componentes deste e outros projectos que prevem as reevindicações solicitadas no domínio de formação e capacitação.</p>
S. Vicente	<p>Para quando o início das obras?</p>	<p>Para breve.</p>
	<p>Quais foram os projectos contemplados para a ilha de São Vicente?</p>	<p>Mindelo: Reabilitação do Mercado de Peixe e do Museu do Mar. São Pedro: Construção de um Centro de interpretação e acolhimento de visitantes e conservação das tartarugas</p>
	<p>Será contemplado a reabilitação do cais de pesca (Pontão).</p>	<p>Não nesta fase. Eventualmente poderá ainda a vir a ser incluído no projeto.</p>

	Para onde serão deslocadas as vendedeiras de pescado durante as obras de reabilitação?	A CM disponibilizará um espaço alternativo e temporário.
Sal	O início das obras é para quando?	Logo assim que o projeto ficar pronto e o financiamento disponibilizado.
	Será feita a reposição do asfalto?	Sim o material betuminoso será substituído.
	Estamos fartos de promessas. O troço de estrada será construído ainda este ano?	Logo assim que o projeto ficar pronto e o financiamento disponibilizado.
	Para onde irão as famílias que porventura serão temporariamente deslocadas?	A Câmara, conjuntamente com o Governo, apresentará soluções a serem discutidas com as pessoas afetadas.
	Após a reabilitação do Pontão de Santa Maria as actividades económicas atualmente ali praticadas regressarão e em que condições.	Serão contemplados espaços organizados para cada atividade económica e com melhores condições higiénicas, exigindo de cada um o cumprimento das regras de higiene, saneamento e segurança.
Santo Antão	Quais foram os subprojetos contemplados para Santo Antão?	De acordo com as informações disponíveis até à data foram contemplados os seguintes projectos: Melhoria/protecção à beira-mar e acessibilidade a locais turísticos emergentes (Tarrafal Monte Trigo) Reabilitação da Ponte de Canal (Património histórico) Reabilitação e sinalização de 71km de caminhos vicinais (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul) Mapeamento e sinalização de 394km de trilhas para caminhadas (Porto Novo, R <sup>a</sup> Grande, Paul).

	<p>Que tipos de intervenções foram consideradas para o sub-projeto Tarrafal de Monte Trigo</p>	<p>Foram contemplados: protecção da orla marítima, e o troço de estrada de acesso ao povoado;</p>
	<p>Os 71 km de caminhos vicinais considerados são claramente insuficientes para Santo Antão.</p>	<p>Trata-se de intervenções nas zonas mais afectadas. A extensão global será maior. Poderão vir a ser contempladas outras intervenções.</p>
	<p>O projeto contemplou as questões sociais existentes principalmente das mulheres chefes de família?</p>	<p>Trata-se de projectos de infraestruturas. Contribuirão para a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida das comunidades contempladas.</p>
	<p>Qual o prazo previsto para o início dos trabalhos?</p>	<p>Ainda não há uma data específica. Os procedimentos normais deste tipo de projectos estão em curso.</p>
	<p>As pocilgas serão deslocadas? Para onde?</p>	<p>Havendo uma boa faixa de terreno para o traçado da estrada, provavelmente não haverá necessidade de deslocalização das pocilgas.</p>
	<p>Temos falta de trabalho. Quantos postos de trabalho serão criados? Quando?</p>	<p>Não se tem ainda a noção do número de trabalhadores. Face à envergadura da obra será necessário um número considerável de trabalhadores. Serão priorizados os trabalhadores locais.</p>
	<p>Será protegida a orla marítima do Tarrafal tendo em conta os efeitos das mudanças climáticas nas casas mais próximas do mar (subida do nível do mar). Há épocas do ano em que o mar entra pela porta da frente e sai pelo quintal.</p>	<p>A estrada e a protecção da orla marítima são dois projectos complementares, que terão em linha de conta esses factores na elaboração do projecto e na sua implementação.</p>

As vendedeiras de pescado, principalmente as mães solteiras unanimemente, solicitaram a criação de creches para deixarem os filhos quando saem para a venda ambulante.

### Divulgação e difusão do QPR

A publicação do QPR visa divulgar, em tempo útil, informações relevantes sobre os sub-projetos de cada ilha, às famílias afetadas e ao público em geral.

Este QPR será disponibilizado em local de fácil acesso e consultado pelas pessoas afetadas (mulheres chefes de família, deficientes, criadores, pescadores, agricultores, peixeiras, operadores económicos, comerciantes) e associações, grupos de mulheres e ONGs, utilizando linguagem compreensível.

No âmbito do projecto, a divulgação da informação junto do público-alvo deverá também ser efectuada através dos meios da comunicação social, como jornais, comunicados de imprensa, emissões radiofónicas e televisivas na língua materna, envolvendo as autoridades administrativas locais que, por sua vez, informará a população através dos meios disponíveis nomeadamente através da rádio Comunitária. Além disso, a divulgação de informações deve ser dirigida a todos os atores envolvidos: autoridades administrativas, comunidades locais (associações, ONGs, grupos de mulheres, líderes religiosos, etc.), instituições desconcentradas, etc.

Esta abordagem permite propor, planear, conceber e implementar intervenções, com todos os intervenientes. A Consulta pública deve ser iniciada no início dos sub-projetos, durante a preparação dos planos de reassentamento involuntário, durante a avaliação do impacte ambiental e durante a elaboração e leitura dos termos de compensação.

Após a aprovação do QPR pelo Governo de Cabo Verde (representado pela UGPE), e o acordo de não objecção do Banco Mundial, devem ser tomadas as seguintes providências:

- i. Cópias deste QPR serão disponibilizadas ao público em todas as ilhas objecto deste projecto;
- ii. Para permitir que todos estejam informados, um resumo do QPR deve ser elaborado e disponibilizado a câmara municipal local;
- iii. Cópias deste QPR serão colocadas na UGPE, nas agências do IT, nas Câmaras de Comércio, na Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde e na Direcção Nacional do Turismo; e
- iv. Publicação do QPR no site externo do Banco Mundial, após autorização do Governo de Cabo Verde (UGPE).

## 10. SEGUIMENTO E RELATÓRIOS DO QPR

Será necessário um plano de monitorização participativa para avaliar se os objetivos dos planos de reassentamento e compensação foram alcançados. O plano de monitorização indicará os parâmetros de monitorização e estabelecerá os objetivos a serem alcançados. Uma equipe multidisciplinar será responsável pelo seguimento e a avaliação do projeto de reassentamento, sendo também responsável pela monitorização.

Os preparativos para o seguimento e avaliação do reassentamento e a compensação fazem parte do programa geral de seguimento do projeto. A UGPE, com o suporte técnico necessário, implementará um sistema de seguimento com os seguintes objetivos:

- gg) Alertar os responsáveis do projeto para a necessidade de aquisição de terras e procedimentos de aquisição necessários para as atividades do projeto, bem como a necessidade de integrar a aquisição de terras, reassentamento, perda de bens e o impacto nos meios de subsistência, nas especificações técnicas e orçamentos de planificação;
- hh) Fornecer informação atualizada sobre o processo de avaliação e negociação;
- ii) Acompanhamento de situações e dificuldades específicas surgidas durante a implementação, e o cumprimento da implementação com os objetivos e métodos definidos na NAS 5, na legislação nacional, no QPR e PARs;
- jj) Avaliação dos impactes, de médio e longo prazos, do reassentamento nas famílias afetadas, sua subsistência, renda e condições económicas, sobre o ambiente, capacidades locais, habitação, etc.;
- kk) Manter em dia o arquivo de todas as reclamações para as quais devem ser encontradas soluções;
- ll) Documentar o cumprimento de todas as obrigações de reassentamento (se necessário) do projeto (pagamento do valor acordado, construção de novas estruturas, etc.), por quaisquer perdas temporárias ou permanentes, e outros danos de construção não cobertos; e
- mm) Assegurar a atualização de uma base de dados sobre as mudanças operadas no campo durante a implementação das atividades de reassentamento e compensação. Avaliações periódicas serão realizadas para determinar se os PAPs foram totalmente compensados antes da implementação das atividades do projeto e se eles têm um padrão de vida igual ou superior ao que tinham antes.

Deve ser realizada uma avaliação final que determinará se as pessoas afetadas foram totalmente compensadas antes da implementação do projeto e se o impacto sobre os PAPs lhes proporciona um padrão de vida igual ou superior ao anterior, garantindo que isso não resulte em seu

empobrecimento.

Ao nível específico, o seguimento visa, por um lado, situações e dificuldades específicas que surjam durante a execução e, por outro, o cumprimento da implementação das medidas com os objetivos e métodos definidos na NAS 5 e na legislação nacional. Pretende-se também avaliar o impacto a médio e longo prazo do reassentamento nos agregados familiares afectados, na sua subsistência, rendimento e condições económicas, no ambiente, nas capacidades locais, e, em particular na habitação.

Em termos de conteúdo, o relatório de seguimento trata essencialmente:

- Aspectos sociais e económicos (i.e., a situação dos deslocados e reassentados, a possível evolução do custo da terra na área de deslocação e reassentamento, o estado do ambiente e da higiene, a recuperação dos meios de subsistência, em particular a pesca, comércio e artesanato, emprego assalariado e outras atividades;
- Aspectos ligados ao atendimento específico das mulheres chefes de família;
- Problemas relacionados com o atendimento das necessidades das pessoas vulneráveis;
- Questões relacionadas com a VBG e VCC;
- Aspectos técnicos como supervisão e controle de obras de construção ou loteamento, recepção de componentes técnicos das ações de reassentamento;
- O sistema de tratamento de reclamações e conflitos; e
- Assistência na restauração dos meios de subsistência principalmente dos grupos vulneráveis (deficientes, idosos, mulheres chefes de família).

### Indicadores de seguimento

No âmbito da monitorização, são utilizados determinados indicadores globais, nomeadamente:

- nn) Número de PARs elaboradas no âmbito do projecto;
- oo) Nº de famílias deslocadas (% chefiadas por mulheres; % chefiadas por homens);
- pp) Nº de famílias reassentadas (% chefiadas por mulheres; % chefiadas por homens);
- qq) Número de famílias e PAPs fisicamente deslocados pelas actividades do projecto;
- rr) Número de famílias compensadas pelo projeto;
- ss) Número de famílias chefiadas por mulheres compensadas;
- tt) Número de pessoas vulneráveis que receberam as medidas assistenciais previstas (%);
- uu) Número de casos de VBG;
- vv) Número de famílias e pessoas reassentadas pelo projeto;

- ww) Número de pessoas afetadas pelo projeto que restauraram ou melhoraram seus meios de subsistência;
- xx) Montante total das indenizações pagas (%);
- yy) Nº de PAPs que retomaram as suas atividades económicas (%);
- zz) % dos PAPs cuja renda foi restaurada;
- aaa) Nº de Reclamações apresentadas;
- bbb) % de Reclamações resolvidas; e
- ccc) Tempo médio de processamento de reclamações.

Esses indicadores devem ser complementados com monitorização de outros parâmetros socioeconómicos, tais como a retoma das atividades económicas e a restauração da renda dos PAPs.

### Avaliação

A avaliação, também de natureza participativa, visa verificar se os objetivos gerais das políticas têm sido respeitados e o aprendizado operacional para adequação das estratégias e a implementação numa perspectiva de longo prazo.

A avaliação usará documentos e materiais de seguimento interno e, além disso, os avaliadores realizarão suas próprias análises de campo por meio de inquéritos das partes interessadas e PAPs. Entre os documentos de referência para a avaliação, destacam-se: (i) o QPR; (ii) legislação nacional relativa à aquisição de terras para obras sociais; (iii) NAS 5 do Banco Mundial; (iv) os PARs a serem preparados no âmbito do projeto; e (v) os relatórios de seguimento interno do reassentamento de PAPs ao nível local.

A avaliação incidirá sobre os objetivos de conformidade da execução com os objetivos e métodos especificados no QPR, PRs. Essa conformidade também será avaliada em relação à legislação nacional e a NAS 5 do Banco Mundial.

A avaliação geral é complementada por procedimentos de avaliação da implementação das compensações, a deslocação e reassentamento de populações, bem como a adequação das compensações e das medidas de reassentamento em relação às perdas sofridas, o impacto dos programas de reassentamento na renda, padrões de vida e meios de subsistência, bem como a avaliação das ações corretivas a serem tomadas, eventualmente, no âmbito do seguimento e avaliação das mudanças a serem feitas nas estratégias e métodos utilizados para o reassentamento.

A estrutura de medição de resultados será desenvolvida através de uma abordagem participativa, durante um seminário que reunirá todos os envolvidos no reassentamento. Será necessário a realização de um atelier com a participação das comunidades impactadas para validar os principais indicadores que permitirão a monitorização e a identificação dos recursos necessários para realizar as atividades de avaliação e seguimento. Esta estratégia permitirá, por um lado, agilizar o processo de monitorização, evitando a recolha excessiva e por vezes desnecessária de dados e, por outro, promover a construção de um consenso entre todos os intervenientes na implementação, seguimento e avaliação do reassentamento.

A título indicativo, os seguintes indicadores podem ser usados no seguimento e avaliação da implementação dos planos de reassentamento involuntário:

- Número de sessões de informação e / ou consulta implementadas;
- Número de participantes nas sessões de informação e consulta;
- Número de mulheres membros dos órgãos responsáveis pela resolução de reclamações;
- Número de mulheres participantes em sessões de informação e consulta;
- % dos processos de reassentamento negociados e compensados;
- Número de procedimentos de reabilitação económica (se necessário);
- Número de reclamações legítimas resolvidas;
- Número de reclamações e sua resolução;
- % de PAPs satisfeitos com o projeto e o modo de implementação do reassentamento; e
- Nível de reestruturação local.

## 11. MODALIDADES E RESPONSABILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO QPR

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) possui, e está disponível, um especialista ambiental e social, contratado para apoiar a implementação, seguir e relatar as atividades de implementação do QPR e dos PARs. Os demais actores e as suas responsabilidades no projeto são apresentados na tabela seguinte.

*Tabela 14 - Responsabilidades de implementação*

Actores institucionais	Responsabilidades
------------------------	-------------------

Ministério de Turismo e Transporte, Ministerio do Mar e MIOTH	Divulgação do QPR
	Aprovação e divulgação dos PARs Início do procedimento de declaração de utilidade pública
Ministério das Finanças (Orçamento e áreas)	Financiamento do montante das compensações
	Declaração de utilidade pública
Agências de Execução/ Coordenação do Projetos (Acompanhamento do processo de expropriação e indemnização e envio de relatórios de atividades ao BM)	Divulgação do QPR
	Aprovação e divulgação dos PARs
	Financiamento de estudos, sensibilização e seguimento
	Estreita colaboração com agências executoras e serviços técnicos regionais
	Assistência às organizações, autoridades locais, ONGs
	Nomeação do Perito Social responsável por coordenar a implementação dos PARs
	Participação e seguimento do processo iterativo de consulta e participação
	Recrutamento de consultores/ONGs para realizar estudos socioeconómicos, PARs e seguimento/avaliação
	Supervisão da compensação para pessoas afetadas
	Seguimento do processo de expropriação e de compensação
Direcção-Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP)	Envio de relatórios de atividades ao BM
	Procedimentos de expropriação por utilidade pública.
Comissão de Avaliação e Compensação de Bens	Estabelecimento de comissões de avaliação e compensação
	Avaliação de despesas e pessoas afetadas
	Gestão de recursos financeiros alocados
	Indemnização para beneficiários
Autoridades locais (Câmaras Municipais)	Liberação de direitos de passagem
	Registro de reclamações
	Identificação e liberação de locais a serem

	expropriados
	Seguimento do reassentamento e compensações
	Divulgação de PARs
	Processamento de acordo com o procedimento de resolução de conflitos
	Participação no seguimento de proximidade
Consultores sociais, ONGs e Organizações da Sociedade Civil (consulta e participação, avaliação)	Estudos sócioeconómicos
	Elaboração dos PARs
	Reforço das capacidades/informação e sensibilização Concepção e organização do processo
	Concepção e organização do processo iteractivo de consulta e participação
	Avaliação a meio percurso e final
Justiça (Juiz de expropriações)	Julgamento e resolução de conflitos (em caso de desacordo amigável).
Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura Pecuária (DGASP)	Avaliação das explorações agrícolas
Direcção Nacional do Ambiente	Avaliação dos impactes sobre as espécies florestais e áreas protegidas
Comité de seguimento e avaliação	Registo das reclamações
	Validação do processo de identificação
	Avaliação dos bens e indemnização
Comunidades locais	Identificação e disponibilização dos locais/bens
	Seguimento dos pagamentos de reassentamento e compensação
	Declaração do PSR
	Resolução dos conflitos
	Participação nas actividades de seguimento e avaliação.

## 12. ORÇAMENTO DE EXECUÇÃO E FONTES DE FINANCIAMENTO

### 12.1 Orçamento de execução

Uma vez que as áreas de intervenção do projeto ainda não estão completamente claras e o número de PAPs ainda não foi determinado, é impossível, nesta fase de preparação do projeto, fornecer uma estimativa real do custo total do projeto de reassentamento e compensação. Com efeito, a quantificação dos custos associados ao reassentamento ocorrerá uma vez conhecida a localização dos sub-projectos e na sequência de estudos socioeconómicos, permitindo assim determinar o rendimento e a composição dos agregados.

O orçamento global será determinado após a obtenção dos resultados dos estudos socioeconómicos. No entanto, apresenta-se uma estimativa (Tabela 15) para a implementação do QPR. Ressalta-se que o custo de implementação do QPR inclui: (i) os custos de preparação para a implementação dos PARs; (ii) capacitação de agências de execução e comunidades afetadas; (iii) os custos de consulta pública, sensibilização e capacitação dos atores locais; e (iv) os custos de auditoria e implementação de medidas de reassentamento; os custos do seguimento e da avaliação.

O custo real do reassentamento / reabilitação será determinado durante a preparação dos estudos socioeconómicos. A grandeza da compensação determinará a forma da indenização, a saber: em espécie, em dinheiro ou em alguma outra forma de assistência. O custo da implementação do QPR está estimado em cerca de US\$ 116 000, conforme detalhes de custos no quadro seguinte.

*Tabela 15 - Custo estimativo da implementação do QPR*

Actividade	Custo (US\$)	Custo (ECV)	Fonte de financiamento
		Moeda local	
Consulta pública, sensibilização e capacitação dos atores locais e comunidades afetadas;	20 000	1 934 000	Projeto
Informação, Sensibilização e Capacitação de agências de execução (incluindo a elaboração e implementação de um Programa de Capacitação);	40 000	3 868 000	Projeto

Elaboração dos PAR e sua implementação (mínimo de um PAR/ilha).	33 000	3 191100	Projeto
g) Elaboração de PARs;	22 000		
h) Implementação dos PARs.	11.000		
Estabelecimento do Mecanismo de Gestão de Reclamações, incluindo atividades de capacitação.	5 000	483500	Projeto
Seguimento e avaliação participativa	18.000	1 740 600	Projeto
Custo total previsto	116 000	11 217 200	

1 USD = 96,7 ECV

## 12.2. Fontes de financiamento

A identificação das fontes de financiamento é um dos principais procedimentos de planeamento e monitorização para reassentamento involuntário do projeto.

O Ministério das Finanças de Cabo Verde, representado pela Direcção Nacional do Património e Contratação Pública (DNPC), assume a responsabilidade pelo cumprimento das condições contidas neste QPR relativamente ao pagamento de indemnizações por perda de bens e pela eventual aquisição de terrenos.

As condições de expropriação e de compensação de bens estão estipuladas na legislação nacional; Decreto Legislativo 2/2007, de 19 de julho, que estabelece os princípios e regras de uso do solo, tanto pelo poder público quanto por entidades privadas, e o Decreto Legislativo 3/2007, de 19 de julho, que regulamenta a expropriação de bens imóveis de utilidade pública, mediante a justa compensação. Esses arranjos não levarão a atrasos na implementação do projecto dado que as negociações são feitas antes do arranque dos projectos e as compensações disponibilizadas também antes do arranque da execução dos projectos. Até então é o mesmo procedimento que se tem feito em Cabo Verde para todos os projectos financiados pelos parceiros internacionais nomeadamente o BM e tem tido bons resultados.

Por outro lado, a UGPE financiará, com recursos do Projeto, os custos inerentes à elaboração / implementação de PAR, seguimento/avaliação interna do reassentamento e assistência ao reassentamento, incluindo medidas de assistência destinadas a grupos vulneráveis, capacitação e consulta pública.

Deve-se notar que o financiamento da aquisição de terras e compensação não está previsto nos procedimentos de financiamento do Banco Mundial para o projeto.

A UGPE e instituições beneficiárias são as entidades responsáveis pelo cumprimento das condições estabelecidas no QPR. Neste contexto, estas entidades assegurarão a coordenação do projeto, nomeadamente a UIP, e os recursos necessários para fazer face às necessidades financeiras relacionadas com o reassentamento das PAPs.

### **13.PUBLICAÇÃO E DIFUSÃO DO QPR**

Este QPR será publicado nos sites do MF, da UGPE e do Banco Mundial. A difusão será realizada em juntod ds parceiros e comunidade, em todos os encontros comunitários e instituições no âmbito do projecto.

## 14. ANEXOS

### Anexo 1 – Norma Ambiental e Social do BM-NAS 5

A NAS 5, Aquisição de terras, Restrições ao uso da Terra e Reassentamento involuntário, tem como princípio básico que o reassentamento involuntário deve ser evitado. Onde o reassentamento involuntário for inevitável, ele deve ser limitado, e medidas apropriadas para mitigar os impactos negativos sobre as pessoas deslocadas (e comunidades anfitriãs que hospedam pessoas deslocadas) devem ser cuidadosamente planeadas e implementadas.

Leia o texto completo NAS 5, Aquisição de Terras, Restrições de Uso de Terras e Reassentamento Forçado.

<https://www.banquemondiale.org/fr/projects-operations/environmental-and-social-framework>

**Anexo 2 – Formulário de selecção ambiental e social dos projectos**

O presente formulário de selecção foi concebido para ajudar na selecção inicial de projectos que devem ser executados no terreno.

<u>Formulário de selecção ambiental e social</u>		
<u>1</u>	<u>Nome da localidade onde o projecto será realizado</u>	
<u>2</u>	<u>Nome da pessoa a contactar</u>	
<u>3</u>	<u>Nome da autoridade que aprova o projecto</u>	
<u>4</u>	<u>Nome, função e informações sobre a pessoa encarregada de completar o presente formulário</u>	
<u>Data:</u>		<u>Assinatura:</u>

**Parte A : Breve descrição do projecto proposto**

Fornecer as informações sobre ( i) o projecto proposto ( superfície, terreno necessário, tamanho aproximado da superfície total a ocupar) ; ( ii) as acções necessárias durante as fases de implementação e de exploração do projecto.

**Parte B: Breve descrição da situação ambiental e identificação dos impactes ambientais e sociais.****1. O ambiente natural**

a) Descrever a formação do solo, a topografia, a vegetação do ambiente adjacente à zona de execução do projecto.

---

b) Fazer uma estimativa e indicar a vegetação que poderia ser resgatada

---

c) Existem zonas sensíveis do ponto de vista ambiental ou de espécies em

vias de extinção?

---

## **2. Ecologia das bacias hidrográficas**

Existe alguma possibilidade da ecologia das ribeiras vir a ser afectada negativamente ? Sim \_\_\_\_\_ Não .

## **3. Áreas protegidas**

A zona à volta do sítio do projecto encontra-se no interior ou adjacente a quaisquer áreas protegida delineada pelo governo (parque natural, reserva nacional, sítio de património nacional e/ou mundial, etc.?)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

A execução do projeto efectua-se fora de uma área protegida (ou à sua volta), e se as actividades são susceptíveis de afectar negativamente a ecologia da área protegida (exemplo: interferência nas rotas de migração de mamíferos e aves) ?

Sim\_\_ Não\_\_

## **4. Geologia dos solos**

Existem zonas de possível instabilidade geológica ou do solo (predisposição à erosão, ou deslizamento de terras)?

Sim \_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

## **5. Paisagem estética**

Existe a possibilidade dos trabalhos afectarem negativamente o aspecto estético da paisagem local? Sim \_Não\_\_

## **6. Sítio histórico, arqueológico ou de herança cultural**

Tendo em conta os recursos disponíveis, as consultas às autoridades locais, o conhecimento e/ou observações locais, o projecto poderia alterar os sítios históricos, arqueológicos ou de herança cultural?

Sim \_\_\_ Não\_\_\_

7. Compensação e/ou aquisição de terras

A aquisição de terras ou a sua perda, a recusa ou a restrição do acesso aos terrenos ou a outros recursos económicos que fazem parte do projecto?

Sim \_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Perda de acesso ao mar e actividades ligadas a pesca?

Sim ----- Não- -----

8. Perda de colheitas, árvores de fruto e infra-estruturas temporárias ou permanentes

O projecto concernente provocará a perda permanente ou temporária de colheitas, árvores de fruto, ou infra-estruturas ?

Sim \_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

9. Poluição por barulho durante a execução do projecto

O nível de ruído durante a execução do projecto ultrapassará os limites de poluição sonora aceitáveis ? Sim \_\_\_ Não\_\_

10. Resíduos sólidos ou líquidos

A actividade vai gerar resíduos sólidos ou líquidos ? Sim \_\_\_\_\_ Não\_\_.

Se respondeu «Sim», o projecto dispõe dum plano para os recolher e evacuar (Plano de Gestão de Resíduos)? Sim \_\_ Não\_\_

11. Consulta pública

Aquando da preparação e da execução do projecto, a consulta e a participação do público foram investigados ?

Sim \_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_. Se «Sim», descreve de forma breve as medidas que foram tomadas para o efeito.

**Parte C: Medidas atenuantes**

Para todas as respostas «Sim», o Ponto Focal Ambiental e Social/Consultor, na consulta às estruturas técnicas locais, em particular as que estão encarregadas do ambiente, deverá descrever de forma breve as medidas tomadas nesse âmbito.

**Parte D: Classificação do projecto e trabalho ambiental**

Projecto do tipo : A  B  C

Trabalho ambiental necessário:

Sem trabalho ambiental

Simples medidas de  
mitigação

Plano de Gestão Ambiental e Social

Trabalho social necessário:

Sem trabalho social

Simples medidas de mitigação

Plano Abreviado de  
Compensações

**Parte E: Projetos na perspectiva de reinstalação**

Caso o Projeto exija sua deslocação e reassentamento, quais são seus desejos sobre os seguintes pontos (faça as perguntas de forma aberta, apenas sugira as respostas se a pessoa permanecer sem resposta):

- Local de reinstalação: em ..... (Local de residência atual) .....Em outro lugar

- Se em outro lugar, onde:.....

- Atividade após o reassentamento:  
.....

- Condições de reassentamento:  
.....

- Casa de habitação: prefere reconstruir a sua casa de habitação por conta própria ou reconstruir pelo projeto;

- Terras: Condições prioritárias que o local de reassentamento deve atender;  
.....

- Assistência complementar (formação, assistência em espécie, outra);

**Anexo 3 – Ficha de Reclamação**

Data:

Localidade..... Município  
..... Ilha

.....  
Nº de Dossier.....

**RECLAMAÇÃO**

Nome do reclamante:

Endereço:

Local:

Género:

Telefone:

Email:

Natureza do bem afectado:

**DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO:**

.....  
.....

Local .....

Data..... Assinatura  
\_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

.....  
.....

Local ..... Data.....

ie

RESPOSTA DO RECLAMANTE:

.....  
.....

Local .....

Data..... Assinatura

\_\_\_\_\_

DECISÃO

.....  
.....

Local ..... Data.....

\_\_\_\_\_

(Assinatura do Agente administrativo)

(Assinatura do Reclamante)

#### Anexo 4. Detalhes dos sítios de intervenção

As figuras a seguir apresentadas mostram as possíveis localizações das infraestruturas nas ilhas-alvo:



Figura 5 e Figura 6 Cidade Velha (Fonte: Google Maps)



Figura 7 : Praia do Tarrafal (Fonte: Google Maps)



Figura 8: Cais de pesca de terrafal de Santiago (Fonte: Google Maps)

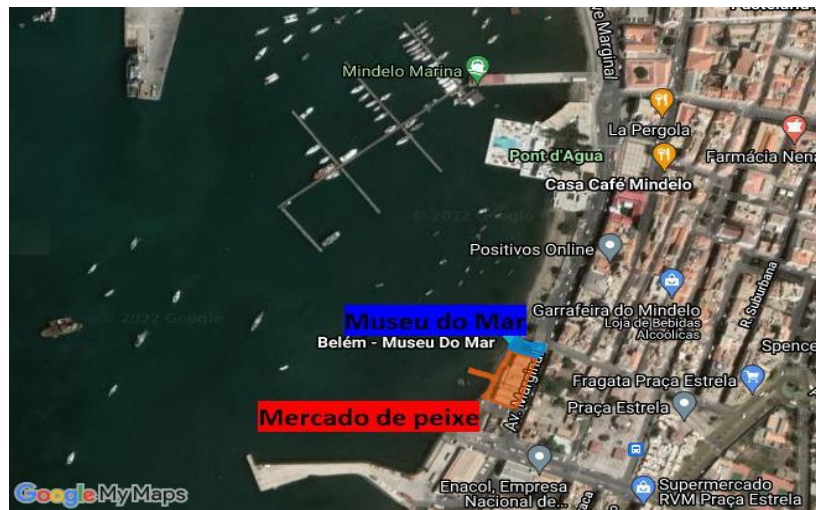


Figura 9: Mindelo Fonte(Google Maps)

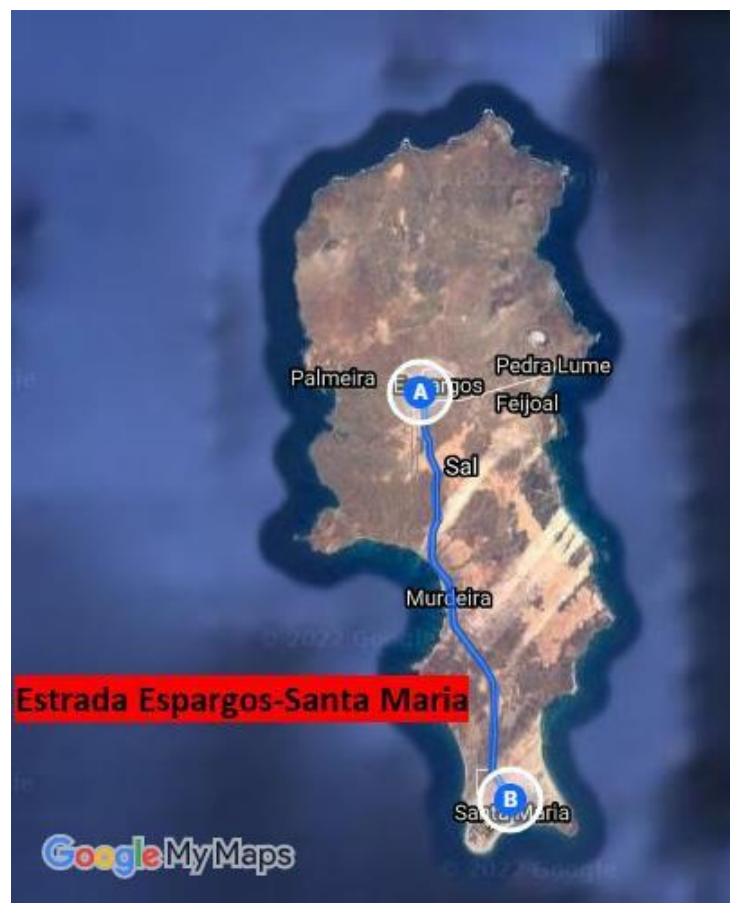


Figura 10 : Estrada Nacional EN1-SL-01 Espargos/Santa Maria (Fonte: Google Maps)



Figura 11: Salinas (Fonte: Google Maps)

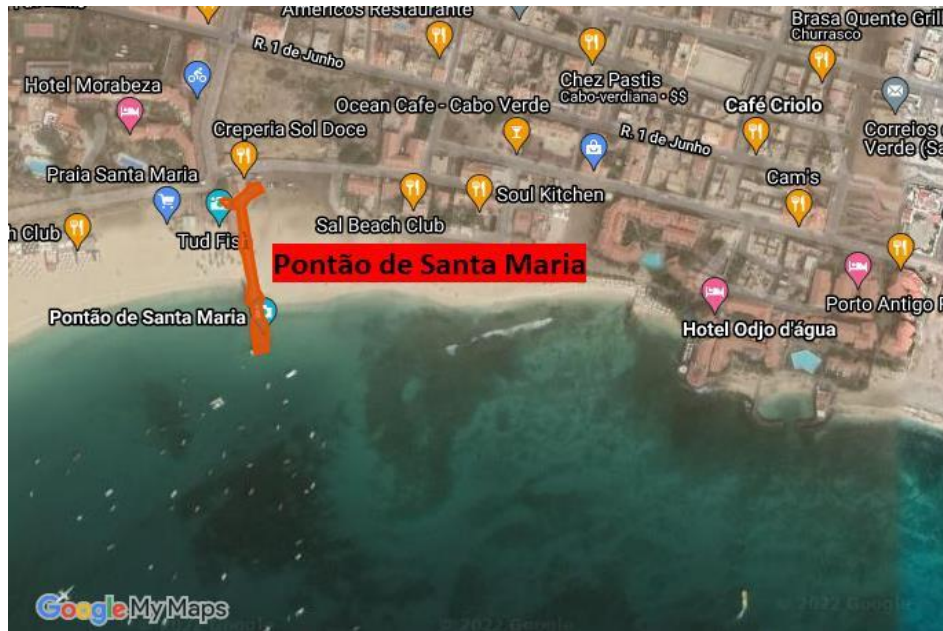


Figura 12 : Pontão de Santa Maria (Fonte: Google Maps)



Figura 13 : Praia de Santa Maria (Fonte: Google Maps)



Figura 14 : Via de acesso à vila de Tarrafal de Monte Trigo (Fonte: Google Maps)



Figura 15 Ribeira Grande-Ponte Canal (Fonte: Google Maps)



Figura 16 : Rotas Pedestres - Santo Antão (Fonte: Projeto Raízes)



Figura 17: Rampa de bote, Cruzinha, Santo Antão



Figura 18: Cais multifunções, Carriçal em São Nicolau



Source-Google Earth

Figura 19: Cais de Preguiça, São Nicolau





Source-Google Earth

Figura 22: Cais e arrastadouro Ribeira da Barca, ilha de Santiago



Source-Google Earth

Figura 23: Rincão ilha de Santiago



Source-Google Earth

Figura 24: Cais de Pesca, Praia, ilha de Santiago



Figura 25: Cais de pesca, sitio potencial para mercado de venda a retalho de pescado, Praia, Ilha de Santiago



Figura 26: Localização do terminal de passageiros, praia, ilha de Santiago



Figura 27: Cais munte funções, Tarrfal de monte trigo em Santo Antão



Source-Google Earth

Figura 28: Penedo de janela em Santo Antão



Figura 29: Arrastadouro, Paul, santo Antão



Source-Google Earth

Figura 30: Cais multifunções, Monte trigo, Santo Antão